



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 137

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 10 de maio de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Cláudio Almeida*
(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Valdemiro Vasconcelos)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, os trabalhos tiveram início com a Agenda:

- **Debate de urgência sobre “Apoios sociais aos alunos com necessidades educativas especiais e saúde em meio escolar”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O debate teve início com a intervenção do Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), tendo, de seguida, intervindo no mesmo os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Domingos Cunha (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Nuno Meneses (*PS*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*), o Deputado Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), o Deputado Joaquim Machado (*PSD*), bem como a Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Ainda no âmbito deste ponto, apresentaram protestos e contraprotostos, respetivamente, o Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e a Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*), assim como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida*

Rodrigues) e a Deputada Zuraida Soares (*BE*). Proferiu ainda uma defesa da honra a Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

- **Proposta de Resolução n.º 17/X – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”**, apresentada pela Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo Presidente do Governo Regional, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

A proposta de resolução foi aprovada por unanimidade.

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/X – “Estabelece a proibição do abate de animais errantes na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Deputado Aníbal Pires, participou no debate o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguidamente, o Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) solicitou uma interpelação à Mesa para entrega de requerimento de baixa à Comissão.

Submetido à votação, o mesmo foi rejeitado.

Continuando o debate, proferiram intervenções os Deputados Duarte Moreira (*PS*), Renato Cordeiro (*PSD*), as Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*) e Renata Correia Botelho (*PS*), bem como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Ainda antes da votação do diploma, o qual foi aprovado, a Deputada Zuraida Soares (*BE*) apresentou um protesto.

Finalizando, apresentaram declarações de voto a Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Renato Cordeiro (*PSD*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Deputado Duarte Moreira (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 02 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos.)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Batista

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Maria da Graça Silveira

Artur Manuel Leal de Lima

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 43 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Conforme foi deliberado em Conferência de Líderes, o ponto 1 da nossa Agenda, o Debate de urgência sobre “Apoios sociais aos alunos com necessidades educativas especiais e saúde em meio escolar”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, será debatido hoje, de manhã, enquanto o ponto 2, por força regimental, será debatido apenas na quinta-feira.

Os tempos para o debate de urgência foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o artigo 132 do Regimento e estão, assim, distribuídos: o interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD de 24 minutos; e as Representações Parlamentares de 10 minutos.

Para dar início ao debate, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo (as senhoras estão em maioria no Governo, hoje):

O CDS entendeu promover este debate de urgência sobre apoios sociais aos alunos com necessidades educativas especiais e saúde em meio escolar, por ter chegado ao nosso conhecimento denúncias que parecem configurar situações, no mínimo, duvidosas e que devem requerer a nossa atenção e obter

esclarecimentos perante a tutela da educação, segurança social e saúde, já que a problemática é transversal, pelo menos, a estas 3 áreas da governação regional. E vamos abordar neste debate dois aspectos fundamentais que actualmente mais nos preocupam:

1. Subsídio especial de educação;
2. Rastreios, ou melhor dito, pseudo-rastreios de saúde em meio escolar.

Em primeiro lugar é fundamental realçar e deixar bem claro que, acima de tudo, importa garantir o acesso dos utentes aos necessários apoios e tratamentos sempre que deles necessitem, garantir a segurança desses tratamentos, que devem obedecer aos princípios e normas éticas e deontológicas.

Em segundo lugar esclarecer como se faz a referenciação dos alunos/utentes para as entidades privadas prestadoras de serviços de saúde e como são feitos os chamados rastreios ou pseudo-rastreios nos estabelecimentos de ensino da Região.

Relativamente ao subsídio especial de educação que é atribuído nos termos do DR 14/81, de 7 de Abril, e do DR 19/98, de 14 de Agosto, o n.º 1 do art.º 2.º refere: *“conferem direito ao subsídio as crianças e jovens de idade não superior a 24 anos que possuam comprovada redução permanente de capacidade física [eu sublinho permanente], motora, orgânica, sensorial ou intelectual, e que a seguir se designam apenas por deficientes, desde que cumpram o estipulado”* nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 deste artigo.

Especificamente, a alínea c) do n. 1 do referido artigo, estipula, e cito: *“sejam portadores de deficiência que embora não exigindo por si ensino especial, requeiram apoio individual por professor especializado”*.

Ora, o que se está a verificar nos Açores, quer em São Miguel, como na Terceira e também no Faial, é que os utentes chegam à escola, com um impresso do Instituto de Segurança Social dos Açores, estipulando o tipo de tratamentos a nível psicológico, de terapia da fala e de saúde mental a que

devem ser sujeitos, assinado por uma entidade de saúde privada, num processo de seleção pouco claro e que o Governo Regional já devia ter percebido e esclarecido como funciona...

E é isso que queremos esclarecer aqui hoje!

Assim, pergunta-se:

1. Quantos alunos já foram tratados por estas entidades privadas?
2. Quantas e quais são as empresas privadas prestadoras deste tipo de serviços que recebem estes apoios da Segurança Social?
3. Quanto é que a Segurança Social pagou a estas empresas?
4. Tem ou não, na região, as escolas professores especializados em educação especial em número suficiente para as necessidades identificadas?
5. Tem ou não as escolas da rede pública apoio de psicólogos e terapeutas da fala?
6. Porque não são estes alunos sinalizados pela escola?
7. Porque não são, em primeiro lugar, encaminhados para o Serviço Regional de Saúde?
8. Todos esses alunos, que são tratados pelas entidades privadas, são portadores de todos os tipos de deficiência ou de alguns dos tipos de deficiência referidos no Decreto Regulamentar n.º 14/81, Sra. Secretária?

(É que segundo informações que nos chegam, e a senhora, presumo que sabe, nem todos são portadores de deficiência, mas são tratados ao abrigo da legislação como se fossem deficientes...)

E, Sra. Secretária, se um aluno que precise apenas de terapia da fala é deficiente, estamos conversados.

9. A Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social tem conhecimento destes factos? Confirma isto?
10. Também lhe pergunto: corresponde à verdade o facto da Segurança Social transferir o pagamento das consultas e tratamentos, diretamente para o

NIB fornecido por essas entidades privadas, Sra. Secretária Regional? Também lhe pergunto.

11. E o Secretário Regional da Educação, aqui ausente, o que tem a dizer sobre o assunto? Pelos vistos, o mesmo silêncio que tinha no Plenário passado.

12. E o Secretário da Saúde? Também não está presente. Não deve ter nada a dizer, com certeza.

13. Sra. Secretária Regional, e quais os resultados/avaliação do trabalho realizado, no sentido de colmatar as necessidades educativas especiais das crianças sinalizadas?

A ser assim, estaremos perante graves problemas estruturais do nosso sistema educativo, vou repetir, estamos perante graves problemas estruturais do nosso sistema educativo, em que a educação especial e os técnicos do serviço público não conseguem dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais...

Estaremos perante a falência total do Serviço Regional de Saúde que não consegue dar resposta às escolas que o solicitam... ou será que não solicitam?

Estaremos, portanto, Sras. Secretárias, Sras. e Srs. Deputados, muito longe de uma escola inclusiva e ainda mais distantes de um bom Serviço Regional de Saúde que nem aos mais necessitados tem capacidade de dar resposta...

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Relativamente aos rastreios de saúde (ou pseudo-rastreios) nas escolas assistimos incrédulos à passividade da tutela (ou quiçá à cumplicidade da tutela, da tutela da educação, diga-se), que permite que, em escolas públicas, diversos profissionais e entidades privadas entrem pela escola dentro, façam pseudo-rastreios sem cumprirem as regras aplicáveis e selecionando alunos que depois encaminham para a sua própria clínica privada... Onde é que já chegamos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias?

Mas passa-se em diversas escolas e em diversas especialidades...

A tutela, que não está aqui presente, não tem conhecimento destes factos? Mas ficam as perguntas.

Vive fechada numa redoma?

E permite este tipo de “mercenarização” da saúde?

O que se está a passar no sistema educativo regional, no Serviço Regional de Saúde e na Segurança Social?

Ninguém do Governo vê, o que toda a sociedade vê?

Isto não preocupa o Sr. Presidente do Governo, as Senhoras e Senhores Secretários Regionais?

Não acham estranho que numa região como a nossa o número de alunos portadores de deficiência aumentou significativamente? Não acham estranho? Terá sido milagre de Roque Santeiro? Não, porque era ao contrário que ele fazia milagres.

Já no último plenário aqui alertei para algumas destas situações.

Da parte do Governo Regional, até hoje, o silêncio!

Da parte da clínica privada a ameaça imediata na tentativa de silenciar um deputado que ouve e dá voz a quem o elegeu!

Mas devo dizer, Sras. e Srs. Deputados, que me preocupou muito mais o silêncio do Governo do que a ameaça velada de quem vê o seu negócio afectado...

É que estamos perante uma situação grave... uma situação que afecta a vida e a saúde das nossas crianças e a isso o CDS não fica indiferente...

Por isso voltamos ao assunto...

Muito obrigado.

Vozes das Deputadas do CDS-PP e do Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O ordenamento jurídico nacional, sobretudo do Pós 25 de Abril, é relevador de uma crescente, mas nem sempre consistente, preocupação com a proteção social das crianças e jovens com deficiência.

Logo no início da década de 80, arrogando ainda “tímidos avanços conseguidos na construção de um sistema de segurança social”, assume-se o início da “revisão e valorização das prestações sociais em favor da infância e juventude e da família”.

Foi nessa altura que se instituiu o Subsídio pela Frequência de Estabelecimento de Educação Escolar, que “embora com esse título, assume conteúdo ainda mais amplo”, e cito, garantindo apoio a “situações atípicas de apoio pedagógico e terapêutico”; “prestado mediante prescrição médica a crianças e jovens cuja deficiência imponha e aconselhe este tipo de orientação”.

Admite-se, em 1981, na regulamentação específica já aqui mencionada e ainda em vigor, a atribuição do subsídio em função do recurso a qualquer forma de apoio necessário à recuperação e integração da criança e do jovem, de acordo com a real possibilidade da família.

Importa, a este propósito, esclarecer dois aspetos essenciais: conferem direito ao referido subsídio as crianças e jovens de idade não superior a 24 anos que possuam comprovada redução da capacidade física, motora, orgânica, sensorial ou intelectual, entendidos como deficientes; não se exigindo que frequentem ensino especial, mas que tão só necessitem de apoio individual por profissional especializado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Professor!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Ora bem!

A Oradora: Vou esclarecer.

Esclarece-se ainda que este subsídio é pago aos encarregados de educação ou, por pedido expresso destes últimos, à entidade privada que presta o apoio especializado.

Importa ainda referir que, apesar da alteração substancial...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah! Afinal pode ser!

A Oradora: ... ocorrida no ordenamento jurídico nacional em 1997, no que a prestações sociais diz respeito, facto é que o legislador optou expressamente por manter em vigor o Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de abril, que define as condições de acesso ao Subsídio pela Frequência de Estabelecimento de Educação Escolar.

De então para cá, muitas dúvidas surgiram na aplicação desta prestação, que originaram sucessivas orientações aos serviços de segurança social, a nível nacional, sem que acontecesse uma clarificação legislativa nos termos que acreditamos que se impõe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Muito bem!

A Oradora: Inúmeras recomendações do Provedor de Justiça ao Governo da República sucederam nos anos mais recentes,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... sem que os compromissos se efectivassem, optando por medidas administrativas restritivas do acesso ao subsídio que, para além de ilegais nos parecem imorais,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

A Oradora: ... porque não coloca o Governo da República do lado das famílias, ou seja, do lado de quem deve estar, lutando pela dignidade e pela igualdade dos seus filhos.

Neste domínio, acreditamos que o Governo Regional fez aquilo que era importante fazer: garantir, nos termos daquilo que o Provedor de Justiça recomenda, circuitos claros e decisões céleres e justas.

Para tal, em Agosto de 2014, as Secretarias Regionais da Solidariedade Social e Educação e Cultura, adequaram, em função da realidade regional, os modelos de requerimento e os procedimentos a seguir pelos diversos intervenientes. Pretendeu o Governo Regional simplificar a preparação do processo, garantir transparência e justiça na atribuição da prestação a todos quantos dela careçam na Região Autónoma dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que ao ordenamento jurídico regional diz respeito, cumpre destacar o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, de 7 de Abril, que estabelece o Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo, definindo que o Sistema Educativo Regional fica subordinado ao princípio da escola inclusiva, o qual estabelece que as crianças com necessidades educativas especiais, incluindo as portadoras de incapacidades permanentes, acedem a escolas regulares, que a elas se devem adequar.

O artigo 11.º do referido diploma define o que se entende por Educação Especial clarificando que constitui igualmente educação especial o ensino que implique o recurso à linguagem gestual, ao braille ou a um conjunto de apoios e complementos educativos, nomeadamente nas áreas da terapia da fala ou ocupacional, dos sistemas aumentativos de comunicação, entre outros, que contribuam para promover a autonomia e o desenvolvimento pessoal, social e de competências sociocognitivas das crianças e jovens.

No seu artigo 30.º e seguintes define-se o apoio educativo e estabelecem-se as medidas de apoio educativo, por exemplo, apoio de um segundo professor e utilização de materiais didáticos ou sessões de apoio suplementar.

A este propósito, importa referir o investimento significativo que o Governo Regional colocou no reforço de recursos humanos docentes e não docentes em todas as Unidades Orgânicas da RAA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

A Oradora: De salientar o acréscimo de 24% do pessoal docente de educação especial (passando de 199 no ano letivo 2013/2014 para 247 no ano letivo 2015/2016) ou ainda de 66% no pessoal não docente (de 76 no ano letivo 2013/2014 para 126 no ano letivo 2015/2016), e estamos a falar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

A Oradora: ... designadamente de psicólogos, técnicos de serviço social, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais e outros.

Só este forte investimento em recursos humanos permite que, no corrente ano letivo, tenhamos 7950 medidas educativas em curso que vão desde o apoio pedagógico personalizado, adequações curriculares individuais, adequações nos processos de avaliação, currículos específicos individuais, turmas com projeto curricular adaptado, entre outras.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Naturalmente que estes recursos permitem fazer um trabalho mais adequado às necessidades detectadas, mas não nos permitem ficar ainda inteiramente satisfeitos. Não nos deslumbramos com os resultados - estes servem, sim, de motivação para continuarmos a trabalhar para alcançarmos uma escola verdadeiramente inclusiva.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Atento o teor deste debate de urgência, importa abordar, ainda que brevemente, a execução do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012/A, de 16 de março, que fixa o regime da educação em saúde em meio escolar.

Com este intuito, trago para o debate as conclusões do relatório de actividades em saúde escolar 2014/2015, que demonstram as actividades realizadas pelas diferentes equipas de saúde escolar (ESE) e avaliam os ganhos em saúde.

Em termos genéricos e não exaustivos, devo referir o seguinte:

1. A totalidade das Unidades Orgânicas (UO) realizaram Plano de Actividades em Saúde Escolar (PASE);
2. 88% das Unidades Orgânicas tem Gabinete de Apoio à Promoção da Saúde (GAPS);
3. Estão mais de 188 profissionais...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Afinal isso existe!

A Oradora: ... (saúde e educação) envolvidos nas actividades de saúde escolar;

4. As Equipas de Saúde Escolar dão resposta a todas as escolas do Sistema Educativo Regional, o que constitui uma cobertura de 100%;
5. Todos os alunos foram abrangidos pelas actividades das equipas de saúde escolar, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 100%;
6. Toda a comunidade educativa (pessoal docente e não docente) foi abrangida, direta e indiretamente, pelas intervenções/ações da saúde escolar, o que a corresponde a um total de 6.592;
7. Todas as escolas desenvolveram projetos/ações de promoção da saúde, tendo em conta as temáticas legisladas e constantes da Portaria, designadamente ao nível da saúde afetivo-sexual e reprodutiva, alimentação saudável e violência em meio escolar, atividade física, saúde oral, saúde mental;
8. Foram desenvolvidas 2717 ações de educação, sendo que o maior número ocorreu no 3.º ciclo, e promovida a respetiva avaliação final reveladora dos conhecimentos adquiridos.
9. A comunidade educativa e os pais e encarregados de educação também foram abrangidos, embora aqui os dados revelam um envolvimento ainda insuficiente.

Cumpra ainda, Sr. Deputado Artur Lima, fazer uma última referência a um aspeto e que diz respeito ao Exame Global de Saúde (EGS).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cumpra responder às perguntas!

A Oradora: Este exame constitui um dos pilares da vigilância em saúde infantil, sendo o papel da Equipas de Saúde Escolar fundamental tanto na convocação como na concretização dos mesmos.

Os Exames Globais de Saúde são realizados às crianças com 5 e com 12/13 anos de idade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o que é que falhou, Sra. Secretária?

A Oradora: No primeiro caso é realizada uma avaliação do desenvolvimento estado-ponderal (peso e altura), da visão, da audição, da boca e dentes, da postura e da linguagem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Aos 12/13 anos às avaliações anteriormente referidas acresce a avaliação do estadio pubertário.

Também neste domínio os resultados são animadores, revelando que, aos 5 anos, 82% das crianças foram avaliadas e, aos 12/13, foram 72%, o que representa um acréscimo face aos resultados do ano letivo 2011/2012, em que se registou, 73,5% e 65,8%, respetivamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente! Muito bem!

A Oradora: O Governo dos Açores, Sr. Deputado, está fortemente comprometido na articulação entre os vários departamentos e serviços com vista à promoção e prevenção...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não parece!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Parece e é! Incomoda a resposta!

A Oradora: ... e provisão de cuidados de saúde às crianças e jovens, conforme preconizado no Plano Regional de Saúde.

A consecução dos objetivos a nível regional pressupõe estratégias de intervenção articuladas em áreas como a saúde escolar, equipas de intervenção precoce, comissões de proteção de crianças e jovens, escolas, unidades de saúde, como forma de responder à complexidade crescente dos atuais problemas e necessidades em saúde e que requerem atuações multiprofissionais e multidisciplinares.

Respondendo em particular a duas questões,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Duas?! Catorze!

A Oradora: ... a algumas das questões que o Sr. Deputado colocou e das quais eu tomei nota.

São várias empresas especializadas no domínio da saúde mental ou do desenvolvimento, todas elas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

A Oradora: ... as que recebem, as que são...

Posso enunciá-las, mas se calhar não vale a pena.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vale, vale! Foi a questão que lhe fiz!

A Oradora: Vou começar pela primeira questão que falou, de reduções permanentes. Permanente, Sr. Deputado, não se entende para a vida, entende-se por um período alargado de tempo. Isto é a definição de lei, “um período alargado no tempo”, não é para toda a vida. Portanto, a interpretação que fez do diploma está errada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está errada, está correta!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Claro que está errada. Passaram-se tantos anos sobre a iniciativa do legislador!

A Oradora: Não é uma redução para toda a vida, é uma condicionante que perdure no tempo, por algum tempo. Primeira questão.

A questão do professor especializado. Penso que essa ficou esclarecida na minha intervenção, em que todos os diplomas que tratam esta matéria, todas as

orientações que foram dadas nesta matéria, quando falamos necessariamente de apoio terapêutico, não estamos a falar de apoio prestado por um professor, estamos a falar de terapeutas, necessariamente, e, portanto, aqui se enquadra todo o apoio que é prestado por um conjunto de técnicos especializados nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem sinaliza os alunos?

A Oradora: Há uma questão que é fundamental esclarecer. Podemos concordar ou não concordar com o diploma que está em vigor e que vigora desde 1991, com pequeníssimas alterações a dois artigos. Se não concordamos, promovemos as alterações; concordando, aplicamos. Mas, estando em vigor, quer se concorde, quer não se concorde, temos que aplicar as regras que estão em vigor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema não é o diploma!

A Oradora: Há um diploma que vigora e que não faz depender da existência de recursos na saúde a obtenção desta prestação social. Portanto, não confundamos conceitos, não podemos trazer para aqui questões que não são trazidas pela prestação.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

A Oradora: Esta prestação não depende da existência de recursos na saúde; é um direito das famílias e dos portadores de deficiência que não está dependente da existência de recursos no domínio da saúde. Esta é uma questão essencial.

Relativamente à questão que colocou a propósito do pagamento, recomendo-lhe a leitura do artigo 13.º (se calhar é importante lê-lo na íntegra), “A quem é pago o subsídio”. “O subsídio de educação especial é pago aos encarregados de educação do deficiente, salvo se ficar provado de forma inequívoca que está a cargo de outra pessoa que assume a responsabilidade da sua educação.”

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ouça bem!

A Oradora: Número 2: “O subsídio poderá ser, contudo, pago diretamente ao estabelecimento nas seguintes condições: alínea a) A pedido expresso das pessoas referidas no n.º 1, ou seja, os encarregados de educação”.

Quanto ao valor do subsídio de educação especial pago na RAA: 1 milhão 456 mil euros.

Quantas empresas são? Penso que são cerca de oito empresas, mas posso dar uma informação mais detalhada. A mim não me interessa quantas são, porque objetivamente o serviço... Não interessa à Segurança Social quantas são,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interessa quantas são e quais são!

A Oradora: ... interessa que no requerimento e na verificação das condições estas empresas têm que estar convenientemente licenciadas. É esta a única questão que a Segurança Social tem que verificar antes do pagamento das prestações.

Psicólogos, terapeutas da fala e professores: a resposta foi dada na minha intervenção. Um investimento gigantesco deste Governo Regional, na última legislatura, no reforço de recursos neste domínio nas escolas.

E, Sr. Deputado, há uma questão que é essencial. Há apoios que podem ser prestados na escola, que são apoios pedagógicos, e há apoios terapêuticos que nunca poderão ser prestados nas escolas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas sinalizados nas escolas!

A Oradora: Não podem ser prestados nas escolas, não é exetável nem tão pouco desejável que uma escola preste apoios em psicologia clínica, como o senhor bem sabe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas sinaliza os alunos!

A Oradora: A psicologia clínica requer um apoio individualizado, fora da escola, não dentro da escola.

Portanto, há questões que não se devem, de facto, confundir, porque não contribuem para o esclarecimento desta matéria.

E penso que numa primeira abordagem, agradeço a atenção que me dispensaram.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária, naturalmente:

Em primeiro lugar, registar a maneira como o Governo já, várias vezes, foi notório com o Sr. Secretário da Educação, no Plenário passado, é agora também com a Sra. Secretária, que faz um longo discurso e que depois, à pressa,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): À pressa?!

O Orador: ... tenta responder às perguntas.

Sra. Secretária Regional, vejo que o Governo está incomodado, fica incomodado...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor é que está incomodado com a resposta!

O Orador: ... com a situação descrita.

Sra. Secretária, quais são as empresas, quantas são as que operam na RAA? E, Sra. Secretária, eu comecei por dizer que importava garantir a assistência aos alunos, os tratamentos aos alunos e eu não defini permanente, a senhora é que definiu.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Disse que era para sempre!

O Orador: Eu só referi e citei o artigo, mais nada.

E, Sra. Secretária Regional, vamos lá a saber. Então, se a senhora diz que... A senhora acabou de passar aqui um atestado de falência total do Serviço Regional de Saúde,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso é o que o senhor diz!

O Orador: ... da Educação, das equipas de saúde escolar. Se todos estes alunos são sinalizados nos exames escolares de avaliação de saúde aos cinco anos, aos 12 anos, se 85% deles são vistos a nível auditivo, dentário, etc., etc., não foram sinalizados? Nenhum deles foi sinalizado? Passam pelo crivo desses técnicos do Serviço Regional de Saúde e eles não deram por isso? Há aqui qualquer coisa que está mal. E, Sra. Secretária, o problema é o seguinte, e é aqui que eu coloco a questão: quem deve sinalizar as crianças com necessidades educativas especiais, quem deve sinalizar é a escola. E como a Sra. Secretária referiu aí, e que aumentou... Por isso é que temos professores de educação especial, por isso é que temos psicólogos nas escolas, que devem encaminhar os alunos, Sra. Secretária, eu primeiro lugar, para o Serviço Regional de Saúde, em primeiro lugar. Ou o Serviço Regional de Saúde não tem capacidade de resposta? É essa a questão que temos que colocar, Sra. Secretária: por que é que os alunos não são sinalizados nas escolas?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas quem é que diz que não são sinalizados?

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Mas são!

O Orador: Que têm psicólogos, têm professores de educação especial e que eles não os sinalizam, porquê? Por que é que esses alunos são apenas sinalizados num processo, que eu ainda não percebi como, e depois mandado à escola para a escola dizer que não tem capacidade de resposta? E a escola por que é que não manda para o Centro de Saúde? Por que é que não manda para o Serviço de Psicologia do hospital? Por que é que não manda para os terapeutas

da fala dos centros de saúde e dos hospitais, Sra. Secretária Regional? Qual é o problema? E o que é que a incomoda nessa questão toda, Sra. Secretária? O que é que incomoda o Governo?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Nada! Absolutamente nada!

O Orador: E, já agora, os rastreios, Sra. Secretária, como são feitos? Com que regras? Com que critérios? Obedecem a que critérios? Quem autoriza os rastreios nas escolas? E qual é o critério? Também são avaliados? Por que é que não são os centros de saúde, como no passado se fazia?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Os centros de saúde fazem! Eu acabei de dizer isso!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Não é nada assim!

O Orador: Por que é que não são? Por que é que permitem que entidades privadas entrem pela escola dentro, selecionem alunos e os levem para os tratar...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: ... nas suas clínicas? Por que é, Sra. Secretária? A senhora não sabe.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Sei, sei!

O Orador: O Sr. Secretário da Educação não está, por que é que permite? E os rastreios são feitos segundo as normas ética e deontológicas? Como é que é feito o rastreio? A senhora sabe? Cumpre as regras todas? Há aqui quem esteja e que sabe que não cumpre, não sou só eu. Há aqui gente que sabe que não cumpre. E permitem isto, todos os dias, nas nossas escolas, Sra. Secretária Regional.

Portanto, o que estamos a assistir é a uma coisa que pode ser muito perigosa para a saúde dos nossos alunos e isso não parece preocupar o Governo. Explique-me por que é, se há professores de educação especial, se há

psicólogos nas escolas, vai-me dizer quantos tem cada unidade orgânica, quantos professores tem, quantos psicólogos tem em cada unidade orgânica; se esses alunos não são sinalizados por eles e se são, por que é que não são encaminhados para o Serviço Regional de Saúde ou se são e o Serviço Regional de Saúde não dá resposta. Essa é que é a questão, da Escola Inclusiva, do Serviço Regional de Saúde para todos, que dê resposta a todos. Afinal de contas, não dá. Ou há aqui outra coisa que eu não consigo perceber, Sra. Secretária? É isso que a senhora tem que explicar: por que é que não foi feito o caminho que, aliás, é feito em todas as outras especialidades? Por que é que o Sr. Secretário cortou na fisioterapia? A fisioterapia agora só é se o serviço público não dá resposta, e outras especialidades. Só vão à privada quando não há resposta no público, por que é que aqui é ao contrário, Sra. Secretária? Explique lá a contradição. Se na nova portaria de reembolsos que o Sr. Secretário fez e de assistência de cuidados de saúde, nomeadamente da fisioterapia, só vão para a privada quando o público não dá resposta; aqui só vão para o público quando o privado não dá resposta.

Oh, Sra. Secretária, em que é que ficamos? Dois pesos e duas medidas ou há aqui algo que eu não estou a perceber e a senhora não me quer explicar? Ou há aqui outra coisa que é preciso, muito mais grandiosa do que isso e que os senhores estão a tentar esconder?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem de concretizar isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A procissão ainda está no adro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Temos, hoje, um debate no país a respeito do sistema educativo público em contra ponto ao sistema educativo privado e a questão é esta, a nível nacional, e o que nós verificamos na RAA é que com este Governo do Partido Socialista pressupostamente, teoricamente um Governo de esquerda, nós temos uma forte intrusão nos processos educativos, uma evidente intrusão de interesses privados no âmbito do Sistema Educativo Regional. E a questão, e o que é possível verificar, e eu não sei se vou ser processado também, mas estou aqui à disposição para dar o peito às balas, e, portanto, processem-me.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Trouxe o colete?

O Orador: Hoje em dia, não tenho qualquer tipo de dúvidas que há um sistema corrupto montado neste sistema de apoios ao sistema educativo especial, não tenho qualquer dúvida. Aliás, eu tenho já um conjunto de testemunhos em relação a esta situação.

O que eu pergunto, depois de aqui ter sido denunciada, nesta Casa, esta situação, faço uma pergunta muito concreta ao Governo do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Governo dos Açores e não do Partido Socialista!

O Orador: Que ação fiscalizadora desenvolveu no sentido de verificar a veracidade das questões que aqui foram levantadas no último Plenário, aqui realizado o mês passado? Que ações de fiscalização foram efetivamente levantadas por parte do Governo Regional em relação a esta matéria?

Porque é evidente que, da nossa parte, existe um conjunto de órgãos de gestão, um conjunto de professores que estão nos órgãos de gestão que avalizam, que testemunham que isto é verdade, que há uma indução, uma forte indução para que exista por parte destes privados uma interação com o Sistema Educativo Especial, com o Sistema Educativo Regional, em que as coisas funcionam ao contrário, como muito bem disse aqui o Sr. Deputado Artur Lima, em que não existe um período de decisão inicial que seja do público, que seja por parte das

escolas, tomado por parte das escolas, com o cronograma que V. Ex. ^{as}, em relação à intervenção no ensino de educação especial, em relação a esta questão, o cronograma que está previsto na lei e que V. Ex. ^{as} também têm publicado nas páginas da Direção Regional da Educação. Não é seguido este cronograma de intervenção, é ao contrário: são os privados que impõem às escolas, que sinalizam às escolas o caminho e os alunos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é verdade!

O Orador: E, meus senhores, isto está completamente invertido. O que é evidente hoje é que há um conjunto de interesses que estão instalados no âmbito da educação especial e que estão a fazer muito dinheiro com esta questão. É necessário que o Governo responda aqui que ação de fiscalização mandou fazer, a que conclusões é que chegou.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, afirmar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo estão, como sempre estiveram, disponíveis para acompanhar e legitimar todas as medidas que vão ao encontro aos superiores interesses das nossas crianças e jovens que são portadoras de necessidades especiais e também promover sempre a sua inclusão. Este é um grande objetivo do Partido Socialista, do seu Grupo Parlamentar e do Governo.

Tanto assim é que desde que há publicada a legislação nacional, desde 1981, com as alterações que foram provocadas também na região, o Governo apresentou nesta Assembleia um DLR que criou o regime jurídico da educação especial, como também a Portaria que regulamenta as atribuições e o funcionamento. Isto quer dizer que com a evolução deste processo há, sem dúvida, um grande avanço nesta matéria e há um avanço porque existem

equipas multidisciplinares de intervenção precoce em todas as unidades de saúde, há um maior número de recursos humanos nas escolas essencialmente, tal como já disse a Sra. Secretária da Solidariedade Social, nos diversos técnicos diferenciados e há, sem dúvida, um processo que é um processo que põe, ou melhor, que legitima a atribuição deste subsídio, de acordo com a legislação nacional. E há aqui uma coisa que é muito importante que nós saibamos e nos recentramos.

O circuito que é utilizado para sinalizar estas crianças até que elas tenham o seu diagnóstico e que venham a usufruir do subsídio especial de educação está perfeitamente definido. Ou é identificado pelas famílias e elaboram o seu requerimento ou são sinalizadas pela escola, que segue a tramitação habitual nestes processos.

E há aqui um passo intermédio, que é um passo que é fundamental e que nós não nos podemos esquecer que é o preenchimento e o diagnóstico clínico. A partir do momento que no impresso obrigatório está preenchido o diagnóstico clínico, assinado por um médico especialista, que normalmente é ou pedopsiquiatra ou neuropsiquiatra ou pediatra, inclusivamente médicos de medicina geral ou familiar ou outros médicos que tenham sustentação clínica que confirme estas situações de necessidades especiais e depois que este percurso em que as próprias escolas confirmam a presença destes alunos com estas necessidades, o circuito termina, logicamente, no Instituto da Segurança Social, para fazer o pagamento do subsídio a que tem direito.

Não há possibilidade, neste momento, neste circuito, que ninguém ponha em causa um diagnóstico clínico,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há, há!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não há!

O Orador: ... mas há a possibilidade, se estiver perante situações passíveis de serem situações ilegais ou abusivas, de intervir neste processo. E tanto assim é

que as próprias inspeções regionais da educação e da saúde estão a atuar nesse sentido.

Há um conjunto de queixas que já chegaram ao Governo e, nesse sentido, o Governo tomou a iniciativa de mandar inspecionar todas as situações comprovadamente ou eventualmente suspeitas...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... que estão a acontecer na região. E a partir da intervenção dessas instituições que o Governo tem ao seu dispor e concluídos os factos, com certeza que serão tomadas as medidas que serão as mais adequadas e as exigidas para estas situações.

E quero garantir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e também o Governo estão disponíveis e vão atuar no sentido que, quando identificadas situações que violem os normais princípios éticos e deontológicos nesta prática ou neste processo, atuará e terá de atuar, com mão pesada, seja em quem for.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Assumimos esta situação perante esta Câmara...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... e assumimos esta situação perante todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado tem conhecimento ou não tem?

Deputado Domingos Cunha (PS): A pergunta foi feita à Sra. Secretária!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O tema do debate de urgência que o CDS traz a esta Casa levanta questões de fundo. Desde logo, o apoio aos alunos na escola e aos planos de saúde escolar, à sinalização dos problemas na escola com os alunos identificados e a quem responde perante as questões identificadas ou perante as sinalizações feitas nas escolas. E permitam-me que vos diga, Sras. e Srs. Deputados, que, no fundo, o que aqui está em causa é uma falta de articulação entre a educação e o departamento da saúde do Governo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O que está aqui em causa é o desconhecimento dos Srs. Deputados sobre a utilização de um subsídio!

O Orador: O Plano Regional de Saúde prevê um capítulo relativo à saúde escolar, comporta um conjunto de iniciativas tendentes à promoção e à educação da saúde, em relação às quais nós concordamos, estabelece, em articulação com a saúde, a realização de exames globais de saúde, como a Sra. Secretária disse, aos 5 anos de idade e aos 12 e 13 anos de idade, mas prevê outras situações e, nomeadamente, prevê a monitorização dessas situações, inclui no Plano Regional de Saúde indicadores para monitorizar esse tipo de comportamentos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e o que verificamos é que não são públicos, pelo menos, os resultados desses indicadores.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Eu acabei de transmitir!

O Orador: A Sra. Secretária referiu aqui alguns valores referentes a medidas tendentes à promoção e à educação da saúde, essencialmente. O que a senhora aqui referiu são, no fundo, as orientações que as escolas têm, desde há alguns anos e não recentemente, relativamente à obrigatoriedade da elaboração de planos de atividades de saúde escolares, da obrigatoriedade anual da apresentação de um relatório de atividades relativamente às atividades desenvolvidas no ano

letivo, mas há muito mais para além disso. E falta-nos uma outra componente, para além da promoção e da educação para a saúde, que é precisamente a da identificação precoce na escola...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora nem mais!

O Orador: ... dos problemas portadores de cada um dos doentes e que não podem ficar à espera dos exames globais de saúde efetuados aos 5 anos de idade ou dos exames globais de saúde efetuados aos 12 e aos 13 anos de idade, nos centros de saúde, quando a população tem médico de família para o fazer, mas como o Sr. Secretário Regional da Saúde aqui reconheceu num debate recente, há 55 mil açorianos sem médico de família.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Por isso é que aprovamos a vossa proposta de alteração!

O Orador: Pressuponho que nestes 55 mil existirão muitas crianças que necessitariam de ser observadas e não o são.

Mas, precisamente e relativamente à identificação precoce dos problemas de saúde nas escolas, o próprio Plano Regional de Saúde prevê o seguinte. Está na página 125, Sra. Secretária Regional, e diz assim: “Organização de rastreios (audição, visão, saúde oral ou outros) em articulação com escolas e recursos humanos adequados das unidades de saúde de ilha...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça!

O Orador: ... ou hospitais E.P.E.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça!

O Orador: Oh, Sra. Secretária, mas onde é que esses rastreios foram efetuados? Quando? Em que escolas? Onde está um relatório de atividades semelhante àquele que a Sra. Secretária Regional referiu relativamente ao programa de atividades de saúde escolar desenvolvido nas escolas e que nos faça o retrato exato do número de rastreios e que tipo de rastreios...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Rastreios!

O Orador: ... foram feitos nas escolas e por quem, Sra. Secretária Regional? No nosso entender, eles deveriam ser feitos pelos profissionais de saúde do sistema público,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): E são!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são, não!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A higiene oral!

O Orador: ... em articulação, cuidados de saúde primários e unidades hospitalares.

Até porque lhe recordo, Sra. Secretária, também o artigo 43, contido no capítulo 8.º do Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

Vejamos o que o Estatuto do Serviço Regional de Saúde diz.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Onde isso já vai!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já vai no favorecimento que vocês andam a fazer a alguém!

O Orador: Já vai precisamente para lhe explicar o conceito, Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, em relação àquilo que eu estava a defender!

Diz que “os doentes...”, nesse caso, a situação é extensiva às crianças que se encontram identificadas com problemas de saúde, “... que apresentam situações clínicas que ultrapassem as possibilidades humanas e técnicas de diagnóstico ou tratamento a nível da entidade prestadora de cuidados de saúde do concelho ou ilha de residência”. Qual é a hierarquização que o Estatuto do Serviço Regional de Saúde prevê para essas situações?

Em primeiro lugar, “deverá o doente...” neste caso, a criança identificada, “... recorrer às entidades prestadores de cuidados de saúde da rede pública localizada na mesma ilha”, alínea a) do artigo 43, do Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

Alínea b): “Unidade de saúde ou prestador de cuidados de saúde convencionado da mesma ilha”.

Alínea c): “Unidade de saúde ou prestador de cuidados de saúde privados da mesma ilha”.

Ou seja, Sra. Secretária Regional, o que nós estamos aqui a verificar é que, apenas e só pelo teor, pelo conteúdo do Serviço Regional de Saúde, a prestação de entidades privadas, e por que não, se faz em terceira linha: primeiro, entidades públicas de saúde; em segundo lugar, entidades convencionadas com o sistema público; e em terceiro lugar, entidades privadas.

Mas voltando ao conceito dos rastreios, Sra. Secretária Regional. Se é verdade que entidades privadas fazem, em primeiro lugar, esse tipo de rastreios, que, no nosso entender, são absolutamente necessários efetuarem-se nas nossas escolas, os rastreios não podem esperar por exames globais de saúde efetuados aos 5 anos e aos 12 e 13 anos, nos nossos centros de saúde, não podem esperar por essas situações, porque diminuições da acuidade visual, diminuições da acuidade auditiva têm que ser identificadas muito mais cedo e quanto mais precocemente forem identificadas, melhor é o prognóstico dessas crianças, melhor é o seu desenvolvimento, melhor é o seu nível de aprendizagem.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Concordo plenamente!

O Orador: Portanto, onde estão os rastreios efetuados nas escolas, como o próprio Plano Regional de Saúde prevê? E quem os faz? Que proporção (está aqui um indicador, precisamente no Plano Regional de Saúde) de rastreios auditivos e oftálmicos foram feitos nas nossas escolas, nos últimos dois anos? É essa a questão que eu lhe coloco.

Oh, Sra. Secretária Regional, se o sistema público não dá resposta,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Aí é que está!

O Orador: Nós só podemos reconhecer uma coisa, é que o sistema público não tem capacidade para dar resposta às necessidades das crianças. E, então, nessas circunstâncias, Sra. Secretária Regional, permita-me que lhe lembre que fazia todo o sentido um projeto de resolução que o PSD apresentou aqui, há dois anos, precisamente previa o reforço das escolas em entidades, em técnicos, terapeutas da fala, psicólogos,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o que é que está aqui?

O Orador: ... permitissem a identificação precoce a essas crianças e que os senhores chumbaram aqui.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: Mas sabe por que é que chumbaram? É porque era o PSD a propor, Sra. Secretária, e os senhores conseguem na vossa atividade política diária colocar em primeiro lugar a partidarite e não os interesses específicos das pessoas que precisam de cuidados.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o que a gente aprovou? Desse o senhor não fala!

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: Portanto, Sra. Secretária, coloquei-lhe aqui duas questões, tenho pena que o Sr. Secretário Regional da Saúde não esteja presente para responder a estas questões.

Repito, Sra. Secretária, onde estão os rastreios? Quando foram feitos? Quem os fez? Quem dá resposta às questões sinalizadas?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Nuno Meneses.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Relativamente a esta temática dos apoios sociais às crianças e jovens com necessidades educativas especiais a quem tenha sido identificada a necessidade de mobilizar recursos técnicos especializados decorrentes da implementação das medidas educativas especiais que impliquem encargos económicos para as famílias, está definido em decreto regulamentar, que garante que, sempre que não sejam ministradas no estabelecimento de ensino frequentado pela criança ou jovem com necessidades educativas especiais tais medidas, possa beneficiar da prestação desses cuidados com o devido apoio social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Não obstante, parece-me evidente que, sempre que possível, seria desejável que fosse a escola a prestar as respostas educativas necessárias e, portanto, importaria que se fizesse também uma análise àquela que tem sido a capacidade das escolas da região de efetuar tais respostas.

O regime jurídico de educação especial e de apoio educativo, não tenho dúvida que será facilmente reconhecido como um marco importante na afirmação do paradigma da escola inclusiva nos Açores e na defesa do ensino para todos.

Nesta medida e na sequência do preconizado no diploma anteriormente citado, as unidades orgânicas da região passaram a ter à sua disposição uma estrutura organizativa e foram, ao longo do tempo, integrando os meios técnicos necessários para que se pudesse caminhar de forma sólida no sentido de uma

verdadeira inclusão e numa resposta efetiva às características e necessidades de cada indivíduo.

Educar na e para a diversidade passou a ser uma exigência e um desafio da escola, que se quer inclusiva. Uma escola capaz de garantir não só o acesso à educação a todas as crianças e jovens com idade escolar, mas sobretudo tornar efetiva a sua educabilidade, independentemente das suas características pessoais e sociais.

Não é, portanto, por acaso que a educação especial e o apoio educativo fazem parte integrante da estrutura das redes de ensino regular, permitindo assim, por um lado, assegurar o funcionamento adequado dos núcleos de educação especial, mas, acima de tudo, responder às necessidades educativas específicas das crianças e jovens da região com necessidades educativas especiais.

O regime jurídico de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional prevê a existência de equipas multidisciplinares de apoio socioeducativo nas unidades orgânicas, constituídas por psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, representante de cada Instituição Particular de Solidariedade Social, pais, encarregados de educação, que garantem a efetiva comunicação entre os diferentes intervenientes, assegurando assim o verdadeiro funcionamento em rede e garantindo uma verdadeira articulação e rentabilização dos recursos disponíveis.

Relativamente às restantes necessidades que tem sido necessário colmatar, essas equipas multidisciplinares têm ao seu dispor mecanismos de encaminhamento e de articulação com as unidades de saúde de ilha e, quando necessário, com a Segurança Social. O que não podemos deixar que aconteça é que alguma criança deixe de beneficiar de qualquer tipo de resposta.

Embora as escolas, hoje, se encontrem dotadas de uma enorme diversidade de recursos humanos, formados nas mais diversas áreas, convenhamos que, por vezes, numa determinada área geográfica, numa determinada especialidade,

será normal que seja necessário recorrer-se ao setor privado, resultado dessa especificidade.

O que é importante para nós é garantir que mesmo nessas situações haja igualdade de acesso e igualdade de oportunidades e é nesse sentido que entendemos o subsídio de educação especial.

Cabe à escola o papel de sinalizar, encontrar respostas e acompanhar cada caso, pois estará numa posição privilegiada para isso. Não obstante, não é impeditivo que a família, por sua autoria, tenha a iniciativa de despoletar algum processo de diagnóstico ou até mesmo as comissões de proteção de crianças e jovens em risco, pois terão competência para tal.

Quanto aos casos de eventuais abusos e eventuais diagnósticos indevidos, entendemos que casos desse devem ser, naturalmente, averiguados pelas entidades com competência nessa área, aliás, como já tem sido feito, mas em relação ao subsídio de educação especial, ele está previsto na lei e a sua aplicação poderá, eventualmente, representar uma mais-valia para o apoio e acompanhamento das crianças e jovens que padeçam, efetivamente, de problemáticas do foro cognitivo, psíquico, entre outras.

Se calhar o caminho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia ser outro!

O Orador: ... será o de corrigir as limitações previstas na lei para que seja mais transparente a atribuição de subsídios à educação especial, não será talvez avisado, sim, banir esta resposta, que terá de ser, naturalmente, complementar e supletiva, em prejuízo de quem dela necessita e beneficia.

O Governo tem já, portanto, trabalho consistente nesta matéria e certamente continuará a seguir o rumo da inclusão.

Nos últimos anos, foi feito um enorme investimento ao nível dos recursos humanos, docentes e não docentes, com formação em diferentes áreas e capazes de dar as melhores respostas ao abrigo do regime de educação especial.

Neste momento, a região conta com cerca de 250 docentes de educação especial com formação em diversas áreas específicas, o que representa um crescimento de cerca de 25% em relação ao ano letivo 2013/2014.

Para além dos técnicos superiores na área da psicologia, existem também licenciados em serviço social, técnicos de educação especial e reabilitação, terapeutas da fala, técnicos de psicomotricidade, que totalizam este ano letivo perto de 140, o que representa um crescimento de cerca de 60% nos últimos dois anos.

Ao nível da intervenção precoce, está prevista a sinalização e acompanhamento de crianças que, naturalmente, por razão de idade, não integrariam o sistema educativo regional e, nessa medida, foi prevista a intervenção precoce coordenada, neste momento, a nível regional, mas com valências concelhias, numa perspetiva de contacto de proximidade com o objetivo de sinalizar, acompanhar e encaminhar, numa primeira fase, e de, numa segunda fase, preparar a transição da criança para as estruturas regulares da comunidade, designadamente para a escola.

Hoje, na região, estão constituídas e em pleno funcionamento as equipas regionais e locais da referida intervenção precoce, sendo que a essas equipas não compete intervir diretamente na resolução das problemáticas em muitos casos, mas, sim, serem um veículo de desenvolvimento dos mecanismos que permitam dar uma resposta efetiva aos casos identificados e, naturalmente, articular, acompanhar e encaminhar as crianças e famílias para as devidas respostas executadas pelos técnicos especializados nas diferentes áreas da saúde e da área social.

No âmbito da intervenção precoce, estão a ser acompanhadas na região mais de 200 crianças por mais de 70 profissionais de saúde.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Muito bem!

O Orador: Hoje, as escolas, nos Açores, zelam por uma maior abertura à sociedade, já prevista no regime da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional e promovem uma melhor articulação entre os diferentes departamentos tutelados pelas áreas da educação, da saúde e da solidariedade social.

Se reconhecemos que dispomos, neste momento, de uma rede que já trabalha de forma eficiente e responde de forma eficaz, reconhecemos também que os apoios sociais às respostas nas áreas das necessidades educativas especiais devem assumir um carácter supletivo. Agora, volto a reforçar: não devemos deixar ninguém sem uma resposta educativa que seja necessária.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Respondendo muito brevemente a algumas das questões que me foram colocadas.

Quem são as empresas prestadoras deste tipo de serviço? São nove empresas: CDIJA, CTIJ, LAPSIS, CIT, FALARTE, Infinito, Raríssimas, Clínica Médica da Praia da Vitória e Fitness Absoluto.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Parece aquelas letras pequenas que passam nos anúncios!

A Oradora: Uma outra questão que foi aqui colocada relativamente às sinalizações e ao número de crianças acompanhadas com recurso a este tipo de subsídio. Estamos a falar de 752 crianças na região, sendo que, e note-se, o número de crianças sinalizadas pela escola e acompanhadas pela escola sob necessidades educativas especiais são 3861 crianças. Portanto, penso que aqui

fica clarificado que cada coisa em seu lugar, as sinalizações pelas escolas estão a acontecer, os acompanhamentos pelas escolas estão a acontecer.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão em relação à fiscalização, necessariamente que o Governo, Sr. Deputado, uma coisa é garantir o acesso a uma prestação que é de direito, e o Governo toma todas as diligências no sentido de ser célere, justo e eficaz na atribuição de uma prestação que é nacional e que nos cumpre a nós avaliar e atribuir, e outra coisa é, mediante a apresentação de denúncias ou queixas de situações menos corretas, o Governo intervém também.

Nessa medida, foi, de facto, efetuada uma queixa, no ano passado, por um médico da área de especialidade, na sequência dessa queixa apresentada foi feito um conjunto de diligências nas três áreas que intervêm nesta matéria (solidariedade social, saúde e educação) e foi determinada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde uma ação inspetiva, que se encontra em curso, conjunta da Inspeção Regional de Saúde e da Divisão de Inspeção da Segurança Social.

Sr. Deputado Luís Maurício, eu percebo que o debate do subsídio de educação especial não interesse muito ao PSD, até porque, como referi, mas talvez não tenha tomado em devida conta, esta foi uma matéria muito debatida a nível nacional, nos últimos quatro anos, em que o Governo da República foi instado,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A força da autonomia!

A Oradora: ... designadamente pelo Sr. Provedor de Justiça, a resolver todas as dúvidas que se colocam na aplicação desta prestação.

Como é que o Governo da República, na altura, resolve ultrapassar esta questão? Celebrando um protocolo, à margem da lei, que dificulta o acesso à prestação em vez de optar pela clarificação da medida. Foram criados grupos de trabalho, um primeiro para a avaliação, um segundo já para a concretização de

uma proposta, sendo certo que, passados os 90 dias, algures em 2014, e propostas, que é bom, de facto, não surgiram.

Aliás, houve, inclusivamente, um debate na Assembleia da República, nesse mesmo ano, por iniciativa de uma associação, mas também na sequência de propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, exatamente para que o Governo deixasse de lado esse protocolo à margem da lei, que introduzia avaliações às prescrições médicas, quando, na verdade, essas questões não estavam previstas na lei.

Penso que agora o debate está a ser retomado a nível nacional e temos condições para, até ao início do ano letivo, clarificar os aspetos que há a clarificar.

Naquilo que o Sr. Deputado coloca, de facto, este relatório de atividades da saúde escolar a que fiz referência também tem, para além do exame global de saúde a que fiz referência e que ele próprio comporta um conjunto de rastreios, como disse e bem, e eu já tinha referido, aos 5, aos 12 e aos 13 anos, o que é facto é que, para além destes, também são feitos outros rastreios de natureza pontual, e, na sequência destes rastreios, quer do exame global de saúde, quer dos rastreios pontuais que foram efetuados, designadamente rastreio visual, auditivo, índice de massa corporal, tensão arterial e saúde oral, destes rastreios resultaram encaminhamentos para diversas especialidades, nomeadamente consultas de medicina geral e familiar, nutrição, psicologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, entre outras.

Parece-me essencial que se diga que prova disso é que desses exames realizados ou desses rastreios realizados, há alunos com necessidades de saúde especiais, resultaram esses encaminhamentos e que podem ser visualizados neste gráfico, ou seja, todos eles, mais de 60%, no pré-escolar, no primeiro ciclo, segundo ciclo, terceiro ciclo e secundário, correspondem a encaminhamentos em resultado destes rastreios realizados.

Apenas mais uma questão que me parece imprescindível.

Como é óbvio, e aqui foi já referido pelo Sr. Deputado Nuno Meneses, não se limita a intervenção do Governo Regional aos 5, aos 12 e 13 anos de idade; há um patamar essencial que é a intervenção precoce e é a esse nível que se diagnosticam precocemente questões associadas ao desenvolvimento das crianças. Aliás, o diploma da educação especial foi revisto e penso que debatido aqui por todos, exatamente com o propósito de haver um reforço ou um alargamento na idade em que a intervenção precoce atua.

Felizmente, hoje em dia, com uma dinâmica diferente, a intervenção precoce já é capaz de responder às necessidades das crianças, com certeza que ainda é necessário um investimento suplementar por parte do Governo Regional nesta matéria, mas penso que já temos bons indicadores de desempenho que nos permitem estar seguros de que o futuro é promissor no desenvolvimento destas políticas no domínio da saúde e da educação.

Obrigada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas 22 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Valdemiro Vasconcelos ocupa o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao nosso debate.

Eram 12 horas 28 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

Nesta minha primeira intervenção no de debate de urgência sobre apoios sociais aos alunos com necessidades educativas especiais e saúde em meio escolar, eu queria garantir que a Sra. Secretária Regional não ficaria sem tempo do Governo para poder esclarecer, eventualmente vou repetir algumas perguntas que já foram feitas, mas a que a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social ainda não teve ocasião de responder.

Então, eu começaria por perguntar à Sra. Secretária Regional e pedir-lhe o favor de informar esta Câmara sobre: qual o montante pago nos últimos cinco anos às empresas que trabalham com estas crianças e estes jovens com necessidades e especiais e que, hipoteticamente, ou, diria, necessariamente, serão sinalizados pelas escolas; qual o montante despendido pelo Governo nos últimos cinco anos; quantas crianças e jovens com este tipo de necessidades foram acompanhadas por estas empresas nos últimos cinco anos; quantas empresas deste tipo e a prestar este tipo de serviços existem na região ou não...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já respondeu!

A Oradora: Não é quantas. Várias...

Não, não disse! Então, mas eu vou pedir à Sra. Secretária Regional, que tem tempo, para fazer o favor de dizer quantas e quais.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Já foi dito!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já respondeu!

A Oradora: Depois, quem é que sinaliza, de facto, estas crianças e jovens, quem é que tem essa responsabilidade.

Depois, perguntar também à Sra. Secretária quantos atos inspetivos, nos últimos cinco anos, é que o Governo Regional, através das suas diversas inspeções, fez a cada uma destas empresas que trabalham na RAA.

Perguntar também à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social se é ou não é verdade que em algumas empresas foram detetadas irregularidades graves, por exemplo, que o pagamento do subsídio de educação especial era pago a estas empresas com o nome de crianças que já não frequentavam os serviços dessas empresas. E, Sra. Secretária Regional, estamos a falar de milhões de euros por ano.

É ou não é verdade que há casos também nessas empresas em que para receber este subsídio no valor de 293 euros por mês estas empresas fazem consultas aos pais e às mães das crianças e contabilizam no nome das crianças para poderem receber o respetivo subsídio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

A Oradora: E finalmente, perguntar, nesta primeira intervenção, à Sra. Secretária Regional o que é que a sigla CDIJA, Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores, Lda., diz à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, diz à Segurança Social, o que é que a Sra. Secretária sabe sobre esta empresa de São Miguel.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sabe nada!

A Oradora: Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Passo então a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Irá, com certeza, responder à Sra. Deputada Zuraida Soares, mas não me respondeu à contradição aparente ou real que eu aqui levantei. E também, já agora, saber o que é que pensa da CIT, na ilha Terceira, o que é que tem a dizer sobre essa clínica também. Já agora, Sra. Secretária, se me tem a dizer alguma coisa sobre isso e, já agora, Sra. Secretária, se me pode fornecer, no decorrer deste debate ou no final deste debate, o nome das empresas onde estão inscritos, há quanto tempo estão inscritos da Direção Regional de Saúde e a sua sede ou morada, e o seu diretor clínico, se me pode fornecer estes dados aqui à Assembleia, Sra. Secretária.

Deputado Berto Messias (PS): E o código postal, se quiser!

O Orador: Porque, como sabe...

De resto, Sra. Secretária, há aqui uma coisa que me parece absolutamente contraditória e que a senhora vai ter que explicar. O Sr. Secretário Cabral não está, o Sr. Secretário Avelino Meneses também não está e, portanto, vai ter que ser a senhora. Por que é que foi limitado, Sra. Secretária, os alunos que têm apenas necessidade de terapia da fala? Foi-lhes cortada essa possibilidade de serem reembolsados pelo Serviço Regional de Saúde. Esses alunos, esses miúdos, essas crianças, hoje em dia, foi-lhes reservada a seguinte sorte: aqueles que não têm médico de família, e que deviam ter no final da legislatura, ficam arredados, os que têm médico de família esperam seis meses para uma consulta do seu médico de família e depois esperam de referenciados para o hospital, tem uma lista de espera, por exemplo, na Terceira, de quase dois anos. Ou seja, a criança, que começou com três anos na terapia da fala, que estava a fazer evoluções, está há um ano e meio à espera e regrediu no seu avanço clínico. Acha isso bem? E por que é que, neste caso, primeiro tem que socorrer aos serviços públicos e depois passar para o privado? No caso dessas empresas que

a senhora referiu, vão diretamente, têm acesso direto aos tratamentos e a Segurança Social paga.

E eu fiz-lhe outra pergunta: todos esses alunos têm necessidades educativas especiais? Todos esses alunos cumprem o n.º 1 do 14/81? Todos, eu faço-lhe a pergunta, todos? Têm que cumprir?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Não! Nem têm que cumprir! Respondi na minha intervenção inicial!

O Orador: Têm que cumprir o estipulado no n.º 1 do 14/81. Pronto.

Um aluno que necessite apenas de terapia da fala está incluído nesses alunos?

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): O senhor acha que é apenas!

O Orador: Um aluno que necessite apenas de terapia da fala está incluído nesses apoios, Sra. Secretária? É a pergunta também que lhe faço.

E já agora, Sra. Secretária, referiu aí que cerca de 3300 alunos com necessidades educativas especiais, cerca de 10% do universo de alunos, 3300 com necessidades educativas especiais, percebi bem?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): 3861!

O Orador: 3861! 11 ou 12% do total de alunos.

E a Sra. Secretária referiu que 750 são tratados por essas entidades privadas, certo? Três mil são tratados onde?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Na escola!

O Orador: Quem os trata? Os outros 3 mil, são tratados onde? Porque a Sra. Secretária acabou de me dizer aí, há bocado, que há certas situações, como eu bem sei e sei, que não podem ser tratadas na escola, têm de ser em meio hospitalar.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Ou no Serviço Regional de Saúde!

O Orador: Sobretudo, em clínica.

Portanto, Sra. Secretária, se dão resposta a 3 mil, se a Sra. Secretária reforçou o número de terapeutas, se a Sra. Secretária reforçou o número de professores de educação especial, se reforçou o número de psicólogos, por que é que não dão resposta a todos? A resposta é essa.

A senhora acaba de reconhecer que o Serviço Regional de Saúde, que o serviço que é a educação não tem capacidade de resposta para os seus alunos.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não foi isso!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é verdade! De todo!

O Orador: E qual é o critério, Sra. Secretária, de uns serem para um lado e outros para outro? Essa é que é a questão e que a senhora também fará o favor de explicar.

E depois, Sra. Secretária, que avaliação é feita, já que falamos? Quantos saíram, quantos entraram nesse sistema de tratamento das clínicas privadas? Quantos saíram? Quantos entraram? E quem avaliou esses miúdos? Onde é que estão os relatórios de avaliação final desses miúdos e a quem foram entregues? Foram entregues aos pais? Levaram-nos à escola? A tutela tem conhecimento? Ou são sempre os mesmos miúdos que rodam e rodam? Ou são diferentes? Quais são os relatórios de avaliação, Sra. Secretária?

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este debate de urgência que o CDS nos trouxe aqui e que, com certeza, nos permite, sobretudo, fazer, pelo menos na perspetiva da Representação Parlamentar do PCP, uma avaliação de como funcionam os

apoios à população com necessidades educativas especiais, eu gostaria de começar por fazer duas perguntas à Sra. Secretária Regional, que são as seguintes.

Se o quadro legal na região está a ser estritamente cumprido, o quadro legal de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais.

Segunda pergunta: Se os serviços públicos têm ou não capacidade instalada para responder às solicitações da população com necessidades educativas especiais.

Eu pressuponho que a resposta, para além de outros considerandos que a Sra. Secretária possa fazer, à primeira pergunta será sim e que a resposta à segunda pergunta será não, V. Ex.^a depois dirá e tecerá os considerandos que entender necessários, mas se assim é, o que decorre deste facto, e face a algumas questões que estão aqui a ser levantadas ou que têm aqui sido levantadas, aquilo que decorre, já e para já, deste debate para a Representação Parlamentar do PCP é a necessidade que o quadro legal seja alterado e, sobretudo, que o Serviço Regional de Saúde seja dotado dos meios necessários, quer ao nível dos cuidados de saúde primários, quer ao nível hospitalar, para que o serviço público possa dar uma efetiva resposta a estas questões que se levantam, isto é, todos os apoios para a população com necessidades educativas especiais.

De qualquer forma, gostaria ainda de dizer o seguinte. Independentemente das dúvidas legítimas que aqui têm sido levantadas e a que V. Ex.^a certamente responderá, há uma questão que me parece fundamental, é que enquanto não for alterado o quadro legal e enquanto não forem reforçados os meios do Serviço Regional de Saúde, têm de se manter os apoios, de modo a que nenhuma criança, nenhum jovem possa ficar sem os apoios, os necessários apoios para que possa ganhar autonomia, para que, no fundo, se aplique aquilo que nós com certeza comungamos, que é a inclusão e a formação dos alunos, das crianças, dos jovens com necessidades educativas especiais. Aliás, é bom que nos

lembramos que durante a vigência do Governo do PSD/ CDS-PP e onde o CDS-PP tinha até a pasta da Segurança Social, aquilo que aconteceu no território continental foi uma alteração, através da celebração de um protocolo entre duas entidades,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Três!

O Orador: ... que acabou por estabelecer um garrote no apoio às famílias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Não é mentira, não, Sr. Deputado. Não é mentira, basta consultar os Diários das Sessões onde estas questões foram discutidas, designadamente na sequência de um conjunto de cidadãos, para perceber aquilo que V. Ex.^{as} fizeram, relativamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Combater a fraude!

O Orador: ... ao cumprimento e ao pagamento do apoio às famílias com crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Portanto, não me parece, aquilo que não me parece... Aliás, há aqui uma contradição, a meu ver, insanável, relativamente à posição do CDS-PP em relação a esta questão, mas isso será assunto para discutirmos aquilo que é público e que é privado e aquilo que deve ser do domínio público e aquilo que deve ser do domínio privado, mas isso é outra questão.

Portanto, o que tem de acontecer nesta região é alterar o quadro legal, é reforçar os meios do Serviço Regional de Saúde para que o Serviço Regional de Saúde tenha capacidade, quer ao nível dos cuidados de saúde primários, quer em termos hospitalares, para que se dê a devida resposta. Agora, o que me parece é que não se pode deixar de cumprir, concordemos ou não com isso, aquilo que está estabelecido, sob pena de que quem fica penalizado são as famílias e são as crianças e os jovens com necessidades educativas especiais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A Sra. Secretária Regional não me respondeu à questão que lhe coloquei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ficar sem resposta!

O Orador: E eu gostaria que, com a mesma exatidão com que informou esta Casa relativamente aos valores percentuais com que as unidades orgânicas apresentaram planos de atividades para a saúde escolar, me dissesse, em vez de utilizar a expressão “os rastreios nas escolas foram pontuais”, estou a citar aquilo que me disse,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não! Disse que havia rastreios pontuais!

O Orador: ... nos informasse com igual exatidão que rastreios é que foram feitos, que proporção de rastreios do ponto de vista percentual é que foram feitos nas unidades orgânicas e quem os fez. E, Sra. Secretária Regional, eu não estou, repito, a inventar nada. O Plano Regional de Saúde que V. Ex.^{as} apresentaram é que prevê, repito, na página 125, como medidas a adotar, “a organização de rastreios, audição, visão, saúde oral ou outros, em articulação com escolas e recursos humanos adequados das Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais E.P.E.” e, como indicadores, exige que sejam determinados (foi isso que eu lhe perguntei e que a Sra. Secretária me respondeu com uma expressão genérica “pontuais”) a proporção de crianças rastreadas por tipo de problema é um dos indicadores, gostava de lhe perguntar. “A proporção de alunos com hábitos nocivos por tipo: álcool, tabaco, drogas e outros”, gostava de lhe perguntar. “Proporção de escolas com projetos de promoção de saúde por tema”, gostava de lhe perguntar. São esses os indicadores que o próprio Plano Regional de Saúde aqui prevê.

Portanto, gostaria que abandonasse a expressão pontual e fosse mais concreta e informasse esta Câmara a cerca da proporcionalidade de rastreios efetuados nas escolas e quem os fez, que profissionais de saúde é que os fizeram, se foram profissionais das unidades de saúde de ilha e dos hospitais ou não e em que altura é que os fizeram, porque, na verdade, Sra. Secretária, a conclusão a que nós estamos aqui a chegar é que apesar dos senhores dizerem que têm um número de técnicos necessários, que apetrecharam as escolas e as unidades de saúde com os técnicos necessários para sinalizar e tratar estes problemas, isso não é verdade, porque, nomeadamente, e o Sr. Deputado Artur Lima aqui referiu, em relação à terapeuta da fala, são dezenas e dezenas de crianças em espera para serem atendidas. E sabe, Sra. Secretária, como é que os pais resolvem essa situação? Pagando da sua algibeira.

Deputado António Marinho (PSD): Exatamente!

O Orador: Porque os senhores fizeram aprovar uma legislação sobre reembolsos que limita a 40 sessões de terapeuta da fala por ano reembolsáveis. Ora, para quem é técnico de saúde e convive com esses problemas, isso é absolutamente insuficiente e inadmissível.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Como é que uma criança com uma dislexia pode usufruir apenas e só de 40 sessões em cada ano civil, reembolsáveis segundo o seu nível de rendimento, sendo que a partir da 41^a é reembolsada a zero e os pais pagam tudo da sua algibeira. Responda-me a isso, Sra. Secretária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se puderem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que visão socialista é esta? Muito bem!

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu inscrevo-me na esperança de obter uma resposta por parte da Sra. Secretária e, portanto, a Sra. Secretária, fico à espera que se inscreva e responda às questões que lhe foram colocadas,...

Deputado Francisco César (PS): Se o senhor usa da palavra, não podemos falar!

O Orador: ... que eu coloquei aqui, desde o início, que voltei a colocar, que foram enfatizadas agora pelo Sr. Deputado Luís Maurício e, portanto, isto é um sistema e dois critérios, e à Deputada Zuraida Soares, que também colocou questões.

Portanto, qual é o critério? Uns são filhos, outros são enteados? Favorecem quem? É que eu não admito que haja dezenas e dezenas de alunos, por uma política de austeridade socialista que impuseram na saúde,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... que eram tratados, reembolsados, alunos na terapia da fala, Sra. Secretária Regional, alunos, algumas pessoas com fisioterapia, que também vão pelo mesmo caminho e que, portanto, uns são filhos, uns são enteados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os senhores riem-se!

O Orador: E é preciso saber se são todos filhos ou se são todos enteados. Portanto, é preciso perceber aqui quem é que o Governo defende. O Governo defende a legalidade? O Governo defende a justiça? O Governo vai atuar? O Governo tem relatórios? Qual a avaliação que faz? E as escolas e os conselhos executivos? E o Governo, que avaliação faz desses 700 alunos que foram vistos?

E a resposta à terapia da fala. E, já agora, o que pensa o Governo dessas nove entidades que a senhora aí referiu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de começar até pelo fim. O Governo o que defende é o bem-estar das crianças, dos jovens e das famílias.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: O Governo defende a medida, o Governo defende a manutenção da medida.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu já disse isso no Plenário passado e volto a dizer: o Governo e o Partido Socialista, que o apoia, defendem a medida e não posso deixar de ficar um pouco perplexa com algumas intervenções convergentes, nesta Casa, que não podiam ser mais divergentes a nível nacional. Obviamente que eu falo do Bloco de Esquerda e do CDS-PP.

Todos nós sabemos que esta questão foi levantada em 2014, em dezembro de 2014, por uma petição levada à Assembleia da República e, mais recentemente, por um projeto de resolução do Bloco de Esquerda, que, neste momento, baixou, a pedido do mesmo, à Comissão e está em análise e, portanto, deve estar a acabar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós não sabíamos isso!

A Oradora: Pois, não sabia, mas ninguém falou disso.

De maneira que se calhar é bom refrescar a memória de alguns partidos, nomeadamente do CDS-PP, que fez parte do último Governo da República, e a verdade é que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora tem interesses nisso!

A Oradora: Eu tenho interesse em que a medida se mantenha, em a medida manter-se, que o apoio seja. E, Sr. Deputado, eu folgo em ver que o senhor nunca teve uma filha que precisasse apenas de terapia da fala, porque quem precisa de terapia da fala às vezes tem disgrafias, tem dislexias e apenas é pouco por um tratamento que uma mãe ou que um pai precisa de terapia da fala para o seu filho. O meu filho fez terapia da fala durante quatro anos porque tinha uma disgrafia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se fosse agora, não podia!

A Oradora: ... e o senhor se soubesse as implicações da falta de tratamento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas fez! É a diferença!

A Oradora: Não interessa como é que fez, interessa é que fez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interessa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o estado social!

A Oradora: Se o senhor soubesse das implicações...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas fez! É a diferença!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, os senhores que se acalmem! A diferença é que eu pude pagar e a diferença é que o Governo agora propicia às famílias que não podem que o façam, está a perceber? Isso é que é a verdade e que os senhores não querem ouvir. Está a perceber? Essa é a diferença!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

A diferença é que eu pude pagar, mas a diferença é que, hoje, todos têm acesso...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente! Muito bem!

A Oradora: ... e isso vai continuar, por muito que custe aos Srs. Deputados.

Se me deixassem falar, eu diria que a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira, do CDS-PP, em 11 de dezembro de 2014, afirmou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

A Oradora: ... na República que, “Sim, é urgente que a legislação seja melhorada para que as regras sejam conhecidas e para que os apoios cheguem de facto a quem deles necessita, mas, repito, não é no subsídio de educação especial que está a resposta, a resposta está nas sinergias, na inclusão da saúde, que terá um papel vital. Nas próximas semanas,...”, em dezembro de 2014, esse Governo esteve em funções até final de 2015, “... o Governo irá tornar públicas as propostas de alteração à legislação”. No mesmo debate, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Luís Fazenda disse: “O subsídio de educação social é uma prestação social. O subsídio não está em causa. Nós estamos hoje, aqui, a discutir o ensino especial e o que o Governo está a fazer é a retirar uma prestação social”. O que o Governo da República fez foi retirar uma prestação social...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e fê-lo através de um protocolo. Aqui o que diz, “Este é que é o ponto”, diz o Sr. Deputado Luís Fazenda. “O Ministro Mota Soares deu instruções, no âmbito do Governo, para ir cortando uma prestação social e é essa prestação social que estamos a discutir e que o Governo decidiu tirar. A pretexto de quê?”, e continua o Sr. Deputado. “A Sra. Deputada disse-o [a Sra. Deputada Teotónio Pereira] de evitar os abusos, de evitar atribuições não rigorosas, um fantasma,...”, diz o Sr. Deputado Luís Fazenda, “... é que a fraude,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que é discutir!

A Oradora: ... onde quer que ela exista, combate-se, combate-se, mas não se elimina o direito das prestações”.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Muito bem!

A Oradora: Não se elimina o direito da prestação e o que passa a haver é que há milhares de prestações que estão a ser eliminadas. Isso foi o que o CDS fez na República, mas o Partido Socialista e aquele Governo não faz isso na região. Há fraude, combate-se; há suspeitas, investiga-se; não se acaba com a medida e isso é que custa.

Mas também custa aquilo a que já, no Plenário passado, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues fez referência. É que o âmbito da educação especial, e eu continuo a dizer que a prestação social do subsídio à educação especial é uma coisa diferente, o Sr. Deputado frisou aqui que, de 2013/2014 para o ano letivo de 2015/2016, tinha havido um aumento de docentes de educação especial de 48% a mais, mais 24 professores, mais 48 docentes; psicólogos passaram de 51 para 75, um aumento de 47%, 24 técnicos a mais nas nossas unidades orgânicas; terapeutas da fala, passaram de 11 para 18, mais 63,6% de aumento num ano letivo; intérpretes de linguagem gestual, passaram de 5 para 9, mais 80%,...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): 80%! Uau!

A Oradora: ... mais 4 intérpretes; técnicos de serviço social, aumentou mais 1200%, passou de 1 para 13.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): De 1 para 13! Isso é um *boom!* (*Risos*)

A Oradora: Isto é que incomoda a oposição, isto é que incomoda, porque o Partido Socialista não faz o que eles fazem, porque o Partido Socialista tem princípios e porque o Partido Socialista respeita os princípios que defende, que são o auxílio, a prestação social, igualdade de oportunidades, de direitos às famílias, às crianças e aos jovens desta região.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo*)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, nós vamos interromper os nossos trabalhos, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa anunciar os tempos restantes para a tarde.

Secretário: Governo Regional, 9 minutos 50 segundos; Partido Socialista, 13 minutos 10 segundos; CDS-PP, 9 minutos 30 segundos; PSD, 11 minutos 15 segundos; PCP, 3 minutos 50 segundos; Bloco de Esquerda, 6 minutos 30 segundos; PPM, 6 minutos 30 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 29 minutos.

Presidente: Tínhamos ainda algumas inscrições quando terminámos para a hora de almoço. O primeiro é o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem então a palavra o Sr. Deputado.

Eram 15 horas e 06 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria, em primeiro lugar, esclarecer a Sra. Secretária qual era a avaliação que se faz destes 750 alunos. E, Sra. Secretária, por uma conta breve que eu fiz, falou em 1 milhão e 700 mil euros gastos neste programa de apoios a necessidades educativas especiais, o subsídio de educação especial. Pelas contas

que faço, para 750 alunos, dá uma bonita soma de 2 mil euros a cada um, é uma bonita soma de 2 mil 300 euros por cada aluno tratado, já que trataram de 750 com 1 milhão e 700 mil euros. Portanto, parece-me uma quantia bastante simpática para se tratar. Se confirma, de facto, esses valores.

Depois, relativamente à Sra. Deputada Catarina Furtado, eu devo dizer, Sra. Deputada, tão simplesmente isto: felizes das crianças e dos filhos cujos pais têm dinheiro para os tratar. Só tenho para lhe dizer isto. Infelizes daqueles que os pais não têm dinheiro para os tratar e o sistema público não lhes dá resposta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, os seus filhos são uns felizardos e ainda bem.

Relativamente, e eu insisto, porquê a dualidade de critérios, Sra. Secretária?

Terapia da fala, vou-lhe dar mais um exemplo do processo kafkiano que tem que percorrer no Serviço Regional de Saúde.

Um aluno é identificado pelo terapeuta da fala e pelo seu médico de família, leva o relatório do terapeuta da fala, leva a carta do médico de família, sabe por onde é que isso é encaminhado, para ir ao hospital, por exemplo? Tem o seu terapeuta privado, já não pode lá ir porque o reembolso não paga, vai ao médico de família, que tem que fazer uma carta, não para encaminhar o doente para o terapeuta da fala do hospital, mas para a pediatria. Ou seja, a criança fica à espera seis, sete, oito meses de uma consulta de pediatria, além dos três ou quatro que já esperou, em média, para o médico depois vai à pediatria (já se passou um ano!) e depois a pediatria é que entende se o menino precisa ou não precisa de terapia da fala. É, no mínimo, kafkiano, Sra. Secretária. Não pode ser assim!

E devo dizer uma coisa. Para o CDS não vale tudo. Eu comecei por dizer, na minha intervenção, como a Sra. Secretária bem se lembra, que importa garantir e assegurar os tratamentos a todos, está escrito, a Sra. Deputada Catarina Moniz

Furtado não ouviu. Está escrito. Agora, não vale tudo a todo o custo e se é necessário combater abusos,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Com certeza!

O Orador: ... devemos combater abusos; se há indícios de fraude, devemos combater a fraude. A Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado acha que vale tudo e devemos avançar com tudo.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Ela não disse isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Uma nota muito breve, mas que não queria deixar sem a referir, que tem a ver com a intervenção da Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Na verdade, a realidade que a Sra. Deputada descreveu não é a realidade com a qual nós convivemos diariamente. E, portanto, felicito-a, Sra. Deputada, pessoalmente e, através de si, todos aqueles que, como a senhora, têm capacidade de pagar o tratamento aos seus filhos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Esse cinismo fica-lhe tão bem!

O Orador: Agora, a realidade não é aquela que a Sra. Deputada descreveu e, ao contrário daquilo que afirmou e desculpe-me, mas tenho que retificar, o Serviço Regional de Saúde não dá resposta às crianças que têm necessidades de terapeuta da fala.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Isso não é o Serviço Regional de Saúde!

O Orador: Essa é que é a realidade e a mim o que me choca é que a justiça social que os senhores tanto apregoam e os princípios do Partido Socialista que a Sra. Deputada referiu não sejam capazes de resolver esse problema, antes pelo contrário, acham que resolvê-lo é limitar a participação das sessões de terapia da fala a um máximo de 40 sessões por ano,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Onde isso já vai!

O Orador: ... sendo que a partir da 41.^a, repito, os pais dessas crianças pagam integralmente do seu bolso essas sessões.

E como a Sra. Deputada bem referiu, e foi a Sra. Deputada que voluntariamente o fez e respeito, a sua filha necessitou de terapia da fala,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Filho! Não tenho filhas!

O Orador: ... o seu filho necessitou de terapia da fala durante quatro anos. É esse, muitas das vezes, o tempo médio de que as crianças necessitam para serem acompanhadas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Quando falta argumentos, volta-se para o pessoal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A minha intervenção nesta fase do debate prende-se com uma situação e daquilo que foi uma intervenção anterior do Sr. Deputado Luís Maurício que me parece que merece algum esclarecimento, pelo menos pela interpretação que eu fiz da intervenção do Sr. Deputado.

Quando o Sr. Deputado disse, e bem, que as crianças não podem ficar à espera de um exame global aos 5 anos e aos 12 anos para detetar situações de

deficiência ou incapacidade. Agora, o que nós temos que aqui afirmar é que esses diagnósticos não são só feitos aos 5 e aos 12 anos, estes diagnósticos são feitos a partir do nascimento da criança e é acompanhada nos seus médicos na medicina infantojuvenil, como agora é chamada, nas consultas de infantojuvenil, que as equipas de saúde infantil estão capacitadas para detetar as situações que ao mais pequeno pormenor possam surgir e encaminhar essas crianças para as diversas especialidades. E isso quer dizer e tanto é assim que, nos últimos três anos, as consultas de saúde infantojuvenil, agora chamadas, de facto, aumentaram 25% e isso quer dizer que os serviços nesta área que acompanha estas crianças, como eventualmente os outros médicos assistentes ou médicos pediatras que acompanham estes doentes, a partir do momento que identificam uma situação passível de ser corrigida ou ser avaliada ou ser orientada em especialidade diferenciada, com certeza que fazem a referenciação e, nesse aspeto, penso que estamos de acordo com este sentido.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não foi essa a questão que eu fiz à Sra. Secretária!

O Orador: Há uma outra situação, Sr. Deputado, que eu queria também dizer-lhe. De facto, é verdade que, quando falou na questão da resolução que foi proposta pelo PSD, em que o PS votou contra, que aqui trouxe relativamente à questão da educação especial, é verdade, o PS votou contra, mas também é preciso lembrar que o PSD teve uma iniciativa, nesta Assembleia, trouxe um projeto de DLR de alteração da idade da intervenção precoce e que teve a aprovação, por unanimidade, desta Casa.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah! A sério? Não me lembro! Ninguém falou nisso!

O Orador: E isso, eu acho que é importante também que possamos registar e ficar aqui com essa informação.

Por princípio, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que as referenciações estão definidas, aqueles que trabalham nestas áreas, quer sejam profissionais de saúde ou não, sabem como é que as referenciações estão feitas ou serão feitas, defendemos que, de facto, tem que se privilegiar a referenciação ao setor público,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Muito bem!

O Orador: ... não havendo condições no setor público, deve ser feita a referenciação a convencionados ou protocolar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... com entidades que têm essa prestação de cuidados, e é preciso, de facto, que se processe e que este encaminhamento seja feito com a celeridade que as situações de prognóstico o exijam. E é isso que o Governo tem vindo a fazer, avaliando progressivamente as situações e tentando melhorar estes circuitos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E é assim que vai continuar, e é assim que vai continuar a fazer, no sentido sempre de garantir a prestação de cuidados de qualidade, direi, de excelência a estas crianças de necessidades especiais.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Começar por pedir desculpa, porque, de facto, houve uma questão que foi aqui colocada e que, da parte da manhã, não tive oportunidade de responder e que tem a ver com a questão levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima quando aos pseudo rastreios feitos nas escolas por empresas privadas.

Penso que é fundamental que a esse nível se diga que essas avaliações acontecem mediante pedidos de autorização formulados às escolas, naturalmente, e que a escola tem autonomia para decidir sobre a realização ou não realização desses rastreios. Acresce ainda que esses rastreios só acontecem ou as crianças só são avaliadas com o consentimento dos pais. Há sempre um pedido de consentimento aos pais para a realização destas avaliações. Penso que este esclarecimento se impunha, em abono da verdade...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Mas nós sabemos!

A Oradora: ... e da transparência em termos daquilo que é a atuação da administração.

Depois, Sra. Deputada Zuraída Soares, houve questões que colocou, na sua maioria, que são novas, sendo certo que uma delas que colocou eu já tinha dado resposta, quantas empresas trabalham nesta área, eu respondi que eram nove e, mais do que isso, disse quais. Portanto, disse que são o CDIJA, CTIJ, LAPSIS, CIT, FALARTE, Infinito, Raríssimas, Clínica Médica da Praia da Vitória e Fitness Absoluto. Portanto, são estas as empresas que têm registos na Segurança Social e na Saúde.

Relativamente a processos inspetivos, informei também esta Assembleia que há um processo inspetivo em curso pela Inspeção Regional de Saúde com a colaboração da Divisão de Inspeção da Segurança Social.

Informo ainda que houve, em tempos, penso que 2013/2014, um outro processo que decorreu e que originou um encaminhamento para o Ministério Público e aguardamos as diligências e o resultado dessa apreciação por parte do Ministério Público.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então só houve dois atos inspetivos?

A Oradora: Quanto a outras questões que a Sra. Deputada colocou. No que diz respeito ao número de crianças acompanhadas, em 2011, foram 467 crianças, 754 mil euros; em 2013, 571 crianças, 1 milhão 245 mil euros; em 2014, 808 crianças, 1 milhão 66 mil euros; em 2015, 752 crianças, 1 milhão 433 mil euros; em 2016 (o ano não está concluído, portanto, só podemos falar até agora), 461 crianças, 601 mil euros.

Portanto, esclarecendo a última questão que o Sr. Deputado Artur Lima coloca, sendo a prestação máxima de cerca de 293 euros por mês, o máximo que qualquer criança pode recorrer desta prestação rondará os 2930 euros, atendendo a que normalmente não completa os 12 meses, e a média por criança é 1905 euros.

Quanto às irregularidades que a Sra. Deputada suspeita que possam existir. Aguardamos, quer a diligência da inspeção que está em curso, quer as conclusões do Ministério Público nesta matéria, e aí poderemos efetivamente estar a falar de irregularidades ou não, crime ou não, fraude ou não, em função daquilo que for determinado pelas instâncias competentes.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: No que diz respeito ao meu conhecimento sobre o CDIJA ou o CIT, que também foi colocado pelos dois, o que tenho a dizer é que não conheço ninguém que trabalhe nessas clínicas. À Segurança Social o que interessa é a comprovação de que elas estão devidamente inscritas na Direção Regional de Saúde e que, portanto, podem exercer este tipo de atividade; quanto ao resto, eu desconheço quem trabalhe nesses... Mas, se calhar, algum dos

senhores conhece e se houver alguma suspeita, com certeza, estamos aqui todos para trabalhar sobre isso.

Importa ainda referir um aspeto que foi novamente colocado e que tem a ver com a confusão que frequentemente, neste debate, tem sido colocada quanto à suposta exigência que, para acesso a esta prestação, as crianças tenham que estar a frequentar o ensino especial. As crianças ou os jovens não têm, isso é dito expressamente no artigo 2.º do DR 14/81,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o que diz!

A Oradora: ... que frequentar o ensino especial para aceder a esta prestação. Se dúvidas houver quanto à interpretação da lei no seu artigo 2.º, número 1, alínea c), eu recomendo a leitura da recomendação n.º 15B/2012, do Provedor de Justiça, que, no ponto em que menciona o conceito de deficiência, diz também que faz menção a uma sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, e passo a citar: “O facto de o aluno não preencher os requisitos para ser considerado aluno com necessidades educativas especiais no sentido dos diplomas da educação não implica forçosamente que não reúna condições para beneficiar do subsídio de educação especial, ao abrigo dos diplomas da Segurança Social”.

Sr. Deputado Luís Maurício, quanto a rastreios e exames gerais escolares, eu penso que talvez não tenha sido clara na minha intervenção, mas vou tentar repetir o que disse e o que eu disse foi que são feitos exames gerais, esses exames gerais são feitos por via de rastreios e estes são obrigatórios aos 5 anos, aos 12 e 13.

Deputado Luís Maurício (PSD): Rastreio não é um exame geral!

A Oradora: Não. O exame geral tem como fundamento um conjunto de rastreios que são obrigatórios e depois há outros rastreios que não são obrigatórios, mas que cumpre às equipas de saúde promovê-los por sua livre iniciativa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quantos fizeram e onde fizeram?

A Oradora: Sr. Deputado, terei todo o gosto em disponibilizar essa informação. Assim que ela me for facultada, far-lhe-ei chegar essa informação, que penso que o Sr. Deputado terá todo o interesse em trabalhá-la.

Portanto, também lhe queria dizer que a esse propósito, em resultado dos rastreios, dos regulares e dos outros, as crianças são encaminhadas para as próprias USI e as sinalizações são feitas maioritariamente por enfermeiros.

Obrigada.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta matéria que estamos a debater, versando também a saúde em meio escolar, naturalmente suscita algumas considerações que, em devido tempo, serão feitas e perguntas que, de imediato, passo a fazer à Sra. Secretária Regional.

Nomeadamente, saber o número de profissionais por categoria profissional, tanto da Secretaria Regional da Saúde, como da Secretaria Regional da Educação e Cultura, e com horas atribuídas para efeitos de atividades de saúde escolar. Gostava também de saber qual é a percentagem de crianças rastreadas por tipo de problema, as encaminhadas e as tratadas e/ou em tratamento, assim como a percentagem de escolas avaliadas quanto à segurança, à higiene e à saúde, bem como o número de escolas com planos de atividades para a saúde escolar.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Já respondi a isso!

O Orador: E ainda o número de escolas com gabinete de saúde.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Também já respondi!

Deputado André Bradford (*PS*): Estava distraído!

O Orador: Vai responder mais uma vez.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Não!

(*Risos da Câmara*)

O Orador: E, bem assim,...

Não?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não tenho tempo!

O Orador:... em que situação está...

(*Pausa*)

... a plataforma informática da saúde escolar.

Eram questões que gostava muito que fossem esclarecidas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, apenas para confirmar que eu percebi bem, nesta breve intervenção. A Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social não sabe o que é a CDIJA. A minha última pergunta foi: a Sra. Secretária Regional já ouviu falar na CDIJA, Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores,

Lda.? Eu percebi, na sua última intervenção, que a Sra. Secretária disse que não sabia o que era.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não foi isso que eu disse!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É uma das nove empresas!

A Oradora: Vai, por favor, esclarecer-me. Se sabe o que é, que clínica é, se tem algum tipo de contrato com esta clínica ou não.

Segunda pergunta.

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Moniz Furtado)

A Oradora: Não fiquem nervosos, Srs. Deputados!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não estamos nervosos!

A Oradora: Estão! Estão bastante! Não fiquem!

Segunda pergunta. Sra. Secretária Regional, é lícito concluir que, ao longo de cinco anos, mediante os valores que a Sra. Secretária Regional referiu na sua última intervenção, penso que é lícito concluir, assim num cálculo feito por alto, que estamos a falar de qualquer coisa como 1 milhão, 1 milhão e meio por ano, de euros. Estamos a falar de qualquer coisa... Oh, Sra. Secretária Regional, peço-lhe que me confirme ou desconfirme.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Desculpa! Eu dei-lhe os números!

A Oradora: Deu os números, faseadamente, feitas as contas, dá mais ou menos 1 milhão, 1 milhão e meio por ano.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Tem valores corretos! Existem valores certos!

A Oradora: Se não for assim, peço-lhe que me corrija.

Muito obrigada.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Tinha tomado nota!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Mas os senhores não estão aí para responder às perguntas? A minha pergunta é esta!

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária Regional, registo aqui o facto de quando eu referia que era necessário o combate à fraude, V. Ex.^a ter acenado com a cabeça que, sim, senhor, é natural que se faça e cá estamos para o que for necessário para isso.

Agora, Sra. Secretária Regional, a pergunta que eu lhe coloco não são quantas empresas têm convénios ou que estão registadas na Segurança Social, a pergunta que eu lhe vou colocar é a seguinte: A quantas empresas a Segurança Social pagou o subsídio de educação especial?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Oh, senhor, mas eu já lhe respondi a isso!

O Orador: A todas essas empresas que a senhora referiu, foi relativamente ao subsídio de educação especial? A minha pergunta é muito específica: A quantas empresas a senhora pagou o subsídio de educação especial? Porque as outras prestações são uma coisa diferente.

E já agora, sabe onde é que está instalada, na Praia da Vitória, no Concelho da Praia da Vitória, é capaz de me dizer onde é que está instalada uma dessas empresas? Não é numa instalação propriedade da Segurança Social?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Já agora quem é que paga?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Oh, Sr. Deputado, essa agora não correu nada bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Correu, correu!

Deputado André Bradford (*PS*): O senhor faz perguntas para as quais já sabe as respostas!

Presidente: Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais: Eu poderei não ter sido clara, Sra. Deputada Zuraida Soares, mas referi-lhe os valores anuais: 754 mil euros em 2012, 1 milhão 245 mil em 2013, 1 milhão e 66 mil em 2014, 1 milhão 433 mil em 2015, 601 mil euros em 2016, sendo que fiz a nota de que 2016 naturalmente é um ano incompleto, porque estamos a contar até hoje, o que quer dizer que nunca atingiu 1 milhão e meio de euros, estaremos a falar entre 601 mil euros e 1 milhão 433 mil euros, a oscilação.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Ah! 1 milhão e 400, nunca atingiu 1 milhão e meio de euros!

A Oradora: Pronto!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): São 30 euros! Está certo, Sra. Secretária!

A Oradora: Depois, quanto ao CDIJA, Sra. Deputada, eu, de entre as empresas que referi como prestadoras deste tipo de serviços, comecei por referir o CDIJA. Portanto, naturalmente que é uma empresa inscrita e licenciada pela Direção Regional da Saúde para a prestação deste tipo de cuidados de saúde.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não tem mais nada a dizer sobre isto?

A Oradora: Não, sobre esta empresa, não.

Quando às questões colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, eu tenho a dizer que sei onde funciona esta empresa aqui, na Horta, sei onde funciona, porque é a mesma, o CIT, em Angra do Heroísmo, que funciona nos Bombeiros, em Angra do Heroísmo, na Praia da Vitória, pelo que me é dado a conhecer,

funciona num espaço gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, ao que julgo saber, na Serra de Santa Rita. Mais do que isso, não tenho informação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é bom que se informe!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Sra. Presidente, permita-me que use da palavra para fazer um protesto, porque eu dirigi perguntas à Sra. Secretária Regional, em aparte, a Sra. Secretária fez, como lhe é muito legítimo, a observação de que teria já dado informação a três das seis perguntas que lhe fiz, mas as outras três ficaram sem resposta. Portanto, ou se trata de uma prepotência ou de uma declarada incapacidade do Governo responder às perguntas que lhe foram feitas.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, apesar de não lhe ter concedido formalmente a palavra para um protesto, porque penso que pode perfeitamente estar inscrito no debate, pergunto se efetivamente quer considerar como figura regimental para poder dar ou não...

Sendo assim, darei a palavra à Sra. Secretária Regional para um contra protesto.

(* **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso):** Sr. Deputado Joaquim Machado, eu peço imensa desculpa, não foi propositada a intenção de não lhe dar resposta e aproveito, naturalmente... Penso que algumas das questões que colocou, e estava a tentar encontrá-las aqui, eu já tinha dado resposta em comunicações anteriores, designadamente na primeira que fiz, bem sei que já foi às 10 da manhã, mas vou tentar recuperar.

No que diz respeito, eu dei logo conta que em termos dos planos de saúde nas escolas, todas as escolas apresentaram esse plano, no ano letivo 2014/2015. Também dei conta que em termos de gabinetes de apoio à promoção de saúde estaríamos a falar de 88% de gabinetes constituídos, estando em falta apenas

três. Também dei conta, a este propósito, que estão mais de 188 profissionais de saúde e de educação envolvidos nas atividades de saúde escolar.

Portanto, penso que terei respondido, no essencial, às questões que colocou.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sr. Deputado Joaquim Machado, eu perguntei-lhe claramente se estava inscrito no âmbito do debate ou se queria usar da palavra para um protesto e o senhor disse que usava da palavra para um protesto. Eu registei, dei a palavra a contra protesto, agora tem que continuar na ordem de entrada.

Peço desculpa, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, agora, sim, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou, de facto, desvanecida com o número de citações trazidas a esta Câmara relativamente a uma intervenção feita na Assembleia da República pelo meu camarada Luís Fazenda, estou desvanecida porque trazê-lo para esta Câmara é sempre bom sinal, é sinal de qualidade intelectual e política, e eu gostaria de trazer para esta Câmara também aquilo que foi citado e dizendo o seguinte.

Perguntava o meu camarada Luís Fazenda, na Assembleia da República, “Qual é o ponto aqui, Sras. e Srs. Deputados?” e respondia, “ O ponto aqui é: há fraude, combate-se; há suspeitas, investiga-se”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ora, nada mais apropriado do que esta afirmação do meu camarada Luís Fazenda, aqui citado, não por mim, mas pelo Partido Socialista, para trazer esta afirmação para o âmbito desta discussão que nós estamos a ter.

E eu não me esqueci ainda, e provavelmente muito dos Srs. e Sras. Deputadas também não, que, no Plenário passado, a propósito deste assunto, o Sr. Presidente do Governo Regional se levantou daquela cadeira dando uma ênfase absolutamente legítima à sua indignação, porque eu tinha feito uma pergunta a propósito da existência destas clínicas e do serviço que prestam na região e tinha perguntado se não estaríamos perante a hipótese de termos aqui mais um negócio para amigos. Eis senão quando o Sr. Presidente do Governo Regional se levantou, indignado, legitimamente indignado, de dedo no ar e disse, “Sra. Deputada, veja o que diz. Tenta na língua!”, como costuma dizer o Sr. Presidente quando fala comigo, “Veja bem o que diz! Não há aqui negócios nenhuns!”.

Sras. e Srs. Deputados, é isso que fica para ver e vamos lá a ver se, até ao fim deste debate de urgência, nós chegamos a alguma conclusão.

Primeiro ponto. Para parafrasear o meu camarada Luís Fazenda.

Deputado Manuel Pereira (PS): Outra vez?!

A Oradora: O apoio devido às crianças e aos jovens com necessidades especiais, sejam elas quais forem, não está em causa, Sras. e Srs. Deputados. Ninguém aqui discute a legitimidade, a bondade, a justiça do subsídio de educação especial. Era só o que faltava.

Deputado André Bradford (PS): Já estão a mudar de opinião!

A Oradora: Agora, o que está em causa, Sras. e Srs. Deputados, pelo menos para o Bloco de Esquerda, são os negócios que são feitos à custa e à conta e com o pretexto dessas crianças, desses jovens e dessas necessidades. E então convém começar por fazer uma pergunta, Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Milhões de euros gastos em cinco anos, quando, na rua, desempregados, estão docentes de educação especial, docentes de várias áreas de educação especial, psicólogos e toda uma vasta gama de especialidades que estão no desemprego, Sra. Secretária Regional, porque a escola pública parte do

princípio que não precisa deles. Mas, entretanto, há sete ou oito milhões em cinco anos para se gastar com as tais nove clínicas que a Sra. Secretária Regional acabou de referir.

Ora, estamos perante um Governo Regional que claramente privilegia o privado em detrimento da escola pública. Peço desculpa, mas isto tem que ser dito. É óbvio, é evidente aos olhos de qualquer pessoa.

Deputado André Bradford (PS): Mas os seus colegas de debate não concordam consigo!

A Oradora: Pois não, mas isso... Eu não tenho colegas de debate. Hei de ter, Sr. Deputado, hei de ter, mas agora estou sozinha a debater!

Deputado André Bradford (PS): Olhe que tem!

A Oradora: Depois, Sra. Secretária Regional, quando eu lhe perguntei se a Sra. Secretária Regional tinha alguma ideia do que era o Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... é porque parti do princípio que a Sra. Secretária devia ter este nome na sua cabeça mais do que qualquer nome de outra clínica, porque esta clínica tem, de facto, um processo gravíssimo. Mais! É um processo que entra pela sua casa dentro, entra pela Segurança Social dentro e a Sra. Secretária Regional sabe isso, é público, já foi noticiado, não estou aqui a fazer...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É público! Está para o Ministério Público!

A Oradora: Sra. Secretária Regional, se isto é verdade, então explique-me uma coisa. Como é que o Governo Regional continua a negociar, porque não é protocolos, é a negociar...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... com uma clínica que se chama CIT, Clínica de Saúde Mental e Desenvolvimento da Ilha Terceira, Lda., cujos titulares são exatamente aqueles

que começaram por ser desta clínica de São Miguel, da CIDJA. Ou seja, a senhora tem uma clínica...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine!

A Oradora: ... que levanta um processo, e bem, por um comportamento fraudulento, e depois os mesmos titulares dessa clínica vão abrir uma outra, na Terceira, e o Governo continua a fazer negócio com eles.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não compete à Segurança Social avaliar!

A Oradora: Isto são amigos ou o que é que são?

E vou terminar dizendo-lhe o seguinte. Por uma coincidência infeliz, Sra. Secretária Regional, os titulares desta empresa são todos quadros e militantes do Partido Socialista na área norte de Portugal continental.

Muito obrigada.

(Burburinho geral)

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Eu não sei quem é! Francamente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Secretária Regional, pede a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Defesa da honra, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço um pouco da vossa compreensão para o silêncio que tem que existir na sala para podermos ouvir.

Sra. Secretária Regional, pediu a palavra para a defesa da honra. Tem a palavra, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu acho que faz muito bem em denunciar as situações que conhece e deve fazê-lo dentro das instâncias próprias.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É aqui!

A Oradora: Fazê-lo constantemente, levantando suspeições,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não são suspeições!

A Oradora: ... levantando suspeições, e vou explicar-lhe porquê, Sra. Deputada. A Sra. Secretária Regional da Solidariedade e Segurança Social já anunciou aqui, hoje, que decorreu uma inspeção que foi remetida ao Ministério Público e que corre a sua tramitação e anunciou outra que está em curso. Não cabe à senhora, não cabe a mim, não cabe a nenhum membro do Governo antecipar-se àquelas que serão as conclusões do Ministério Público, órgão de soberania que são os tribunais, nem às conclusões da auditoria que está a ser feita...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Oh, Sra. Secretária! Já teve melhores dias!

A Oradora: ... pela inspeção da Segurança Social e pela inspeção da Saúde. Nenhum membro do Governo, Sra. Deputada, tem negócios com nenhuma destas empresas. Penso que essa matéria ficou mais do que esclarecida aqui.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Eu não disse isso!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): São felizes coincidências!

A Oradora: O que não é admissível é que a senhora, tendo esgotado o seu tempo, não tendo mais tempo para continuar a alimentar esta ideia, queira concluir da sua parte este debate levantando uma suspeição que é inadmissível...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não é suspeição!

Deputado Manuel Pereira (*PS*): É, é!

A Oradora: ... e que eu não posso fazer outra coisa senão refutar.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, para dar as explicações, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu contra protesto, Sra. Secretária, só para dizer uma coisa: é que eu não fiz insinuações, eu afirmei!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! É preciso ter coragem!

A Oradora: Há aqui um problema. Eu não estou a fazer insinuação nenhuma! Eu disse e volto a dizer: os titulares da clínica da Terceira são membros do Partido Socialista e alguns dirigentes no norte de Portugal. Se lá estão também PSD ou não, é com o PSD,...

Deputado Berto Messias (PS): Tem, tem!

A Oradora: ... falará quando tiver que falar, agora, eu não estou a fazer insinuações, eu estou a afirmar.

(Burburinho geral)

A Oradora: Esgotei o meu tempo, Sra. Secretária Regional, para afirmar e está afirmado e há negócios para amigos, como é evidente.

Muito obrigada.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*):

Francamente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o calor de debate naturalmente que nos leva muitas vezes a exagerarmos os nossos argumentos, mas eu peço a todos e apelo a todos que possamos moderar a forma como nos expressamos para evitar situações mais complicadas e que queremos evitar no nosso Parlamento.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Defesa da honra, Sra. Presidente.

Presidente: Defesa da honra a quê, propriamente, Sra. Secretária?

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Fui ofendida na minha honra na medida em que foi claramente insinuado ou dito expressamente que a Segurança Social privilegiou empresas de dirigentes socialistas e, portanto, eu, na medida em que tenho responsabilidades nessa matéria, entendo...

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Eu quero, em primeira instância, Sra. Deputada Zuraida Soares e Srs. Deputados, deixar aqui claro que não sei o nome de um único dirigente, para que fique claro, de qualquer uma destas empresas ou membro de órgãos estatutários destas empresas. Ponto primeiro. Não tenho qualquer relacionamento pessoal e institucional, sequer, com nenhuma destas empresas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Isso é uma infeliz coincidência!

A Oradora: Ponto primeiro.

A Segurança Social, conforme lhe disse, verifica exclusivamente o licenciamento da atividade destas empresas na prestação específica destes serviços.

Quero ainda dizer, Sra. Deputada Zuraida Soares, que não há protocolos, convénios ou qualquer tipo de outra situação entre a Segurança Social ou qualquer uma destas empresas.

(Diálogo entre os Deputados Berto Messias, João Bruto da Costa e Cláudio Almeida)

A Oradora: O relacionamento da Segurança Social não é com estas empresas, é com as famílias titulares desta prestação social. Só mediante o interesse manifestado pelas famílias de pagamento direto a uma empresa é que a Segurança Social age em conformidade com a intenção das famílias. Não há qualquer tipo de relacionamento entre a Segurança Social ou os titulares, dirigentes da Segurança Social com nenhuma destas empresas e muito menos, Sra. Deputada, pelo facto ou por via de qualquer preferência partidária.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para proceder às explicações, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, aquilo que eu disse e vou repetir foi que uma empresa chamada Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores, Lda., que trabalhava em Ponta Delgada, São Miguel, teve um comportamento fraudulento e abusivo, que entrou pela sua casa dentro, foi o que eu disse e repito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade ou mentira? Isso é grave!

A Oradora: E repito! E a Sra. Secretária não me pode desmentir. Mas esta mesma clínica, os mesmos titulares desta clínica foram abrir uma na Terceira e o Governo Regional continuou a trabalhar com essa clínica.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Não é o Governo Regional!

A Oradora: Ou seja, Sra. Secretária Regional, aqueles que não se portaram bem em São Miguel, em vez de ficarem, no mínimo, debaixo de suspeição, foram contemplados com mais negócios na Terceira. Sra. Secretária Regional, se isto não é ser amigo, há de explicar-me o que é ser inimigo.

Muito obrigada.

Presidente: Vamos continuar o nosso debate, que, no fundo, é o que nos traz aqui.

Está inscrito o Sr. Deputado Domingos Cunha. Tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Zuraida Soares acabou de fazer aqui um favor ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque eu tinha pedido a palavra porque ia desafiá-la ou aos outros restantes partidos aqui presentes para centrar, de facto, alguma situação neste debate,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Isto é o debate!

O Orador: ... porque essencialmente o que nós estamos a falar é sobre suspeitas de irregularidades na atribuição de subsídios pelo Instituto de Segurança Social dos Açores. E por isso, depois de ter todas as explicações e esclarecimentos, que se tentou ao máximo sermos o mais objetivos possível, nesta Casa, chegámos ao momento em que nós temos que perceber onde é que estão e quem são os responsáveis por essas eventuais fraudes perante a Segurança Social. E aqui somos todos responsáveis para denunciá-las, para que o Governo, através dos seus instrumentos próprios, possa averiguá-las.

E a Sra. Deputada fez-me esse favor de se antecipar, mas eu vou pegar na sua última parte, Sra. Deputada. É que para mim, e eu faço aqui uma declaração de princípios, que sou profissional de saúde, não conheço minimamente nenhum

profissional dessas empresas de que estão a falar, nunca falei com nenhum deles, estou perfeitamente à vontade. Mas curiosamente o que me dizem e as informações que eu tenho é que estas empresas são as empresas, de facto, sediadas no norte do país que pertencem ao PSD, que pertencem, inclusivamente, a um senhor que já foi Deputado na Assembleia da República chamado Luís Meneses. Bom, há aqui qualquer coisa que é preciso ser esclarecida. Mas não é por aí que nós devemos ir, o que nós devemos ir essencialmente é diretos ao assunto: há ou não há fraude, quem tem conhecimento das fraudes ou da fraude deve denunciá-las aos respetivos serviços para as averiguações necessárias.

E por isso deixo aqui esse desafio para indicar objetivamente quem são essas entidades ou empresas que praticam, eventualmente, essas fraudes junto da Segurança Social.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Não é relevante!

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Sr. Deputado Joaquim Machado.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu registo as palavras do Sr. Deputado Domingos Cunha e que, de facto, é preciso, se há fraude, investigue-se, se há dúvidas, vamos ver o que se passa. Agora, há aqui uma coisa que nós temos que concluir. É do PSD, é do PS, agora, há uma coisa que é curiosa e que nos distingue e que não há resistências e que já foi aqui falado e não fui em que trouxe ao debate, foi a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado. É que mesmo os senhores sabendo ou sabendo-se que hipoteticamente uma das empresas era até de um deputado do PSD, da

coligação do Governo da República, o Governo da República não hesitou em investigar essas empresas;...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Nem o regional!

O Orador: ... aqui há uma resistência em não investigar essas empresas.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não há resistência!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Está no Ministério Público!

O Orador: Portanto, vamos perceber o que é que se passa, vamos perceber o que é que se passa! É que na República, quando era fraude, vamos investigar.

Sra. Secretária Regional, eu falei nisto no último Plenário, do último Plenário para agora houve silêncio, silêncio e ameaças a mim, por parte da empresa, de processos, e à Deputada Zuraida Soares, e ouvi silêncios do Governo. E o que eu esperava do Governo é que fizesse um comunicado público a dizer: “Estamos a investigar a situação”.

O Sr. Secretário Avelino de Meneses, nunca mais ninguém o viu, o Secretário da Saúde eclipsou-se e a senhora vem aqui dar o corpo às balas, é verdade, quando os outros dois deviam estar aqui.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

O Orador: E, Sra. Secretária, se se entra pelas escolas dentro, porque o conselho executivo autoriza e a tutela não tem nada a ver, estamos conversados.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exatamente!

O Orador: Então, o conselho executivo autoriza e a tutela borrija-se? Não quer saber? Oh, Sra. Secretária, não pode saber. Em nome da autonomia, é permitido fazer tudo? Não pode ser, Sra. Secretária. A tutela tem que saber, tem o dever primeiro de investigar e tem o dever de zelar pelo bom uso dos recursos

públicos, do dinheiro público, que, como todos sabemos, é um bem muito escasso, Sra. Secretária.

E já agora, não é estranho que se vão instalar no Centro Social do Juncal? Não tem conhecimento que se vão mudar dos Bombeiros da Praia para um edifício da Segurança Social da Praia? De quem é o Centro Social do Juncal, Sra. Secretária Regional? De quem é a propriedade? A Segurança Social não tem nada a ver com isso?

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Com o Centro Social do Juncal!?

O Orador: Sim, não tem nada a ver com isso? Para onde eles se vão mudar? Não tem nada a ver com isso? É o que se consta!

Deputado André Bradford (PS): Ah! É o que se consta!

O Orador: Anda-se nas ruas de Angra e toda a gente sabe, Sra. Secretária. O Governo anda de olhos fechados e não sabe, Sra. Secretária. Sim, senhora, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não temos nada a ver com o Centro Social do Juncal!

O Orador: E já agora, o que é verdadeiramente escandaloso é terem cortado os apoios à terapia da fala e gastar-se seis milhões de euros em cinco anos (seis milhões de euros em cinco anos!) e eu perguntei, no início, Sra. Secretária, quanto é que pagou, o que eu quero saber, se não tiver aqui, depois há de fazer-me chegar, se fizer o favor, a cada uma dessas empresas, quanto se pagou a cada uma, para podermos averiguar.

Agora, que no início isto era tudo muito certo, que no início era tudo muito correto, no fim, afinal de contas, parece que há gato escondido com o rabo grande de fora. Isso é o que parece.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A verdade é que, ao longo de todo este debate, mais uma vez, se fugiu ao essencial, se fugiu a discutir aquilo que aqui nos trouxe.

A Sra. Secretária falou em nove empresas que prestam este serviço, a Sra. Secretária disse que havia matéria a decorrer para o Ministério Público sobre uma delas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Disse?

A Oradora: ... e o que aqui assistimos é a quererem substituir-se ao Ministério Público e desconhecer uma coisa que, para mim, não sendo jurista, é a presunção de inocência.

Tenta-se aqui o que se tentou, ao longo de toda a manhã, que foi estabelecer relações obscuras onde elas não existem. Não estavam a contar que a Sra. Secretária aqui trouxesse que estavam matérias e inquéritos a decorrer internamente e que os mesmos foram remetidos para o Ministério Público e, como não estavam a contar com essa afirmação por parte do Governo, logo trouxeram os trunfos escondidos debaixo da manga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda vai no princípio!

A Oradora: A verdade é que já se falou aqui muito do Sistema Regional de Saúde, já se falou da postura dos partidos a nível regional e a nível nacional e está muito claro para toda a gente que, de facto, o Bloco de Esquerda da República não é o Bloco de Esquerda Açores e está muito claro que...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS é o mesmo!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não se conhecem!

A Oradora: Mas isso nunca foi, isso sempre foi muito claro que o PS Açores nunca foi o PS da República. Portanto, essa está muito clara.

A verdade é que se todos reconhecemos que devem ser, se todos os que defendem isso, os serviços públicos a dar esta resposta, também é verdade que não se pode obrigar especialistas a se fixarem no serviço público.

Eu creio que é do conhecimento da Câmara que, na região, só existe no Sistema Público um pedopsiquiatra, no Hospital do Divino Espírito Santo, um pedopsiquiatra.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Onde é que eles estão? O senhor conhece algum que queira vir?

Portanto, a verdade é que é muito fácil dizer contratem mais, mas, à semelhança de outras especialidades em que a região é deficitária, a pedopsiquiatria, durante alguns anos, esteve sem ninguém.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vinte anos depois!

A Oradora: O último, o Dr. Marco Medeiros, foi para a Suíça, à volta de 2009, 2010, e ficamos sem nenhum pedopsiquiatra até 2013. Ou seja, é muito fácil dizer que o Sistema Público tem que dar resposta sem depois ter quem queira...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... e não se pode obrigar, porque se obrigássemos, estávamos a violar os direitos e bem, mas a resposta é dada, o apoio é prestado, o apoio é um apoio social. Eu volto a referir e a mencionar agora não o debate, nem o Deputado Luís Fazenda, que citei com muito gosto e respeito pela sua intelectualidade, mas posso citar o preâmbulo do projeto de resolução do Bloco de Esquerda, em que pede exatamente que se esclareça e que diz que “O subsídio de educação especial implica a estruturação de formas específicas de apoio clínico e terapêutico especializado a crianças e jovens que possuam comprovada redução permanente de capacidade física”. Diz também: “ A educação especial está voltada para a integração pedagógica e curricular do

aluno, enquanto o subsídio de educação especial na vertente de apoio especializado está voltado para o tratamento específico das reduções permanentes das crianças, jovens com deficiência comprovada”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mais ainda: “É determinante que se fixe a diferenciação e o deferimento da atribuição do subsídio de educação especial por apoio individualizado por profissional especializado, não se podendo negar que os próprios diplomas já previram esse elemento, ao considerar que crianças e jovens poderiam não necessitar de ensino especial, mas sim de apoio individualizado”. É o Bloco de Esquerda da República, é o Bloco de Esquerda que, em fevereiro de 2016, escreve isso e que eu aconselho todos a lerem, porque estão muito bem explanadas, ao longo de todo o preâmbulo do diploma, as razões pelas quais o Bloco de Esquerda está interessado que sejam eliminados os cortes que houve do Governo anterior relativamente a este subsídio, mas nós funcionamos na RAA. Aqui nunca houve cortes, não haverá cortes, há inspeção, mas o apoio continua, as crianças, os jovens, as famílias açorianas precisam dele e sabem que com o Partido Socialista podem continuar a contar com ele.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir mais neste debate, mas a intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha motivou-me a fazê-lo.

Nós enquadramo-nos neste debate, desde o início, numa análise pura e dura relativamente àquilo que deve ser a satisfação das necessidades das crianças que

são portadoras de deficiência e, por conseguinte, requerem necessidades educativas especiais. Foi neste plano que o PSD se situou neste debate.

Quero também dizer que, a exemplo daquilo que a Sra. Secretária Regional aqui nos fez chegar relativamente a estatísticas dos planos de atividades na área da saúde escolar das diferentes unidades orgânicas, quis, ao longo deste debate, sublinhar que, ao contrário deste comportamento generalizado das escolas relativamente aos planos de atividades em saúde escolar, os rastreios, que não são apenas e só a avaliação das crianças em exames globais de saúde aos 5 anos e aos 12 e 13 anos, são feitos de forma meramente pontual, como a Sra. Secretária aqui afirmou e são insatisfatórios em número e em ocasião, nas diferentes escolas da região.

Em terceiro lugar, foi aqui trazida a este debate a informação segundo a qual uma determinada instituição tinha um determinado processo no Ministério Público quando funcionava numa determinada ilha desta região, São Miguel. Foi dada também a informação de que esta empresa trabalharia também...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Eu não disse nada disso!

O Orador: ... na ilha Terceira e que isso representaria uma atitude de favorecimento dessa empresa e que os dirigentes dessa empresa estariam ligados a um determinado partido.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Domingos Cunha, a nós o que nos interessa é o apuramento da verdade,...

Deputado André Bradford (*PS*): Exatamente!

O Orador: ... não andamos a indagar se os dirigentes são do Partido A, do Partido B ou do Partido C. V. Ex.^a, não sei por quê, sentiu-se acossado em relação a essa acusação relativamente a dirigentes do seu partido e faz uma fuga em frente, identificando dirigentes de outro partido nessas mesmas empresas.

Quero dizer-lhe que, em relação a esta matéria, a nossa posição é muito clara: não estão em causa os dirigentes nem a sua afiliação partidária, está em causa a sua competência, o trabalho que desempenham e a razão pela qual, tendo sido objeto de um processo em Ministério Público, numa empresa, esteja essa mesma empresa a funcionar noutra ilha.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é preciso explicar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foram realizadas, nesta sessão e na anterior, diversas denúncias, o Governo Regional foi aqui confrontado com questões muito específicas. Eu penso que não existe nenhuma dúvida que, neste momento, existe um conjunto de interesses privados que se instalaram no sistema educativo regional.

Eu considero que a resposta do Governo Regional dizendo que há dois casos pontuais que estão a ser investigados não é suficiente. A resposta tem que ser uma fiscalização completa ao sistema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): E é o que se está a fazer!

O Orador: Nós temos, o Governo Regional tem a obrigação, tem o dever, eu diria que tem a urgência de fiscalizar o contacto destas empresas com toda a Administração Regional. Nós queremos que se verifique, que se analise, que se investigue, que se fiscalize todo o âmbito de atuação destas empresas e que ligações, que contactos é que têm com a Administração Regional. E isto tem que ser feito de uma forma genérica, uma análise a todo o sistema.

Portanto, estão a decorrer dois casos pontuais, mas o que aqui se exige é que o Governo faça uma fiscalização integral à forma como as coisas estão a funcionar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Registo o facto da Sra. Secretária Regional ter respondido a uma parte da informação que solicitei e, por razões desconhecidas, não ter respondido a duas questões levantadas, nomeadamente saber que percentagem de escolas foram efetivamente avaliadas em termos de segurança, saúde e higiene, bem como o estado da situação da plataforma informática para a saúde. Mas provavelmente até poderei dar resposta a estas questões. Darei resposta a estas questões, porque a região dispõe, alegadamente, desde 2009, de um plano regional para a saúde escolar, um plano que poucos conhecerão e que pouca utilidade está a ter para a população escolar da região. Portanto, é mais uma daquelas falácias do Partido Socialista e do Governo Regional que constitui, que faz umas coisas, umas sessões muito bonitas e, depois, essa matéria cai no esquecimento, porque, efetivamente, o único relatório que está publicado e disponível da avaliação da execução desse plano regional da saúde escolar reporta-se ao ano letivo 2010/2011,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não é verdade!

O Orador: ... portanto, já lá vão cinco anos. Não se sabe se o plano teve ou não teve continuidade, se tem ou não tem um coordenador que devia ser nomeado pela Direção Regional de Saúde, portanto, há um conjunto de questões, de dúvidas sobre um plano regional de saúde escolar que, efetivamente, não se sabe para que finalidade, no fundo, tem.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O senhor não leu o Plano Regional de Saúde todo!

O Orador: Mas, na busca de informação, encontrei no Plano Regional de Saúde 2014/2016 alguns elementos e o próprio Plano Regional de Saúde 2014/2016 também ele próprio revela a inutilidade do Programa Regional de Saúde Escolar, porque apresenta apenas informação relativa ao ano letivo 2011/2012.

E o que é que diz o Plano Regional de Saúde quanto à execução do Plano Regional de Saúde Escolar? Diz, entre outras coisas, que “Só aproximadamente 50% dos estabelecimentos de ensino é que foram avaliados, constatando-se que a maioria dos quais [portanto, estamos a falar de 25% ou pouco mais disso] se encontra em condições razoáveis, [condições razoáveis!]. Sublinhe-se, no entanto, o facto de algumas escolas terem obtido um resultado negativo no que respeita a higiene dos edifícios, em geral, e das zonas de alimentação, em particular, pelo que será necessário tomar medidas adequadas, tendo em conta o risco a que ficam expostos alunos e toda a equipa educativa”. Isto era em 2011/2012. O que é que foi feito?

E sobre a plataforma informática para a saúde, o Plano Regional de Saúde também me dá resposta, dizendo: “A plataforma informática de saúde escolar não serviu os objetivos para que foi criada [mais uma falácia], por constrangimentos relacionados com a lentidão do sistema, acesso limitado por grupo profissional, tempo de validade da palavra-chave de acesso, demora na introdução de dados, especialmente dos alunos, e não emissão de relatórios, entre outros”.

Portanto, o Plano Regional de Saúde Escolar, o Programa Regional de Saúde Escolar é uma falácia, foi criado em fevereiro de 2010, só foi avaliado no ano letivo 2011/2012, há alguma informação sobre... Não é verdade, Sra. Secretária

Regional? O site da Secretaria Regional da Educação e Cultura tem lá um separador para Programa Regional de Saúde Escolar e o único que está disponível é o ano 2010/2011. Se a senhora me diz que eu sou mentiroso,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Eu não o chamei de mentiroso!

Deputado Francisco César (PS): Quem é que disse que era mentiroso?

O Orador: ... pois vai ter que desmentir, é o que está no site da Secretaria da Educação.

Portanto, se a informação não está lá, não está também na Secretaria Regional da Saúde, o mais atualizado que eu consegui encontrar foi no Plano Regional de Saúde, estas breves referências, que estão nas páginas (para lhe facilitar a tarefa) 193 e 194, e reporta-se ao ano letivo 2011/2012. Diga-nos, então, se há um Plano Regional de Saúde Escolar, se ele está em funcionamento, quando é que foi avaliado pela última vez? Quem é o seu coordenador?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Para que é que efetivamente esse plano serve?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

Alerto que dispõe de cerca de 2 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, não tenho por hábito, nem nunca tive nem terei, instintos ou comportamentos de investigação do que quer que seja.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nunca o fiz, não o faço, nem o farei. Por isso, apenas me limitei a referir e disse, na sequência da acusação da Sra. Deputada Zuraida Soares ao Governo, e, por lógica, ao Grupo Parlamentar, de que era uma empresa

constituída por simpatizantes ou militantes do Partido Socialista, eu até disse curioso, porque a informação que eu tenho é que são do PSD e que eram do Sr. Luís Meneses.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não foi isso que disse!

O Orador: Eu, Sr. Deputado, além de mim, há outros deputados que têm essa informação. Além de mim, há outros deputados que têm essa informação! Não ponho em causa a dignidade dessas pessoas...

Deputado Manuel Pereira (PS): Nem a competência!

O Orador: ... nem das próprias empresas,...

Oh, Sr. Deputado, quer vir ao debate, inscreva-se!

... porque para nós o que interessa é a eficácia, a competência, a produtividade, aquilo que elas de maior valor tragam para o Serviço Regional de Saúde e para os cidadãos que as utilizam. Nós não pomos isso em causa, nem sequer pus em causa, nem eu nem o Grupo Parlamentar, a idoneidade de quem quer que seja. Referi esse nome na sequência daquilo que foi a afirmação da Sra. Deputada,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até defenderam a honra!

O Orador: ... mas não tive qualquer, nem me preocupei sobre essa situação. Não estou minimamente preocupado, o que eu estou preocupado é que essas empresas, sejam elas quais forem, sejam investigadas, se há necessidade de investigar, se há razões para investigar, e o que eu estou preocupado é, de facto, com a proteção das nossas crianças e com os apoios que elas devem ter para serem cada vez mais crianças incluídas na nossa escola e na nossa sociedade.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Luís Maurício tinha pedido a palavra, mas o PSD já não dispõe de tempo para o debate. Foi esgotado pela intervenção anterior.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Quer o proponente, quer o Governo dispõe exatamente de um minuto e meio, se quiserem fazer o encerramento do debate. Pergunto à Sra. Secretária...

Sr. Deputado Aníbal Pires, para intervir no debate? Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouvia que o PSD não tinha tempo e vai aproveitar!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

A questão que tem sido objeto do debate de urgência que nos foi proposto pelo CDS-PP e estando a chegar ao fim, queria voltar ao debate apenas para dizer o seguinte.

Um dos grandes problemas, ou melhor, tudo o que decorre e que foi aqui debatido sobre diferentes formas, decorre, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, da incapacidade dos serviços públicos, portanto, do Serviço Regional de Saúde, em dar respostas, e essa incapacidade em dar resposta tem, efetivamente, responsáveis: os responsáveis pelo subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde, que leva a que o serviço demonstre essa incapacidade, a este nível e a outros níveis.

É evidente que isso não é fruto do acaso, é fruto de uma opção política que abre exatamente espaço para a iniciativa privada, iniciativa privada que, hoje, aqui, foi posta em causa, e bem, pelo PSD e pelo CDS-PP,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi nada! Está enganando!

O Orador: ... o que não deixa de ser interessante. Mas estamos de acordo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é desonesto!

O Orador: Não! Há empresas privadas que estão a ser investigadas, que não prestam um bom serviço, foi tudo aquilo que V. Ex.^{as} estiveram a dizer, o que vem de encontro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é desonestidade!

O Orador: ... àquilo que o Partido Comunista Português tem vindo a dizer, designadamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é desonestidade a todos os níveis! Política e pessoal!

O Orador: ... no que diz respeito às questões da saúde, que o que tem de responder é o serviço público, o que tem de dar as respostas é o serviço público, não os privados. E o investimento que a região tem de fazer é para que seja dotado o Serviço Regional de Saúde dos meios necessários para dar estas e outras respostas e não abrir caminho e espaço à implantação de empresas privadas, sejam elas fomentadas pelo PS ou pelo PSD.

E é disto que se trata e comprova-se aqui um outro...

Deputado José San-Bento (PS): É só o lucro!

O Orador: Exatamente! É o lucro! Mas não é só o lucro, é sobre as empresas privadas que pende a desconfiança pelo mau serviço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Algumas empresas privadas!

O Orador: ... que é prestado neste como noutros casos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente!

... quando aqui houver iniciativas de reforço das verbas para o Serviço Regional de Saúde, então, nessa altura, eu espero contar com o apoio também do CDS-PP, também do PSD, também do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é desonestidade política!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é desonestidade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diz tudo o que sabes acerca disto! A Zuraida disse tudo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vendeste-te!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tenho preço nem medo, como o CDS-PP!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O CDS não faz fretes!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O teu preço está aqui!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Penso que agora podemos passar para o encerramento do debate.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Últimas palavras apenas para deixar claro alguns aspetos.

O debate aqui trazido, hoje, pelo CDS-PP a propósito de apoios sociais a crianças com necessidades educativas especiais e saúde em meio escolar...

(Diálogo entre os Deputados Aníbal Pires e Artur Lima e a Deputada Graça Silveira)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Srs. Deputados, por favor, eu apelo à vossa moderação. A Sra. Secretária está no uso da palavra e estamos também a encerrar o debate.

Sra. Secretária, pode continuar.

A Oradora: ... é, naturalmente, ambos os temas são temas importantes, penso que a abordagem não terá sido, em todo o tempo, a mais adequada aos temas que foram aqui trazidos.

Importa referir que o Governo Regional, nas matérias aqui trazidas, tem desenvolvido um trabalho de reforço dos recursos humanos, designadamente ao nível das equipas docentes e não docentes de reforço em função das

necessidades que vêm sendo manifestadas pelos alunos com necessidades educativas especiais.

Importa também referir que é posto em prática, de facto, o Plano Regional de Saúde Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é bem assim, mas!

A Oradora: ... e, nessa medida, há relatórios anuais que dão conta de uma avaliação sistemática do trabalho que vem sendo desenvolvido nas várias vertentes, designadamente naquelas por fim trazidas pelo Deputado Joaquim Machado no que diz respeito à proporção de escolas avaliadas ao nível da higiene e também à plataforma. Todos estes aspetos são devidamente relatados, sendo certo que penso que há uma questão que é fundamental deixar aqui como mensagem...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vou fazer um requerimento para a próxima legislatura!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária!

A Oradora: ... final.

O Governo Regional não tem qualquer relacionamento e muito menos de privilégio com qualquer uma das empresas hoje, aqui, referenciadas; o Governo Regional relaciona-se com as famílias e com os beneficiários da prestação e não com as empresas (este é um aspeto fundamental); o Governo Regional tem por obrigação garantir canais céleres de acesso às prestações sociais e foi isso que, em diligências conjuntas entre a Secretaria Regional da Solidariedade e da Educação, promovemos no decurso do ano de 2014, e, nessa medida, entendemos que tudo aquilo que for possível fazer chegar às famílias em benefício da garantia de condições de autonomia e de igualdade de acesso aos recursos por parte das crianças portadoras de deficiência, crianças e jovens, essa é a nossa responsabilidade, essa é a nossa obrigação.

Penso que o debate, a dada altura, divergiu para questões que não estavam, de facto, nos propósitos do CDS-PP quando aqui trouxe estes assuntos. Com certeza que teremos oportunidade, noutros debates sobre os assuntos que foram aqui trazidos, de aprofundar outras temáticas e outras questões.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para encerrar então agora o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Registo, em primeiro lugar, o esforço que a Sra. Secretária fez em esclarecer aquelas que foram as questões colocadas pelo CDS, tentando responder a todas elas; o mesmo não posso dizer por parte de alguns Srs. Deputados do Partido Socialista e, pelo menos, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que teve absolutamente um comportamento quase inacreditável nesta matéria.

Eu devo dizer o seguinte. Quando, 20 anos depois do Partido Socialista estar no Governo, só tem um pedopsiquiatra nos Açores, a culpa é de quem?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É nossa!

O Orador: É de quem não esteve no Governo. Quando, 20 anos depois, o Serviço Regional de Saúde não consegue dar resposta a 700 crianças com necessidades educativas especiais, a culpa é de quem? É da oposição. Quando, 20 anos depois, o Partido Socialista, em vez de criar postos de trabalho para terapeutas da fala, opta por um regime de financiamento pouco claro a empresas privadas. E há um exemplo, é só fazer uma conta,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isto é que é dar a volta!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): A postura desadequada é nossa! É preciso ter lata! Não é lata, é um bidão!

O Orador: ... é que, ao fim de 20 anos, e muito mais haveria...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente!

... a investigar, por exemplo, nas áreas da fisioterapia, noutras ilhas, e algumas clínicas com relacionamentos também muito interessantes com o Serviço Regional de Saúde.

E pegando nas palavras da Sra. Secretária, o assunto para o CDS não morre aqui, começou aqui e vamos levar isto até ao fundo, porque numa região também onde as pessoas são tratadas num hospital público e depois lhe mandam a conta para casa e diz o senhor tem que pagar isto, sem previamente lhe terem dito o que é que lhe estavam a fazer, porque o senhor tem um seguro de saúde, é verdadeiramente muito interessante.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Mas o que o CDS quis e sempre disse aqui, desde o início, é que era preciso garantir a todos os alunos, a todas essas criança a sua segurança e o devido tratamento. A conclusão que tiramos aqui, hoje, é que há 700 em que o Serviço Regional de Saúde não responde e que a primeira prioridade é encaminhar para clínicas, que até têm, pelos vistos, como foi aqui dito, processos pouco claros a decorrer.

Portanto, o Partido Socialista, nesta matéria, e o Governo do Partido Socialista falharam na saúde, na educação especial. Vinte anos depois, é preciso mudar e é preciso defender verdadeiramente os utentes.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, pede a palavra para?

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu queria dar conhecimento à Sra. Presidente e a todo o Plenário que farei chegar à Mesa um documento que retirei do Portal da Justiça relativamente à constituição da sociedade Clínica de Saúde Mental e Desenvolvimento da Ilha Terceira, Lda., cujo conselho de administração, cujos sócios são a Sra. D.^a Carla Joana Vasconcelos Bastos Cardoso de Amarante, a D.^a Maria do Céu Mota Pinto da Silva [*impercetível*]
...

Presidente: Sr. Deputado, pedia-lhe que não fizesse referência aos nomes das pessoas aqui!

O Orador: ... e o Sr. Almerindo Rafael Pinto Moreira Vasconcelos, da Lomba.

Deputado José San-Bento (PS): Da Lomba de Santa Bárbara!

O Orador: E, portanto, daqui se conclui que não há,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eles disseram Luís Meneses!

O Orador: ... na constituição desta sociedade, ninguém com nomes sequer parecidos com Luís Filipe Meneses ou Luís Meneses.

Muito obrigado.

Presidente: A Mesa aguardará, então, a entrega do documento.

Deputados Domingos Cunha e André Bradford (PS): Isso não quer dizer nada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, encerrámos aqui o ponto 1 da nossa Agenda...

Deputado André Bradford (PS): Não era nada relevante, mas foram buscar um papel!

[Corte na gravação]

Eram 16 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 55 minutos.

Entramos agora no ponto 3: Proposta de Resolução n.º 17/X – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”. Esta proposta de resolução é subscrita por mim própria e pelo Sr. Presidente do Governo e pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Esta é uma formalidade habitual, nos dias que antecedem o dia em que celebramos os Açores. A proposta recebeu o parecer favorável e unânime da CAPAT, que é a Comissão que faz a sua apreciação. Julgo que não haverá inscrições, pelo que vamos passar, de imediato, à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Conforme foi também deliberado pela Conferência de Líderes, nós vamos avançar para o ponto 5 da nossa Agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 53/X – “Estabelece a proibição do abate de animais errantes na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Como sabem, foi também distribuída por todos uma proposta de substituição integral subscrita pelo Partido Socialista e pelo PCP, depois do debate, faremos o debate conjunto, conforme define o nosso Regimento, e depois, na

generalidade, serão votadas ambas as iniciativas para saber qual delas passa para a especialidade.

Para apresentar a iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Esta proposta surge num momento em que, comprovadamente, a política de abate dos animais errantes não se afigura eficaz nem aceitável face à tomada de consciência coletiva sobre a proteção dos animais e o seu bem-estar, nem sobre o seu objetivo primordial que é, como todos sabemos, a de controlar a população destes animais. A verdade é que não só não diminuiu o número de animais errantes, como também não diminuiu a despesa social e pública que a sua recolha, detenção e abate representam.

Temos, por todo o arquipélago, canis cada vez mais cheios de animais sem dono, cujo único destino acaba por ser a morte, por não existirem nem as condições, nem a vontade de os recuperar e devolver à sociedade, através de uma adoção responsável.

Nalguns concelhos do nosso arquipélago, cães e gatos são abatidos às centenas, solução rápida e infelizmente habitual para resolver um “problema” que é da sociedade açoriana no seu conjunto.

No entanto, o problema arrasta-se e agrava-se. Aumenta a quantidade de cães e gatos e aumenta a despesa pública, numa espiral sem fim à vista.

As associações Não-Governamentais tentam lutar, com meios extremamente reduzidos, pela sobrevivência destes animais, recolhendo-os, tratando-os, alimentando-os, esterilizando-os e procurando a sua adoção, contando com pouco mais do que o empenho dos seus voluntários.

A eles, cumpre-nos dirigir uma palavra de apreço e reconhecimento pelo seu esforço numa causa meritória, em que enfrentam diariamente um problema a que uma parte da nossa sociedade prefere virar a cara.

Mas mais do que limitarmo-nos a elogiá-los, cumpre-nos ouvi-los, escutar o que têm a dizer os que estão no terreno e que conhecem diretamente o problema. Cito o parecer da Associação Faialense dos Amigos dos Animais – AFAMA, que tive recentemente a oportunidade de visitar:

“Uma política de abate de animais errantes, abandonados ou negligenciados em nada contribui para a resolução do problema, pelo contrário, agrava-o pelo exemplo de facilitismo com que as autoridades responsáveis “resolvem” a situação de um animal que não é desejado. A leviandade com que se trata a vida de um ser vivo, senciente e consciente, representa um péssimo exemplo de humanidade e uma vergonha para toda a sociedade.” Citei.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É verdade que há um longuíssimo caminho a percorrer em termos da consciencialização dos cidadãos, e muito que pode ser feito, em termos da promoção da adoção responsável e do combate a más-práticas sistemáticas no bem-estar animal, bem como em termos da fiscalização da legislação sobre abandono e maus tratos a animais, que foram recentemente criminalizados.

Mas a atual política de abate dos animais errantes já demonstrou que não consegue resolver o problema, é anti-ética, desumana e tornou-se inaceitável para um sector cada vez mais alargado da sociedade açoriana, para além de violar acordos e convenções internacionais de que o nosso País é signatário.

Esta é também uma política incompatível com a imagem que pretendemos justamente promover da nossa Região, onde os valores ambientais são protegidos e, conseqüentemente, os animais não devem ser sujeitos a maus tratos, nem abatidos indiscriminadamente. Precisamos de alterar esta política se

queremos ser, de facto, uma Região ecológica. É que não basta parecer, é preciso ser.

Por fim, esta política também não consegue reduzir a despesa pública com o controle dos animais abandonados. Apesar do esforço das ONG's acabar por poupar bastante dinheiro às entidades públicas, ao minorar um problema colectivo com os seus meios privados, a verdade é que continuamos a gastar dinheiro público com detenções temporárias e abates sem qualquer resultado prático, nem perspectiva de solução do problema.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É justamente para uma política diferente que a nossa proposta inicial, que substituímos por esta que estamos a discutir, também subscrita também pelo grupo parlamentar do PS, é, como dizia, para uma política diferente que esta proposta aponta. Uma política que aborda...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O apêndice!

O Orador: ... as causas que estão na origem do problema dos animais abandonados e maltratados e não se limita a abater os lamentáveis resultados. Uma política que investe na solução e não no ocultar do problema; uma política que aposta na consciencialização, na responsabilidade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É desculpabilizar o Governo e responsabilizar os outros!

O Orador: ... e no papel e exemplo que as entidades públicas têm obrigação de transmitir a todos os cidadãos.

Assim, o que se defende é a criação de uma rede regional de recolha que cubra efetivamente o território da Região, ao contrário do que acontece atualmente, onde existam condições para o alojamento dos animais, garantindo o seu bem-estar e onde possam ter acesso a cuidados veterinários e à esterilização; uma rede que tem de estar sob responsabilidade das entidades públicas, ainda que

possa ser assente em parcerias com as Associações e na qual o Governo Regional terá forçosamente de estar envolvido, colaborar e apoiar, também financeiramente, as Autarquias Locais nos investimentos necessários, no respeito pelas suas competências.

Esta nova política exige a recolha sistemática e persistente, combatendo a reprodução e o aumento das populações de animais errantes, e esterilizando-os sistematicamente antes de os devolver para adoção.

É necessária, também, a realização de campanhas regulares de esterilização de animais domésticos, gratuitas ou a preço reduzido, com veterinários privados ou utilizando os próprios meios das Câmaras Municipais e da Administração Pública Regional, que permita aos cidadãos esterilizarem o seu animal e evitarem a sua reprodução descontrolada, tal como acontece já em muitos concelhos do continente português.

A política que defendemos passa não apenas pelas campanhas de consciencialização e de promoção da adoção, mas também por uma fiscalização mais efetiva das condições de detenção e transporte de animais e do cumprimento da legislação sobre o bem-estar animal.

É necessário reconhecer e valorizar o papel das várias ONG's de protecção dos animais, apoiá-las condignamente nos seus esforços, dada a importância social do trabalho que desenvolvem, mas também reconhecê-las como parceiros indispensáveis, auscultá-las e envolvê-las nos processos de decisão e nas opções sobre a política de protecção dos animais.

Os investimentos necessários para implementar esta política são investimentos na solução, que nos garantem que os seus valores irão reduzir, no médio-prazo, à medida que se diminua a quantidade de animais abandonados. As despesas com o abate só nos garantem cada vez mais despesa, sem fruto nem com os resultados pretendemos alcançar.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

É tempo de assumirmos que é necessário alterar as políticas em relação aos animais abandonados e maltratados, é tempo de assumirmos um quadro legal que se coadune com os nossos tempos é tempo, no fundo, de dar corpo legal aos documentos internacionais sobre os direitos dos animais e o seu bem-estar dos quais o nosso país é signatário.

A proposta que está à discussão e que substituiu integralmente a proposta inicial resulta do aprofundamento do conhecimento desta problemática por parte da Representação Parlamentar do PCP e da consensualização que foi possível construir, com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em torno de um problema que a todos deve preocupar e de que a sociedade açoriana espera uma resposta.

Temos a perfeita consciência que estamos a responder a uma exigência dos nossos tempos, temos consciência de que com a política de abate de animais abandonados não é só justa ou eticamente necessária, temos a perfeita consciência de que é, verdadeiramente, a única maneira de solucionar o problema.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou absolutamente espantado com a irresponsabilidade desta iniciativa legislativa nos moldes em que a mesma é apresentada.

Cabe-nos a nós, deputados, decidir e legislar, no sentido de tornar exequível aquilo que nós aqui decidimos.

Eu quero relembrar o que é que aconteceu na Comissão. O Sr. Deputado Duarte Moreira, e muito bem, perguntou ao Sr. Secretário o seguinte. Qual seria o

espaço de tempo razoável para aplicar uma medida deste género e respondeu o Sr. Secretário, o Secretário Regional referiu que, “Este assunto, dada a delicadeza e a responsabilidade das autarquias nesta matéria, deveria ouvir-se primeiro as autarquias para se ter uma noção do tempo necessário”, repito, deveriam ouvir-se primeiro as autarquias para se ter uma noção do tempo necessário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: “Penso que é também importante ponderarmos sobre esta balança o que é termos uma situação presente, durante mais algum tempo, ou termos os animais em condições péssimas”, concluiu o governante.

O próprio PCP, a nível nacional, quando este debate se sucedeu, no âmbito da Assembleia da República, diz o seguinte: “A proibição do abate pode acontecer município a município, à medida que se modernizem os seus canis”.

E também sobre o precedente da Madeira, veja-se o que disse a Bastonária da Ordem dos Médicos Veterinários, Laurentina Pedroso: “Ninguém pode estar contra uma medida que proíbe o abate de animais errantes, mas é necessário que a lei tenha consequência”, salienta a responsável e dá como exemplo o caso da Madeira, onde a Assembleia Legislativa Regional proibiu, na semana passada, o abate de animais de companhia. E diz ela, para concluir: “Nem sequer tem um veterinário municipal, como poderão fazer as esterilizações e as vacinações?”

Portanto, meus senhores, é necessário que esta discussão, esta decisão seja tomada de forma absolutamente responsável e respeitando também aquelas que são as competências das autarquias, os seus meios e os meios que são necessários para poder implementar uma medida deste género, porque é isto que separa uma medida pensada, refletida, tomada com sentido de responsabilidade de pura propaganda eleitoral.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Uma interpelação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Informar a Câmara que o CDS fez entrar na Mesa, ao abrigo do artigo 134, um requerimento de baixa à Comissão deste diploma, exatamente por alterar substancialmente o diploma inicial e por haver aqui questões, como foram também referidas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, e bem referidas, que importa esclarecer, que responsabiliza outros, que importa ser ouvida a sua opinião, quer de associações, quer de Câmara Municipais, e, portanto, achamos que é de toda a conveniência que o diploma baixe à Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem o requerimento ao qual o Sr. Deputado Artur Lima se referiu.

Conforme define o artigo 87 do nosso Regimento, vamos colocá-lo de imediato à votação, sem direito a debate nem declarações de voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O requerimento de baixa à Comissão apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 1 do PCP; 19 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitado o requerimento de baixa à Comissão, vamos então dar continuidade ao debate.

Para uma interpelação, Sr. Deputado Artur Lima? Então, para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de meia hora, dada a complexidade do diploma.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vamos interromper... Sr. Deputado António Marinho, peço desculpa. Uma interpelação à Mesa? Tem a palavra.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Era no sentido de repetir a votação.

Presidente: Para repetir a votação? Mas para votarmos novamente?

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Para repetir a votação do requerimento.

Presidente: Vamos então votar o requerimento novamente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O requerimento de baixa à Comissão apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 1 do PCP; 19 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Foi repetida a votação. Não vou fazer, naturalmente, o Sr. Deputado Artur Lima repetir o teor da interpelação.

Vamos para intervalo. Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Presidente: Para participar no debate, está inscrito o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Eram 17 horas e 52 minutos.

(* **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os animais errantes são um problema de saúde pública para a maioria das cidades do mundo. Estima-se que somente nos Estados Unidos sejam mortos

até 9,1 milhões de cães e 9,5 milhões de gatos por ano, o que gera um gasto elevado para os cofres públicos, destinado à captura, à guarda e ao sacrifício.

Essa medida, contudo, não resolve a situação dos animais errantes e cria um ciclo de mortes contínuas. O sacrifício animal, além de caminhar contra o avanço de uma mentalidade humanitária relacionada com as questões animais, não se mostra eficaz para o controlo populacional de animais errantes.

Com a domesticação dos lobos selvagens e a posterior criação das diversas raças domésticas, não só de cães, mas também de gatos e outras espécies, o homem criou uma relação de dependência desses animais, que passaram a não mais possuir uma natureza silvestre, não podendo, assim, viver soltos na natureza. Cabe, no entanto, ao próprio homem o cuidado para com esses animais e um controlo eficiente e humanitário das suas populações.

Quando pensamos em animais errantes, fala-se, de forma geral, na captura e guarda, que, em sua maioria, só recolhe os animais das ruas, mas não oferece um tratamento humanitário dos mesmos. Estes permanecem, muitas vezes, em condições de maus tratos, estando sujeitos a adquirir doenças transmissíveis entre os animais, que podem até levar à morte.

A superpopulação de cães e gatos é um problema socio ambiental que afeta a maioria dos países, em maior ou menor grau. A equação é simples: existem mais animais do que lares para acolhê-los. Em busca de uma solução rápida, as autoridades de saúde frequentemente recorrem à eutanásia.

O problema dos animais errantes supera a responsabilidade moral que temos sobre eles. Além do sofrimento, com a possibilidade de padecerem de sede, fome, frio, falta de abrigo, conforto, outro aspeto importante torna necessário controlar a população de cães e gatos e, conseqüentemente, reduzir o número de animais soltos pelas ruas.

Os cães e gatos, quando não adequadamente tratados, vacinados e desparasitados, podem ser uma ameaça para a saúde pública, já que podem transmitir doenças ao homem, conhecidas como zoonoses.

A maior convivência entre animais e pessoas levou, na última década, a uma maior sensibilização para a questão do bem-estar dos animais e do seu abandono. Não obstante, continua a verificar-se um grande número de animais abandonados, com as consequentes repercussões conhecidas.

O problema agrava-se dada a incrível capacidade de reprodução dos cães e dos gatos. A população de cães e gatos cresce em maior proporção. Cada cadela ou gata pode dar duas ninhadas por ano, e estas fêmeas podem gerar, em condições normais, cerca de sete filhotes por ano. Segundo estudo americano, uma só cadela e seus descendentes podem gerar 67 mil filhotes no período de seis anos e um macho pode cobrir uma centena de fêmeas.

Desta forma, o aspeto humanitário e o apelo à melhoria da saúde pública são, pois, motivos consideráveis para tomarmos atitudes para resolução do problema da superlotação de cães e gatos.

Entretanto, a eutanásia de animais sadios esbarra em questões éticas, já que não é vista com bons olhos, quer pelas entidades de proteção animal, quer por uma boa parte da população que se preocupa com o seu bem-estar. Por isso, muitos países estão adotando, cada vez mais, a estratégia de capturar os animais, castrá-los e devolvê-los ao mesmo local de captura. Espera-se com isso que, após algumas gerações, a população de cães e gatos errantes diminua drasticamente.

Adicionalmente, está demonstrado que a eutanásia não é eficaz quando utilizada isoladamente, pois não atinge a raiz do problema. O custo de captura, transporte, alojamento, eutanásia e eliminação do cadáver animal é maior do que a vacinação, desparasitação, identificação e castração cirúrgica.

Nos Açores, o problema do abandono de animais de companhia, embora ainda não atingindo proporções verificadas nas grandes cidades, começa a merecer uma atenção particular, quer por questões de saúde pública, quer por questões éticas e de preservação do bem-estar animal, quer ainda pelos prejuízos que os animais errantes, nomeadamente os animais de companhia, causam à pecuária, através de ferimentos e morte dos animais de interesse zootécnico, que constituem a base económica das nossas ilhas.

Verifica-se também a necessidade que a região, designadamente os municípios, como as entidades com a responsabilidade de efetuar o controlo de animais errantes se preparem convenientemente para uma nova realidade, condições que os municípios não apresentam atualmente, nomeadamente pela falta de centros de recolha oficial, pelo que há que estabelecer também um prazo razoável à implementação da proibição do abate de animais de companhia e errantes e, previamente, introduzir práticas de bem-estar animal, de controlo das populações e sensibilização das populações, que visam diminuir drasticamente o abandono.

Com este DLR, subscrito pelo Partido Socialista e pela Representação Parlamentar do PCP, pretende-se introduzir medidas que visem, em primeiro lugar, a promoção do bem-estar, a redução e o controlo das populações de animais errantes e, em segundo lugar, proibir o abate de animais de companhia e errantes, introduzindo um prazo para a sua implementação.

E aproveito este momento para referir que o Partido Socialista irá apresentar, e julgo que já deu entrada e terá a ser distribuída, uma proposta de alteração que visa criar um período de tempo até à implementação, à proibição do não abate dos cães e gatos, por um período de seis anos.

Relativamente a alguns comentários de outros partidos que já aqui foram feitos, nomeadamente pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que falou em irresponsabilidade, eu penso que será precisamente o contrário: é não fugir ao

problema que nós temos, ir ao encontro daquilo que está a acontecer um pouco por todo o mundo ocidental de ir no sentido do não abate. Aliás, há posturas voluntárias de municípios, também no nosso país e também já nos Açores, mas um pouco por toda a Europa, que vão neste sentido do não abate dos animais de companhia e animais errantes, no entanto, criando-se previamente condições para diminuir essas populações e que aqui a esterilização que este projeto de DLR introduz, a esterilização de todos os animais que sejam depois ou dados a adoção ou libertados é uma medida fundamental para que, ao longo do tempo, essas populações de animais errantes venham a diminuir consideravelmente. Esta é uma medida e este é um projeto de DLR responsável, que não foge aos problemas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, não é para si!

O Orador: ... e que vem tentar minimizar esta situação dos animais errantes antes propriamente da sua proibição de abate.

Sra. Presidente, para já e nesta primeira intervenção, ficava-me por aqui.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Impressionante!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto de há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que ninguém assume de bom grado a decisão de abate de um animal qualquer, independente da sua espécie, do seu género, da sua raça ou idade. Qualquer funcionário dos canis municipais não toma esta decisão porque quer, toma esta decisão porque acha que é necessário. Até, se pensarmos um

pouco, eu também gostaria de comer um bom bife de carne sem ter a imposição de matar um novilho da carne que eu vou comer, mas a realidade não é esta.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é nada disso que está em questão!

Deputado Berto Messias (PS): Vote contra!

O Orador: Mas como em tudo, deve imperar aqui o bom senso e uma vez que as Câmaras Municipais tentam reunir condições para diminuir e até extinguir o abate, não faz sentido, por exemplo, que neste documento haja um artigo 9.º, no ponto 4, onde se lê que, “No prazo de 120 dias a contar da notificação referida no número anterior, o animal em causa, se não for adotado, poderá ser devolvido à liberdade no seu local de origem de captura”, ou seja, continuamos na mesma. E este animal, dali acerca de 15 dias, se for notificado que anda na rua, é apanhado de novo, dali a 120 dias volta. É esta que também acho que seja aqui uma falta de responsabilidade na parte legislativa.

Sras. e Srs. Deputados, ainda recentemente, no mês de janeiro, foi notícia, na freguesia dos Arrifes, cerca de 50 vitelos abatidos por cães errantes. Eu não sei se têm a imagem do que é chegar a uma pastagem e ver um vitelo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não têm! Não querem saber!

O Orador: ... abatido. Se calhar, não têm. Se nos condói a morte de uma animal errante, um cão e um gato, também de um vitelo, esta situação também nos mexe. A verdade é que foram apanhados seis cães, desses seis cães apenas um tinha o chip e mesmo assim não se consegue aqui comprovar que foram estes os cães que fizeram isto. Lá por um ladrão passar na minha rua, não quer dizer que ele assaltou a minha casa.

Deputado Francisco César (PS): Até porque pode não ser ladrão!

O Orador: De facto, o número de animais errantes desceu em resultado da identificação e o registo pelo chip, mas, Sras. e Srs. Deputados, aumenta o abandono nos canis. Ainda hoje se vê muito as pessoas chegarem aos canis e,

com grande descargo de consciência e achando que estão fazendo uma grande ação, entregam um cão que já não podem ter, ou porque ele está doente, ou porque já tem muita idade, e ainda para o descargo de consciência ser maior (eu já assisti a isso e ouço conversas de colegas meus) ainda levam um cachorrinho, quando a gente já sabe que aquele cachorrinho, dali a cinco, seis anos, vai ser entregue no canil da mesma maneira.

É preciso, sim, formar as pessoas, dar-lhes mais formação do que aquela que têm e também dar-lhes responsabilidade. Na entrega de um animal, devia ser imposta uma responsabilidade maior.

A ação também aqui de denúncias e a ação da GNR, a GNR tem atuado no terreno. Aí há uns anos, os cães existiam nas explorações agrícolas, em caminhos de pouco acesso, quem vive em meios urbanos nem sequer conhecia estes cães. Estes cães, pela ação da GNR, são entregues também nos canis, o que aumenta o número também.

Outro caso. Há outro condicionamento que aumenta também o número de abates que é os donos, por sua livre vontade, levarem o cão ao canil para o seu abate ser aí realizado e não numa clínica, o que também vem trazer uma outra situação em relação às outras clínicas privadas de concorrência ilegal. É uma realidade que nós temos e para quem está no meio conhece-a bem.

Por outro lado, foi aprovado recentemente o projeto Alice Moderno, projeto esse que esteve nas escolas e, para além disso, pouco houve. Aquilo que contactei com as clínicas veterinárias, assinaram todos os protocolos, mas, a partir daí, não há nada. Para quem não está a par, é um projeto que pretende beneficiar cerca de 1000 famílias carenciadas, com um cheque que corresponde a dois animais, mas as pessoas são livres de terem os animais que querem.

Deputado Duarte Moreira (PS): Uma coisa não colide com a outra!

O Orador: Agora, não são responsáveis de os ter. Livres são.

Há que, sim, e nós somos contra o abate, não somos a favor, não pensem que este discurso é um discurso a favor do abate, não é, mas há que, sim, ser responsável, há que proceder a técnicas de controlo de produção, incentivá-las, promovê-las, financiá-las...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O senhor leu o diploma?

O Orador: ... e responsabilizar quem pratica o abandono. Há que haver tempo para fazer isso, não é impondo tempo de seis anos,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Para ler o diploma, se calhar!

O Orador: ... isso ainda implica que os abates vão permanecer por mais tempo, se calhar, e acho que o objetivo deste documento é, sim, o bem-estar animal e não algo que dificulte ainda o dos outros animais que estão nos canis.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que, caro Sr. Deputado e amigo, não leu o diploma como ele deve ser lido. Este diploma vem precisamente ao encontro daquilo que o senhor acabou de dizer. Ou seja, numa primeira fase, e a partir do imediato, partir para a esterilização, diminuir o número de animais errantes ou animais abandonados por essa via e, como eu disse já, inicialmente, através de uma proposta de alteração que o Partido Socialista irá introduzir, dar um prazo de seis anos para as autarquias se adaptarem...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas estamos a falar de uma coisa que não conhecemos? Por amor de Deus!

O Orador: ... a esta legislação, dando-lhes as condições para, a partir daí, passarem a não abater esses animais. E depois a prática quotidiana, e quem anda no terreno, e o senhor acabou de falar isso, demonstra, claramente, que, neste

momento, apesar do abate ser possível, não está a resolver a questão dos animais abandonados ou dos animais errantes, não está a resolver. São cada vez mais os animais abandonados e os animais errantes, cães e gatos, e há que, numa primeira fase, partir para o seu registo, a sua identificação e a sua esterilização, antes de os dar para adoção ou os libertar.

Relativamente a essa questão de libertar os animais passados 120 dias, eu quero aqui esclarecer também o seguinte. Idealmente, portanto, o que seria o ideal nesta proposta é que, de facto, os animais não tivessem que ser libertados passado esse prazo, mas nós temos que ser também responsáveis e é no nome dessa responsabilidade que isso aí está. E isto é igual àquilo que está previsto naquilo que foi aprovado na Madeira pelo PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E?

O Orador: E a responsabilidade é que não haja sobrelotação nos canis e nos centros de recolha oficiais, nos municípios, não haja essa sobrelotação, com uma grande diferença, é que os animais serão libertos, evidentemente, podem causar prejuízos, sim, podem, mas estão esterilizados, o que quer dizer que, no curto prazo ou no médio prazo, esses animais, como não se reproduzem, o número de animais errantes ou animais abandonados irá diminuir por essa via. Isto é ser responsável,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se os donos não os abandonarem em taxa superior!

O Orador: ... não há medidas ideais nesta matéria e o abate, tal como está, neste momento, não tem sido resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Sras. e Srs. Deputados!

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18h25m.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para se inscrever.

É regimental. Regressamos às 18h25m.

Eram 18 horas 09 minutos.

Presidente: [Corte na gravação]... Sra. Deputada Graça Silveira.

Eram 18 horas 33 minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

O CDS-PP regista a evolução da iniciativa do PCP, que considerava apenas o abate dos animais errantes, para esta que estamos agora, aqui, a discutir, que foi parasitada pelo Partido Socialista.

Deputado Duarte Moreira (PS): Como, Sra. Deputada?

A Oradora: Não sei se no assunto em discussão deveria dizer que foi, talvez, castrada pelo Partido Socialista. E que considera também a implementação de medidas que, supostamente, visam reduzir o número de animais vadios. Aliás, o Sr. Deputado disse que reduzia o número de animais abandonados. Estas medidas apenas tentam reduzir o número de animais errantes, vulgo animais vadios, porque as causas do abandono dos animais, em relação a esse assunto, que é da maior importância, esta iniciativa nada traz, porque todos nós sabemos que o abandono dos animais resulta, em grande parte, de uma atitude irresponsável dos donos dos animais domésticos.

A este respeito, é ainda fundamental que se aplique a legislação em vigor, no que se refere à obrigatoriedade de registo de quem é dono de animais domésticos, tem a obrigação de registar os seus animais, que devem ser adotadas medidas de fiscalização que não estão a ser adotadas e, mais, que aí, sim, se devem aplicar as coimas que estão definidas pelo abandono de animais. O CDS considera ainda que esta iniciativa que é agora trazida à apreciação ao Parlamento, em última instância, não só agrava a situação financeira dos municípios e das associações privadas que têm, ao longo destes anos, feito um trabalho meritório de acolhimento destes animais e que, de resto, nem sequer foram ouvidas quanto a esta iniciativa, como ainda desresponsabiliza os donos dos animais,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que não foi ouvido?

O Orador: ... esses, sim, os principais responsáveis pelo bem-estar dos animais e pelo abandono dos mesmos.

Na atual iniciativa, que estamos aqui a discutir, sim, porque a iniciativa inicial do Partido Socialista antes do processo de castração do Partido Socialista tem relatório há sete meses, portanto, nunca foi trazida ao Plenário para discussão e votação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora não sabe o que está a dizer!

A Oradora: Portanto, esteve sete meses sem ser trazida a Plenário e agora, à pressa, é-nos trazida uma proposta de DLR, completamente alterada, que coloca o ónus da responsabilidade da castração, da esterilização, da desparasitação, da vacinação, de um plano de esterilização nos municípios...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nada que não seja permitido pelo Regimento!

A Oradora: ... e nessas associações, que vão ter que ficar com os encargos financeiros de todo esse processo, e, portanto, a questão que se coloca...

Deputado Duarte Moreira (PS): Já tem, Sra. Deputada!

Deputado Berto Messias (PS): Isso já é assim!

A Oradora: ... é se é isto aquilo que o Partido Comunista considera que é o reconhecimento pelo trabalho que tem sido feito durante todos estes anos, por estas associações, de ficar com a guarda dos animais que nenhum de nós quis adotar, colocar o ónus de toda esta responsabilidade em cima deles, porque eu não vejo e gostaria, aliás, eu não sei a quem é que hei de colocar agora as questões, a qual das bancadas parlamentares, se foi feito um estudo...

Deputado Berto Messias (PS): Mais um estudo!

A Oradora: ... que avaliasse qual é que era o custo financeiro desta medida, porque é importante encontrar planos que funcionem, mas que sejam pagáveis. Portanto, em relação a isso, eu não vi rigorosamente nada.

Mas quanto ao DLR, eu tenho algumas dúvidas, não sei a quem é que devo pedir para me esclarecer.

Deputado Duarte Moreira (PS): A senhora faça a pergunta, depois a resposta há de surgir!

A Oradora: Desde logo, na apresentação da iniciativa, o Sr. Deputado Aníbal Pires falou que esta iniciativa previa a criação de uma rede regional de recolha de animais. Qual é que é o artigo em que essa rede de recolha está definida, porque eu, de facto, não consegui encontrar?

Depois, em relação ao artigo 8.º, em que fala do programa de esterilização, diz que “O programa de esterilização deve: a) Definir objetivos”. Eu não sei que objetivos é que deve ter um programa de esterilização que não seja esterilizar.

Em relação à alínea b), diz: “Número de esterilizações a realizar” e eu pergunto se é por dia, se é por mês, se é por ano, este plano de esterilização é um plano anual, é um plano mensal? Não encontro informação.

Quanto ao artigo 9.º, na prática de esterilização, no ponto 1 diz: “A esterilização é realizada por um médico veterinário”, portanto, assume que se vai adotar uma castração cirúrgica. Eu pergunto se há alguma coisa que prove que a

esterilização química não funcionaria melhor na região. É esta a opção? A esterilização química não tem que ser feita por um veterinário.

Deputado Duarte Moreira (PS): A esterilização química? Não pode? Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: Em Itália, por exemplo, adotou-se a esterilização química em vez de ser a castração cirúrgica. Pergunto: Por que é que a região optou por esta versão?

No ponto 3 diz: “Cumprida a esterilização e o período de recobro para o animal, será o mesmo encaminhado para adoção, com notificação, por escrito, das associações de proteção dos animais na RAA, legalmente reconhecidas”. E eu pergunto: E as associações zoófilas? E os municípios? Não têm também que estar sujeitos a esta obrigação?

Deputado Duarte Moreira (PS): Pois têm! Mas isso já está na lei!

A Oradora: No ponto 4 diz que, após 120 dias da tal notificação, se o animal em causa não for adotado, poderá ser devolvido em liberdade ao seu local de origem de captura. Portanto, afinal, os senhores não querem reduzir a população de vadios, só querem ter uma população de vadios que esteja esterilizada...

Deputado Duarte Moreira (PS): Sra. Deputada, e? Está a correr-lhe mal!

A Oradora: ... e todos os problemas daí decorrentes, nomeadamente os problemas causados com os acidentes de trânsito, os problemas causados com o ataque destes animais a pessoas, os problemas causados nas lavouras, os animais esterilizados não causam estes problemas? Portanto, passamos a ter uma população de vadios,...

Deputado Duarte Moreira (PS): E o abate resolve isso!?

O Orador: ... só que agora esterilizados, com custos para quem? Para os municípios, para as associações, que é que vão ficar, todas elas, com o ónus da responsabilidade de fazer a castração, a esterilização, a vacinação, etc., etc..

E, por último, na cooperação diz claramente, “Para as Câmaras Municipais, poderá isto ser feito em regime de cooperação entre dois ou mais municípios” e eu pergunto: E as ilhas mais pequenas, que são as que têm maiores dificuldades, vão fazer cooperações com quem?

Deputado Duarte Moreira (PS): Oh, Sra. Deputada, santa paciência!

A Oradora: E para já, numa primeira intervenção, gostaria que me pudessem dar estas explicações, já que este diploma não foi a debate em sede de Comissão, onde pudéssemos colocar todas estas questões, em que os principais visados fossem ouvidos, ou a bancada do Partido Comunista ou a bancada do Partido Socialista, me pudessem dar os esclarecimentos necessários.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho aqui três propostas.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não sabe o que há de dizer!

O Orador: Não, o senhor é que não sabe o que é que há de fazer, Sr. Deputado Duarte Moreira.

Eu vou dizer-lhe uma coisa. Temos aqui a proposta inicial do PCP, começa como um fundamentalista, é já e se há canis ou não há, não me interessa absolutamente em relação a qualquer tipo de consequência, se estamos preparados ou não estamos preparados, avançamos já com a medida. Depois, da parte da manhã, chega uma proposta de alteração assinada, creio reconhecer aqui as assinaturas, pelo Sr. Deputado Duarte Moreira e pelo Sr. Deputado Berto Messias. E aqui é um pouco menos fundamentalista e diz, não, afinal, não é já, nós achamos (isto da parte da manhã!) que são necessários 120 dias, acompanhados de outros procedimentos suplementares. Pronto! Mas quem

achava que a história acabava aqui está muito engando. Da parte da tarde, o mesmo Sr. Deputado Duarte Moreira, penso que estou a ler bem aqui a assinatura, e o mesmo Sr. Deputado Berto Messias já acham que, afinal, já não são 120 dias, agora são seis anos.

Deputado Duarte Moreira (PS): É que nem leu!

Deputado Francisco César (PS): Há bocadinho era uma irresponsabilidade!

O Orador: Ou seja, isto só se aplica daqui a seis anos!

Meus senhores, mas, oh, Sr. Deputado Moreira, o que é que aconteceu entre as duas da tarde e as 18 horas, quero dizer, neste espaço, nestas horas, Sr. Deputado? Por que é que o senhor muda de ideias, assina uma proposta que prevê 120 dias, para aplicar já, e o senhor, depois, passadas apenas três ou quatro horas, são seis anos? Eu espero que isto não se alargue muito, esta sessão, porque, se passar para o próximo dia, amanhã, podem ser 100 anos e o Sr. Deputado Aníbal Pires aceita.

(Risos de alguns Deputados do PSD)

Cento e vinte dias, estou de acordo; seis anos, estou de acordo. Afinal, já não são seis anos, 50 anos, estou de acordo. Aprova mas é o “diplomazinho”! Daqui a pouco, nem está cá para ver o seu diploma, não está neste mundo.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que não está neste mundo!

O Orador: Desejo-lhe muitos anos de vida, mas a este ritmo, Sr. Deputado, a sua legislação é tão empurrada para a frente que V. Ex.^a empurrará isto já para daqui a uns anos, quando a sua existência, infelizmente, como todos somos mortais, já perigar.

Bom, eu devo dizer que isto mostra a coerência do Sr. Deputado Berto Messias e do Sr. Deputado Duarte Moreira, que assinaram dois projetos: um, são só 120 dias; outro, são só seis anos.

Deputado Berto Messias (PS): Isto mostra a sua ignorância!

O Orador: Bom, isto mostra, de facto, a coerência dos Srs. Deputados e, de facto, a ligeireza com que analisam este tipo de assuntos.

E da minha parte, obviamente que considerado um período de seis anos, porque eu comecei por vos criticar antes desta alteração aparecer, obviamente que é um período em que V. Ex.^{as}, ...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

... o Governo Regional, nos cinco meses que vos restam de vida, espero eu que exista outro governo com capacidade para dotar as autarquias dos meios necessários, bom, daqui a uns anos, oh, Sr. Deputado Duarte Moreira, eu já percebi por que é que o Sr. Deputado não quis fazer isto, assim, daqui a seis meses, os senhores já não estão no governo,...

Deputado Duarte Moreira (PS): O senhor sabe bem que não!

O Orador: ... vocês o que reconhecem é que não são capazes de implementar esta medida e que vamos ser nós que o vamos fazer.

Portanto, eu compreendo a vossa coerência.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Sente-se! Não faça essas figuras!

Deputado André Bradford (PS): Nós quem? O senhor e mais quantos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra...

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, para pedir a V. Ex.^a para poder esclarecer.

Tratando-se de uma iniciativa legislativa, uma proposta de DLR, podem ou não todos os partidos propor propostas...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

... de alteração ao diploma?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente, nos DLR, qualquer partido com assento nesta Assembleia pode fazer propostas de alteração, ao contrário das resoluções.

Sr. Deputado Aníbal Pires, agora, sim, dou-lhe a palavra, porque já estava inscrito.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que palhaçada! Isto é uma brincadeira de mau gosto!

O Orador: Bem, nós já percebemos qual é que é o incómodo do PPM, do CDS-PP e do PSD. Há uma questão, há aqui uma questão essencial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha pelo menos decência!

O Orador: Eu, relativamente ao incómodo, já todos percebemos e certamente que o povo açoriano também já o percebeu, e, portanto, eu não vou sequer tentar desconstruir a posição de cada um destes partidos. Aquilo que vou dizer...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Duarte Moreira)

O Orador: É como V. Ex.^{as} quiserem.

Presidente: Sras. Deputados, já percebemos que o Sr. Deputado Aníbal Pires não vai continuar enquanto os...

O Orador: Pois não!

Presidente: ... apartes se mantiverem, pelo menos a esse nível de barulho.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor.

O Orador: Ora bem, mas, como eu estava a afirmar, não vou sequer perder tempo para desconstruir algumas das intervenções que foram feitas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não consegue!

O Orador: ... porque já percebemos, primeiro, qual é o objetivo delas; segundo, que, tendo toda a legitimidade para criticar o diploma, têm também toda a legitimidade, aliás, como V. Ex.^a acabou de esclarecer, de propor alterações ao diploma, agora em sede de especialidade, no sentido de o corrigir e no sentido de o melhorar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós não contribuímos para palhaçadas!

O Orador: Há, entretanto, aqui uma questão que é importante que se refira. Primeiro, não é verdade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós não damos para esse peditório!

O Orador: ... que, sobre a principal questão que este diploma levanta e que tem a ver com a proibição ao abate, não tenha sido solicitado aos municípios um parecer, basta ver o relatório da Comissão de Economia para ver que na listagem às entidades a quem foi solicitado parecer lá está a Associação de Municípios da RAA.

Oh, Sra. Deputada, tenha paciência!

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: Tenha paciência, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É porque todas as alterações solicitadas recaem sobre os municípios! E não foram tidos!

O Orador: E, portanto...

Já era assim, anteriormente, e foi solicitado parecer à Associação dos Municípios da RAA, relativamente àquele que é o principal objeto desta iniciativa.

Depois, há aqui uma questão que tem sido também...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Seja sério!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ver se arranja uma boleiazinha para ver se é eleito!

O Orador: ... alvo das críticas de alguns partidos que é o facto de ter havido aqui uma evolução relativamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é um comediante, Sr. Deputado!

(Risos dos Deputados Paulo Estêvão e Artur Lima)

Presidente: Srs. Deputados! Srs. Deputados, estamos a debater esta matéria, que é importante.

O Orador: Eu penso que relativamente...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.

O Orador: ... a comédias, só terei a aprender com V. Ex.^a e com o Deputado Paulo Estêvão, e digamos que, por muito que me esforce, não conseguirei chegar ao vosso nível. Isso, então, eu não tenho dúvidas nenhuma, nem feitiço para isso. Mas isso é outra questão.

Deputado André Bradford (PS): Não tem o dom!

O Orador: Foi dito na intervenção inicial que a proposta de substituição tinha acontecido pelo aprofundamento da temática por parte da Representação Parlamentar do PCP e pelo que tinha sido possível consensualizar com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Eu gostaria de dizer se há alguma figura regimental que proíba a Representação Parlamentar do PCP de aprofundar o seu conhecimento sobre determinada temática ou se há alguma figura regimental...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há! A sua língua!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há o bom senso!

O Orador: ... ou mesmo em termos da ética política que não permita...

Diga, Sr. Deputado! Olhe para aqui e diga lá qual é o seu problema!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Inscreva-se e depois veja o que é que acontece.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Inscreva-se! Venha, venha cá!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vá dar uma voltinha!

O Orador: Portanto, eu gostaria...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na China acho que se faz isso mas é a pessoas!

O Orador: ... de saber o que é que isto tem a ver com o diploma,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até nisso é obediente ao PS!

O Orador: ... porque, no fundamental e relativamente ao diploma, V. Ex.^{as} não adiantaram rigorosamente nada. Nada vezes nada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era só o que faltava!

O Orador: Mais. Irresponsabilidade aqui é não enfrentar o problema, porque, como todos nós sabemos, a questão do abate não resolveu o problema da sobrepopulação dos animais errantes, não resolveu. Portanto, é preciso, é necessário encontrar soluções alternativas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na União Soviética já faziam isso, mas era a pessoas!

O Orador: E as soluções alternativas estão vertidas nesta proposta de DLR. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, deixem-se de números, centrem-se naquilo que é fundamental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenha calma!

O Orador: Gostaria ainda apenas de dedicar as últimas palavras desta intervenção...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À China!

O Orador: ... ao Deputado Paulo Estêvão, que atualize o seu conhecimento. V. Ex.^a já deu aqui provas, muitas vezes, de ter um conhecimento profundo sobre algumas questões,...

Deputado André Bradford (PS): Já? Nunca me apercebi!

O Orador: ... mas também nos tem brindado com intervenções em que demonstra um desconhecimento absoluto daquilo que está a dizer.

Relativamente às posições do PCP, Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que está a tramitar, na Assembleia da República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A tramitar?

O Orador: Porquê, não sabe o que é?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: Ah! Eu tenho ideia que sim, que, de facto, a sua cultura deixa muito a desejar!

E que diz, então, esta iniciativa que está a tramitar na Assembleia da República e que é da autoria do PCP: aprova as medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária. E o objeto desta iniciativa do PCP visa exatamente atingir o objetivo do abate zero.

Portanto, V. Ex.^a atualize-se relativamente àquilo que é a intervenção do PCP, quer nesta região, quer no país.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se puder intrometer-me na China, eu gostaria. Muito obrigada, Srs. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na China são muito apreciados!

A Oradora: Eu, em aparte, queria começar por dizer, “Pobres animais”, e gostaria também de dizer, “Perdoem-lhes, porque eles não têm culpa”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso é verdade!

A Oradora: Começemos pelo princípio e o princípio é um projeto de DLR, sob a epígrafe “Medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”, subscrito pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista.

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente e votaria favoravelmente quer a primeira versão, quer a segunda versão vertida numa proposta de alteração completa, que, aliás, altera de forma substancial algum do articulado da primeira versão. De todo o modo, o Bloco de Esquerda votaria favoravelmente a primeira versão e votará favoravelmente a segunda versão, tal como está apresentada pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista.

Dito isto, Sras. e Srs. Deputados, há que acrescentar e que justificar a votação do Bloco de Esquerda quando aqui foi proposto que esta iniciativa baixasse novamente à Comissão. O Bloco de Esquerda votou favoravelmente e fê-lo por uma razão: é que nós pensamos que está na altura de fazermos um balanço sério, rigoroso daquilo que está, que existe em termos de recomendação e legislativos, nesta região, do que está feito, do que não está feito, daquilo que deveria estar feito e de como é que nós podemos, de facto, fazer a diferença.

Por isso, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente a baixa à Comissão e eu confesso-me enternecida com a primeira intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira, que disse, e bem, que chegou o momento de não fugir à realidade e chegou o momento de acompanhar o progresso e as conquistas civilizacionais do mundo ocidental nesta matéria. Penso que esta matéria são também os direitos dos animais e toda uma circunstância que começa pela saúde pública, por exemplo, e acaba numa ética de vivência coletiva, onde os animais também estão inseridos. Portanto, Sr. Deputado Duarte Moreira, eu subscrevo completamente as suas palavras, não fora uma coisinha, é que falta-lhes

coerência, Sr. Deputado, e eu vou tentar explicar-lhe por que é que é esta a minha opinião.

No mês de dezembro de 2013, Sras. e Srs. Deputados, foi aprovada, nesta Casa, uma resolução desta Assembleia que, por acaso, teve a iniciativa do Bloco de Esquerda e foi consensualizada com o Partido Socialista. Trabalhamos juntos naquele diploma, que era um projeto de resolução, houve conceções de uma parte e de outra, chegamos a um diploma comum e que sossegou e respondeu às preocupações quer do Bloco de Esquerda, quer do Partido Socialista, na altura. Corria a mês de dezembro de 2013, portanto, há quase três anos, e, há quase três anos, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa aprovou uma resolução que recomendava ao Governo várias coisas, uma delas era a promoção de campanhas de sensibilização para uma política de não abate dos animais errantes. Outro ponto, e não vou ler os pontos todos completamente, para não gastar tempo, era recomendar ao Governo a dinamização dos processos de licenciamento de centros de recolha oficiais em todas as ilhas. Outro ponto recomendava ao Governo Regional a realização de campanhas de sensibilização junto dos detentores de animais contra o abandono. Outro ponto recomendava ao Governo a celebração de protocolos com associações de proteção dos animais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está?

A Oradora: ... no sentido da promoção de tratamentos médico-veterinários e práticas de esterilização. Outro ponto recomendava ao Governo a promoção da sensibilização necessária para a correção de falhas existentes ao nível dos sistemas de registo dos animais. E o último ponto, Sras. e Srs. Deputados, recomendava ao Governo Regional, e vou ler, esta vou lê-la completamente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é para aqueles senhores ouvirem!

A Oradora: ... é o ponto 6 da resolução aprovada nesta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça, Sr. Deputado Moreira, ouça!

A Oradora: Recomendava ao Governo o seguinte: que promovesse uma parceria com a Associação de Proteção de Animais, no sentido da exploração do Hospital Alice Moderno, através de um protocolo que assegurasse tratamentos médico-veterinários...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve, Aníbal! Ouve!

A Oradora: ... para detentores de animais que apresentem carências económicas comprovadas e desenvolver esforços no sentido da melhoria das instalações do Hospital Alice Moderno, de modo a honrar a memória da sua mentora, pioneira na defesa dos animais, nos Açores.

É bom lembrar que esta senhora deixou à região não só dinheiro, como um terreno, e o Governo Regional, relativamente ao ponto número 6, em vez de desenvolver esforços no sentido da melhoria das instalações do Hospital Alice Moderno,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... neste momento, aquilo que se sabe, e sabem as pessoas que lá trabalham, é que aquele hospital vai ser fechado e vai-se transformar num centro de recuperação para aves.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São animais!

(Risos do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, eu não duvido que Alice Moderno...

Deputado Duarte Moreira (PS): Isto não tem nada a ver!

A Oradora: Tem tudo a ver!

... também se preocupasse com as aves, mas no seu testamento está claramente escrito que não são aves, são animais errantes, cães, gatos, cadelas e gatas, é o que lá está. Portanto, aqueles terrenos têm um objetivo, foi o objetivo da sua vida e da doação. Isto para dizer o quê, Sras. e Srs. Deputados? Que o Governo

Regional tem, desde dezembro de 2013, uma resolução desta Casa e não cumpriu nem um ponto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Incrível!

A Oradora: Nem um ponto dos seis desta resolução. Por isso, o Bloco de Esquerda compreende, e vota favoravelmente, que, numa retratação, o Partido Socialista, juntamente com o Partido Comunista, apresente agora este projeto de DLR. Claro! É uma forma de dizer não fizemos nada até aqui, vamos ver se daqui para a frente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São mais seis anos!

A Oradora: ... vamos fazer alguma coisa e por isso o Bloco vota favoravelmente, não fora, mais uma vez, Sr. Deputado Duarte Moreira, uma circunstância. É que o mesmo Partido Socialista que subscreve com o Partido Comunista, e bem, esta proposta de DLR é o mesmo Partido Socialista que sozinho propõe regimentalmente uma proposta de alteração a este DLR, que atira para daqui a seis anos o quê? Convém saber o quê! O que está aqui escrito é: “O artigo número 3 só entra em vigor no sexto ano após a aprovação”. E o que é que diz o artigo número 3? Diz assim, Sras. e Srs. Deputados: “Proibição de abate. É proibido o abate de qualquer animal de companhia ou animal errante, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte”. Se isto é aquilo a que o Partido Comunista chama o caminho para o abate zero,...

(Risos dos Deputados Artur Lima e Paulo Estêvão)

... estamos bem conversados, porque o caminho para o abate zero só começa daqui a seis anos, Sras. e Srs. Deputados.

Mas continuamos. Artigo 4.º.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma vergonha!

A Oradora: O artigo 4.º, de acordo com a proposta de alteração do Partido Socialista, também só começa daqui a seis anos. E o que é que diz o artigo 4.º? Fala nas exceções ao abate, portanto, também é daqui a seis anos. E depois as coimas, que é o ponto 1 do artigo 11.º, também são daqui a seis anos.

Concluindo e resumindo. Aquilo que verdadeiramente é importante nesta proposta de DLR subscrita pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista e que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente é completamente arrasado pela proposta de alteração subscrita apenas pelo Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o Bloco de Esquerda votará contra, obviamente, a proposta de alteração do Partido Socialista, e como tem o pressentimento...

Deputado Duarte Moreira (PS): E como já sabíamos isto, fizemos uma proposta de alteração!

A Oradora: ... que esta proposta de alteração será integrada, porque será votada favoravelmente pela maioria absoluta parlamentar,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... neste projeto de DLR, o Bloco de Esquerda, no fim, votará contra, porque não se brinca com coisas sérias, Sras. e Srs. Deputados. Ou bem que estamos a sério ou bem que estamos a brincar.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora é que está a brincar!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é exequível!

A Oradora: Se estamos a sério, é para começar agora; se estamos a sério, começou em dezembro de 2013 e os senhores não cumpriram um único ponto da resolução aprovada nesta Casa; se estamos a sério, não é com um Governo que os senhores nem sabem se será vosso, daqui a seis anos, que vamos iniciar...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... uma política de respeito pelos animais dentro desta região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho extraordinário que as bancadas aqui, sobretudo do PSD, do CDS e do PPM, queiram resolver tanto, tanto, tanto, nesta matéria, que, na realidade, não resolvem absolutamente nada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Três anos! A senhora é surda ou ouve bem?

A Oradora: Esta questão delicada do abate ser remetido para daqui a seis anos, deixem-me dizer-vos que não poderei afirmar se sinto esta matéria mais ou menos do que os Srs. Deputados aqui presentes, mas garanto-vos que esta matéria é uma das minhas militâncias e muito orgulho...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso já percebemos!

A Oradora: ... tenho em que o Partido Socialista faça desta matéria também uma luta.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Seis anos será apenas um mal necessário. Não é de todo o ideal nesta circunstância, o Sr. Deputado Duarte Moreira afirmou isto, ninguém se regozija em ter de colocar esta proposta de alteração, mas nós temos que ser condicentes com a realidade. Infelizmente, temos que nos vergar às vezes às exigências da realidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vergar!?

A Oradora: É extraordinário que substantivos como irresponsabilidade e ligeireza sejam usados para falar, neste debate, deste diploma,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque isto trata-se de responsabilidade humanitária e civilizacional. São seres sencientes,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sencientes!

A Oradora: ... que sentem e sofrem e que, desde a infância das nossas crianças, são fundamentais, todos sabemos que conviver com os animais desde a mais tenra idade é sobretudo um privilégio para os homens e para as mulheres que possam fazê-lo.

Os animais são essenciais ao apoio a todos os doentes, de todos os tipos. Desde as patologias do foro mental, às patologias do foro físico, está comprovado cientificamente que os animais são uma mais-valia para a recuperação de todos nós, quando desses males possamos padecer e eu terminaria...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São isso tudo, mas só daqui a seis anos!

A Oradora: ... lendo uma passagem muito breve de um escritor, de um professor, de um pensador que nos deixou há poucos dias, o Paulo Varela Gomes, e que dizia algures, em 2010, numa crónica de recorte extraordinário, “Que sobressalto do coração será necessário para despertar em nós a piedade pelos animais”. Pois, Srs. Deputados, aos Srs. Deputados que falam deste assunto neste tom de troça a que assistimos,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... eu diria, que sobressalto do coração será necessário para despertar em vós a piedade pelos animais.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra naquela que é uma iniciativa parlamentar para responder à acusação, permitam-me que diga, inflamada da Sra. Deputada Zuraida Soares de que o Governo Regional nada teria cumprido desta resolução.

Acho que a Sra. Deputada tem andado algo distraída, porque só assim se compreende que, por exemplo, não tenha tido oportunidade de se cruzar com alguns dos elementos de uma campanha que tem sido realizada a nível de toda a região, nas escolas, em diversos espaços públicos, em *outdoors*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em *outdoors*?

A Oradora: Então, reconhecendo a Sra. Deputada que se cruzou, reconhecerá que a sua afirmação de que o Governo não cumpriu com nenhuma já não corresponde...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi isso que foi aprovado na resolução!

A Oradora: ... à verdade. Portanto, Sra. Deputada, certamente não foi ainda possível resolver tudo na máxima extensão, mas há bastante trabalho feito...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e ficar-lhe-ia bem, Sra. Deputada, em vez de dizer que o Governo nada cumpriu, reconhecer aquilo que foi feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se são *flyers* e *powerpoints*, estamos falados!

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas eu ainda não percebi o que é que foi feito! Em seis pontos, o que é que foi feito?

A Oradora: Há seis pontos, exatamente!

Oh, Sra. Deputada, agora estou eu no uso da palavra. Eu ouvi-a com toda a atenção, não se enerve! Vai ficar incomodada,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não vou, não!

A Oradora: ... porque eu vou dizer que o Governo cumpriu alguns destes pontos e a sua tese vai cair por terra, mais uma vez.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mais uma vez, não!

A Oradora: Oh, Sra. Deputada, tenho pena, mas a verdade a isso me obriga. Temos patrocinado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que é isso do patrocinado?

A Oradora: ... as associações de proteção de animais que se têm candidatado aos apoios ao abrigo da Resolução 43/2005, como sabe.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quais?

A Oradora: Quais as associações? São as três que se candidataram,...

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Deputada sabe!

A Oradora: ... mas já lhe indico quais foram as três que se candidataram: a Associação Animais de Rua, a AFAMA e a Associação Amigos dos Animais da Ilha Terceira. Foram as três que apresentaram candidatura, foram as três apoiadas.

Relativamente à questão... Há, alias, aqui duas questões para as quais o Governo poderá e deverá sensibilizar no sentido de elas conhecerem um desenvolvimento positivo, mas que não correspondem a competências do Governo Regional, nomeadamente os centros de recolha oficiais correspondem, como sabe, a uma competência camarária. No que se refere ao SICAFE, trata-se de um registo de âmbito nacional, aquilo que o Governo dos Açores tem feito é uma sensibilização junto da população para a importância deste registo e para que proceda a esse registo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao Hospital Alice Moderno, devo dizer que o Governo dos Açores encetou um conjunto de contactos junto das associações protetoras dos animais na ilha de São Miguel, não tendo sido possível encontrar nenhuma que mostrasse capacidade para gerir o hospital nestes moldes.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! A culpa é das associações!

A Oradora: Neste momento, funciona, como sabe, como hospital veterinário das 17h30 às 19h30, com um conjunto de veterinários que pagam uma cota pela sua utilização, contribuindo, assim também, para a manutenção da infraestrutura, praticando preços que diferiram em alguma coisa daqueles que são os preços de mercado, mas, para efeitos daquilo que importa, que é permitir a concretização daquilo que está previsto no número 6, é preciso que do outro lado exista um parceiro em condições de...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não pode ser o Governo?

A Oradora: ... colaborar com o Governo.

Oh, Sra. Deputada, questionou sobre a resolução. A resolução diz, “Promova uma parceria com uma associação de proteção dos animais” e o que eu lhe estou a...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mais, mais ...

A Oradora: ... “no sentido da exploração do hospital, através de protocolo que assegure tratamentos médico-veterinários”. Sra. Deputada, aquilo que eu lhe estou a responder é ao que está no ponto 6, se a senhora, a seguir, já quer partir para outra, esteja à vontade, sintá-se à vontade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não! O Governo é que devia ter partido para outra!

A Oradora: Eu estou a responder sobre o que está no ponto 6. Mas eu já conheço a sua técnica, que é essa precisamente, “Ai, não pode ser como está no ponto 6, então seja de outra maneira”, mas o que...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é, não!

A Oradora: ... está aqui em causa e aquilo que a senhora apontou ao Governo foi não ter cumprido com o que estava nesta resolução.

Olhe, como eu lhe acabei de demonstrar, cumpriu com praticamente todos os pontos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não cumpriu!

A Oradora: O ponto n.º 6, acabei de explicar por que é que, lamentavelmente, não foi possível ainda cumprir.

Portanto, Sra. Deputada, reconheça que a sua afirmação foi excessiva e que não...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi!

A Oradora: ... corresponde à verdade, reconheça que a senhora também se engana.

A Sra. Deputada, já lhe disse isto uma vez, sabe, nesta bancada também estão pessoas que encaram com toda a seriedade as responsabilidades que têm e é com toda a seriedade que o Governo encara e tem encarado o cumprimento do que está nesta resolução.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputada Zuraida Soares (BE): Porque a Sra. Secretária afirmou que a resolução foi cumprida pelo Governo.

Deputado André Bradford (PS): Protesto o quê! Faça uma intervenção!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares...

Sras. e Srs. Deputados! A Mesa está aqui para responder à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sra. Deputada Zuraida Soares, não me pareceu, efetivamente, da intervenção da Sra. Secretária nenhuma afirmação que lhe permita fazer um protesto, porque não houve nenhuma ofensa, não houve nenhuma questão...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas o Governo não cumpriu!

Presidente: Sim, mas o protesto também....

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

Presidente: No âmbito do debate, a Sra. Deputada Zuraida Soares... Sim, mas a Sra. Deputada Zuraida Soares, no âmbito da sua intervenção, fez essa afirmação que a Sra. Secretária Regional, no âmbito do debate e da sua intervenção, refutou. Não tendo tempo, Sra. Deputada Zuraida Soares, para intervir no debate, não pode usar o protesto como um expediente regimental para poder ter tempo para intervir no debate, Sra. Deputada. Por isso, lamento, mas não lhe posso dar a palavra.

Muito bem, Sra. Deputada.

Vamos então continuar.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, de facto, eu concordo consigo, temos que ser realistas e isto é um caso com uma certa seriedade, não estamos aqui por troça. E até lhe digo mais. O facto de eu ter dedicado toda a minha vida, como dedico ainda, aos animais, não me dá a arrogância de dizer que gosto mais de animais e que sou mais de animais do que qualquer um aqui dentro. E temos que olhar para os projetos com uma certa responsabilidade. A senhora terminou com uma citação, eu também respondo com um poema de um poeta

popular, mas não destes meios, do meio que eu costumo andar, chamado Sr. António Medeiros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que uma vez, perante algo que não tinha começado bem e que terminou pior ainda, ele disse: “Um pau que nasce cambado da raiz até ao pé, mesmo depois de queimado cambado é”. E isto é o que nós temos aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em relação à Sra. Secretária e aquilo que disse, aquilo que foi feito com o...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é que é sensibilidade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sensibilidade popular! Não é erudita!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Dos novos cristãos!

O Orador: E a responsabilidade que este Governo tem demonstrado sobre isso, foi assinado um acordo...

Se eu pudesse!

... com várias clínicas veterinárias, isto ao abrigo do Projeto Alice Moderno, tal e qual como a Sra. Deputada Zuraida Soares disse, nada teve efeito, e tanto não teve efeito que eu, durante a manhã e agora ao princípio da tarde, liguei para várias clínicas e sabe o que é que me responderam que foi feito? Assinou-se, tirou-se a foto, saiu a notícia e depois foi zero. Zero! Sra. Deputada, o partido que defende o que tem feito perante isto é zero! Mais. Em novembro, na discussão do Plano, foi aprovada uma verba de 20 mil euros para o bem-estar dos animais de companhia e errantes. O que é que foi feito com esses 20 mil euros? Que eu saiba, foram os cartazes, não passa disso, cartazes. E outra. A Sra. Deputada Graça Silveira exemplificou aqui e bem. A grande maioria dos animais que entram nos canis são animais entregues pelos próprios donos e animais que são capturados pela GNR. Isto é o grosso modo dos animais que lá chegam. Os que são apanhados na rua, e com aquilo que vamos aprovar aqui,

pela maioria socialista, irá ser aprovado, um animal que é capturado na rua ou num armazém, seja onde for, é-lhe posto um chip, o proprietário dele passa a ser a Câmara Municipal. Se ele morde alguém, se ele é responsável por um acidente de carro, quem é que é o responsável?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): São as Câmaras os responsáveis!

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor quer dizer? As Câmaras não põem chips para não pagarem acidentes?

O Orador: Aqui é só fugir à responsabilidade. O que nós estamos aqui a assistir é a fugir à responsabilidade. Por isso, acho que o que está aqui feito, o objetivo, concordo com ele, mas a forma de chegar lá não é esta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Diálogo entre vários Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Renata Botelho teve uma intervenção infeliz ao acusar os outros deputados de agir com ligeireza. Eu acho que agir com ligeireza é apresentar uma proposta às 2h da tarde, que prevê que a medida se aplique dali a 120 dias, e depois apresentar uma duas ou três horas depois a dizer que se aplica dali a seis anos, isso é que é agir com ligeireza. Chamar a atenção que está incorreto, que é preciso dar tempo, que é preciso criar as condições para que os canis possam funcionar, para que os animais sejam tratados devidamente e, já agora, para que o Governo apoie os municípios e as associações em relação ao trabalho que vai ser feito, preparar esse caminho para que as coisas sejam bem feitas, aí, eu estou de acordo.

Portanto, ligeireza é mudar de opinião de cinco em cinco minutos, Sra. Deputada. E o que eu lhe quero dizer é que, em relação à proposta que o Partido Socialista aqui apresentou, eu assumo aqui o compromisso de votar favoravelmente, vou votar favoravelmente.

Portanto, fica a saber V. Ex.^a que a minha preocupação é que as coisas se fizessem, criando as condições adequadas, sem que não viessem a ter consequências desagradáveis para todos, e, portanto, protegendo os animais. E eu acho que com esta alteração que o Partido Socialista apresentou agora, no final, estão acauteladas as situações e é necessário dotar os municípios e associações dos meios necessários. Isso é essencial e não está aqui no diploma. Eu quero ouvir a Sra. Secretária assumir aqui, em nome do Governo, essa responsabilidade.

Deputado André Bradford (PS): Não é “eu quero”, é “eu gostava”!

O Orador: Ponto número 1.

Eu quero, gostava, mas eu quero!

Deputado André Bradford (PS): Fica mais elegante!

O Orador: Oiça! Eu posso exigir aqui, o povo, oiça, os Parlamentos. Oh, Sr. Deputado, eu sei que o seu estilo é mais...

Deputado André Bradford (PS): O senhor o que é sabe do meu estilo?

O Orador: ... colocar o povo açoriano a pedir, a mendigar. Eu não gosto desse tipo, não mendigo nada, o povo açoriano não tem que mendigar, o povo açoriano tem que reivindicar aqueles que são os seus direitos,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exigir!

O Orador: ... exigir aqueles que são os seus direitos, Sr. Deputado. Portanto, está enganado.

Mas eu quero terminar esta intervenção fazendo...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... duas referências.

Em primeiro lugar,...

Presidente: Estava a pedir à Câmara algum silêncio para poder intervir.

O Orador: Pensei que me ia retirar a palavra, Sra. Presidente.

Presidente: Não, não! Hoje, não, Sr. Deputado, hoje, não!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já está traumatizado!

O Orador: Já estou tão traumatizado, que pensei que me fosse tirar a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É de criança!

O Orador: Mas devo dizer o seguinte. O Sr. Deputado do PCP dizia-me assim, “Bom, mas o senhor veio aqui e não disse a verdade!”. Eu volto a referenciar Miguel Tiago, do PCP, conhece?

Deputado André Bradford (PS): Eu não conheço!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era o pseudónimo de Álvaro Cunhal!

O Orador: Eu também conheço, todos nós conhecemos. E vou dizer-lhe o seguinte. O que é que ele disse? “A proibição do abate pode acontecer município a município, à medida que modernizem os seus canis”. Esta situação o senhor desmentiu. É verdade, não pode desmentir, está no Diário das Sessões, Sr. Deputado.

Para terminar, dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado. Sem querer ter aqui ligeireza, o Sr. Deputado entrou aqui com um caniche vermelho, entrou aqui, veio com um caniche vermelho; o que o Sr. Deputado sai daqui é com um cachorro rosa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com o rabinho entre as pernas!

O Orador: ... com um brincozinho na orelha vermelho. Esta é a forma como o Sr. Deputado sai deste Plenário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com bolinhas cor-de-rosa!

O Orador: E obviamente, Sr. Deputado,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... esta é a situação política real a que o senhor chegou no debate no âmbito do debate deste diploma, é disto, e permita-me esta caricatura, Sr. Deputado, mas todos aqui, que assistiram a este processo, sabem que é verdade.

Deputada Graça Silva (PS): Mas a cor do animal também interessa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, a minha última intervenção só para tentar esclarecer algo que eu penso que ainda não foi completamente percebido, esclarecer quer alguns deputados que não perceberam plenamente o que é que está aqui em causa, e também esclarecer os açorianos do que é que está a ser proposto que esta Assembleia aprove.

Estamos a propor que haja medidas de não abate, que os Açores optem, no futuro, pelo não abate de cães errantes. Estamos a dar tempo que as autarquias se adaptem, dando-lhes seis anos, que corresponde aos dois anos, que já não são dois, mas aos dois anos do atual mandato municipal mais os próximos quatro anos de mandato municipal, que se adaptem para cumprir aquilo que está na legislação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E aquilo que está na legislação e que parece que é desconhecido por parte do CDS e pela Sra. Deputada Graça Silveira, que eu não sei se conhece, mas eu vou dizer-lhe, que é o Decreto-Lei 314/2003, que diz, no artigo 8.º, “Captura de cães e gatos vadios ou errantes. Compete às Câmaras Municipais, atuando dentro das suas atribuições nos domínios da defesa”, portanto, compete às Câmaras Municipais. No artigo 11.º, diz, “Canis e gatis municipais. As Câmaras Municipais, de forma isolada ou em associação com outros municípios, são obrigadas a possuir e manter instalações destinadas a canis e

gatis, de acordo com as necessidades da zona e postos adequados e apetrechados para execução das campanhas de profilaxia, quer médica, quer sanitária, que a Direção Geral de Veterinária entenda determinar”. Ou seja, nós, nesta proposta, não estamos a atribuir mais competências às Câmaras Municipais,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não tem a ver com competências, tem a ver com responsabilidade!

O Orador: ... nós estamos a definir para os Açores regras que as Câmaras Municipais vão ter que cumprir daqui a seis anos, sendo que, no imediato (são 120 dias), começa já a ser obrigatório as questões da identificação, as questões da vacinação, desparasitação e da castração dos animais.

Portanto, é isto que está aqui em causa, Sras. e Srs. Deputados. Qualquer outra coisa é pura demagogia,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem explicado!

O Orador: ... é não querer ver o problema e é, talvez, um pouco de ciúme por não terem apresentado...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... esta solução aos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria aqui registar a atitude lamentável do Partido Socialista e do Sr. Deputado Aníbal Pires que, pura e simplesmente, se recusaram a esclarecer todas as questões bem concretas sobre o decreto legislativo em análise colocadas, porque este decreto legislativo não foi a discussão à Comissão, eu coloquei questões em relação às quais tinha dúvidas, nomeadamente a rede de recolha, nomeadamente em relação ao plano de esterilização. Não foi dado um único esclarecimento ao CDS.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

A Oradora: E, portanto, demonstra bem o valor e o respeito que os senhores têm pelos outros deputados desta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação à Sra. Deputada Renata Cordeiro, eu devo dizer-lhe que...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é Cordeiro! É Renata Correia Botelho!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O cordeiro é abatido na Páscoa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sra. Deputada Catarina, a senhora está mal disposta hoje!

A Oradora: Respondendo à Sra. Deputada Renata Botelho, eu devo dizer-lhe que se para nós a eutanásia dos animais errantes não pode ser em si um objetivo, manter e perpetuar em condições de cativeiro animais não é, seguramente, a piedade que a senhora defende.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que está a ficar claro que alguns partidos, designadamente o CDS-PP, é que não quis perceber.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não quis esclarecer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esclareça lá!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado, respondeu a algumas das minhas perguntas?

O Orador: É que não quis perceber.

Se em vez de ouvir os apertes do seu líder ouvisse as intervenções que são feitas,...

Já passou o seu tempo. O seu tempo já passou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então esclareça lá! Está a ver se apanha uma boleia do Partido Socialista!

O Orador: Isso é outra questão, Sr. Deputado.

Mas, como estava a dizer, se ao invés de se distrair com os apertes do Sr. Deputado Paulo Estêvão e do Sr. Deputado Artur Lima ouvisse as intervenções das diferentes bancadas, estava devidamente esclarecida. Portanto, a sua oportunidade passou, espere por outra.

Mas há aqui uma questão que me parece fundamental. Parece-me que é fundamental reforçar aqui o seguinte. Há um conjunto de medidas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as que não têm efeito!

O Orador: ... que fazem parte deste articulado que entrarão em vigor daqui a 120 dias e dessas aí ninguém falou.

Aquilo que hoje acontecerá é que a região fica dotada de um quadro legal que aponta para a resolução de um problema que, julgo eu, nos preocupa a todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

O Orador: Olhe que sim, Sr. Deputado, ou não está preocupado com os animais errantes? Está! V. Ex.^a quer abatê-los, nós não os queremos abater. Julgamos que o processo de esterilização, o processo de recolha, de esterilização...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me obrigue a fazer um protesto, Sr. Deputado. Não quero “abater” ninguém!

O Orador: ... e de devolução é o caminho para resolver esse problema. V. Ex.^{as}, enfim, como outras características que têm, preferem o abate puro e simples.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não! Não apoiado!

O Orador: A região ficará dotada de um quadro que aponta prazo para a proibição do abate.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, vai aprovar a proposta de resolução!

O Orador: Eu julgo...

A senhora, de facto, acaba por ser mais limitada do que eu estava convencido, mas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o senhor disse? Que a senhora é mais limitada?

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Eu julgava que não era preciso explicar. Eu tentei logo na intervenção inicial, eu bem que tentei, eu bem que tentei,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é um ignorante!

O Orador: ... mas V. Ex.^{as}, designadamente a bancada do CDS, insiste em não perceber, mas eu explico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não tem educação, não tem regras, nem princípios. O senhor é um mal-educado!

O Orador: Eu explico, Sr. Deputado. Eu sei que precisa de um apoio pedagógico acrescido e eu hoje até lho vou dar de borla.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, eu peço-lhe que não interpele os colegas!

O Orador: Sra. Presidente, está a ouvir os apartes? A Sra. Presidente está a ouvir os apartes? Muito bem estou eu a reagir, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é mal-educado!

Presidente: Oh, Sr. Deputado, eu nem sempre consigo ouvir os apartes e já por várias vezes apelei a todos que moderassem os mesmos, a bem do debate poder decorrer da melhor maneira, mas também lhe peço, Sr. Deputado, que não interpele desta forma os colegas das outras bancadas, porque, caso contrário, perde-se o controlo disto tudo. E, portanto, nós estamos a terminar os trabalhos, falta meia hora para a nossa hora regimental, portanto, eu apelo a todos alguma calma e alguma ponderação naquilo que estão a dizer, seja em aparte, seja na intervenção.

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, eu vou continuar, mas antes permita-me o seguinte. Eu já fui, hoje, alvo, aqui, de vários insultos.

Deputado André Bradford (PS): É verdade!

O Orador: Já me chamaram caniche e cachorro,...

(Risos de alguns Deputados da Câmara)

... a Sra. Presidente não disse nada, eu, Sra. Presidente... e não foi num aparte, Sra. Presidente! Oh, Sra. Presidente, e não foi num aparte, foi numa intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que está a insultar os outros! O senhor é um mal-educado!

O Orador: Eu não reagi, não protestei, não pedi a defesa da honra e V. Ex.^a agora vem-me chamar a atenção porque eu digo que o Grupo Parlamentar do CDS precisa de apoio pedagógico acrescido? Oh, Sra. Presidente, não me parece que isto seja uma linguagem que não possa ser usada no Plenário e muito menos esta linguagem é ofensiva. Quem está ligado ao ensino sabe que isto que eu estou a dizer é verdade.

Eu vou continuar a minha intervenção, aliás, atendendo à solicitação de V. Ex.^a, vou esquecer-me de umas notazinhas que tinha aqui para...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, para um protesto. Já que a senhora não intervém, protesto eu!

O Orador: ... o Deputado Paulo Estêvão e vou apenas dizer o seguinte. Eu, logo na intervenção inicial, expliquei, não quiseram perceber, é evidente que foi consensualizado com o Partido Socialista, e está dito logo na primeira intervenção, aquilo que era possível consensualizar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é o apêndice do Partido Socialista!

O Orador: Como é que quer que eu responda?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda lá!

Presidente: Srs. Deputados, nós todos sabemos sobremaneira qual a forma como nos devemos comportar neste Parlamento. Naturalmente que também não me fica bem chamar-vos a atenção desta forma e de forma recorrente. E, portanto, eu apelo mais uma vez, e é a última vez que o faço, hoje, pelo menos, porque se for para continuarmos neste nível de debate, eu vou interromper os trabalhos mais cedo.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente, por me ter criado condições para eu poder terminar a minha intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a dirigir-se a mim?

O Orador: Foi dito, logo na intervenção inicial, que tinha sido consensualizado o que tinha sido possível. Isto quer dizer, e eu pensei que toda a gente já tinha percebido isso, se eu não subscrevo a proposta de alteração, é porque não a vou aprovar, mas era preciso dizer isto ou ainda não tinham percebido?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, pediu a palavra? Está inscrito, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou usar a figura do protesto, porque o interpelante não me merece tal distinção, mas sempre direi, Sra. Presidente, o seguinte.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O exemplo de boa educação!

O Orador: Várias vezes, aqui, o Sr. Deputado Aníbal Pires foi useiro e vezeiro em quando o CDS fez entendimentos, nesta Casa, com o PS usar o termo que eu aqui usei, hoje, várias vezes, está no Diário das Sessões,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nunca fiz isso!

O Orador: ... de ser várias vezes, sobretudo no Plano e Orçamento, toda a gente aqui é testemunha disso, da linguagem do Sr. Deputado Aníbal Pires: a moleta, o apêndice e outros adjetivos que usava ao CDS. Mas isso revela... Agora, quando diz que o CDS precisa de apoio pedagógico acrescido, e toda a gente sabe o que é que quer dizer, a Sra. Presidente não estranhou? Quando diz que a Sra. Deputada Graça Silveira é mais limitada do que aquilo que parece, a Sra. Presidente não estranhou? Estranhou apenas quando eu disse que o Sr. Deputado Aníbal Pires era mal-educado? Foi só o que estranhou, Sra. Presidente? Mas é mal-educado, porque não respeita os outros.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, deduzi da sua intervenção uma interpelação à Mesa e à condução dos trabalhos.

A minha advertência à Câmara é geralmente e quase sempre a todos. Eu, por várias vezes, pedi a todos, àqueles que estavam a intervir e aos restantes, apelei à vossa moderação. Portanto, esta minha última advertência não foi a ninguém em particular, como, aliás, sabe que é meu hábito e, portanto, não qualifiquei. E também como expliquei ao Sr. Deputado Aníbal Pires, infelizmente, perante os afazeres que a Mesa tem no decorrer dos trabalhos, nem sempre consigo perceber e ouvir os apartes, porque são feitos como aparte, logicamente, nem sempre são audíveis.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pediu a palavra para uma intervenção?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não sei se será bem a figura de interpelação. É o seguinte, Sra. Presidente.

Há aqui uma questão que é preciso que fique esclarecida. Eu quando me referi à limitação da Deputada Graça Silveira é limitada politicamente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi isso que o senhor disse!

O Orador: ... não enquanto pessoa. Portanto, se foi entendido de outra maneira, não tenho nenhum problema, eu peço desculpa à Sra. Deputada, agora, o limitada é politicamente, entendamo-nos.

Mas eu gostaria ainda do seguinte. Já que, e vai ter de me dar esta tolerância, uma vez que a deu ao Deputado Artur.

Presidente: Numa intervenção, então, Sr. Deputado, numa intervenção.

O Orador: Ok.

A questão é a seguinte...

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima usou da palavra no seu tempo, portanto, o Sr. Deputado usará também do seu tempo para este misto de interpelação.

O Orador: A questão é a seguinte. O Sr. Deputado Artur Lima fez-me aqui uma acusação que não corresponde de todo à verdade. Portanto, V. Ex.^a, eu agradecia que trouxesse os Diários das Sessões onde...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São tantos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vamos aos cãesinhos! Isso não é discussão!

O Orador: ... o Deputado do PCP utiliza essa linguagem que V. Ex.^a utilizou durante este debate e muitos outros debates, mas que não têm a ver nem com moletas nem apêndice, é muito mais grave do que isso, Sr. Deputado. Portanto, quando V. Ex.^a me comprovar isso, eu peço-lhe desculpa publicamente. Agora, digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, e digo à Câmara, oh, Sr. Deputado, V. Ex.^a não é modelo para ninguém, portanto, não venha dar lições de moral a ninguém, porque não é, efetivamente, um modelo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem tenho pretensão de ser! O senhor foi malcriado e insolente!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Eu venho a debate só para dizer que eu elenquei sete perguntas, não tive uma única resposta e volto a perguntar.

Sr. Deputado Aníbal Pires, rede regional de abate, está definida em que artigo? Programas de esterilização, números de esterilização, é por dia, é por mês, é por ano? Quanto? Castração, porquê cirúrgica e não esterilização química? Se a notificação por escrito é obrigatória apenas para as associações ou se se estende

às associações zoófilas e aos municípios? Quando devolvidos à rua com chip de identificação, quem é que passa a ser responsável pelos estragos, pelos acidentes e por todas as consequências da atuação em matilha desses animais? E nas ilhas mais pequenas, como é que é feita a cooperação? Não houve uma única resposta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade, Aníbal! Não ouvi nem uma única resposta!

O Orador: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos proceder à votação.

Conforme define o n.º 4 do artigo 136, teremos que votar os dois diplomas para decidir ou se forem ambos aprovados na generalidade, teremos de fazer uma terceira votação para decidir qual dos projetos de DLR segue para a especialidade.

Sr. Deputado Duarte Moreira, pede a palavra para?

Deputado Duarte Moreira (PS): Interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** No requerimento, não foi retirada a proposta inicial do PCP?

Presidente: Eu vou verificar.

(Pausa)

Apenas diz que é a substituição integral, conforme documento em anexo. Não tem mais nenhum documento.

A substituição integral está definida no artigo 136, que diz o seguinte, no seu n.º 4: “As propostas de substituição são debatidas na generalidade em conjunto

com o texto do projeto ou proposta do Decreto Legislativo Regional e, findo o debate, procede-se à votação sucessiva dos textos, pela ordem da sua apresentação”. Portanto, esta situação não é inédita,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fazemos sempre, Sra. Presidente!

Presidente: ... não é a primeira vez que o faremos, aliás, já houve questões. Portanto, as duas iniciativas terão que ser votadas, se forem ambas aprovadas, terá que haver uma terceira deliberação para definir qual dos diplomas segue para a especialidade.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para solicitar que a proposta inicial do PCP seja retirada.

Deputado Francisco César (PS): Também é preciso ler o Regimento?

(Pausa)

Deputado Berto Messias (PS): Faça uma conferência de imprensa a dizer isso!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Há um artigo no Regimento que define a retirada da iniciativa pelo proponente, que eu não sei de cor, mas sei que ele existe e, portanto, o proponente pode, até ao termo no debate na especialidade, retirar a iniciativa. Portanto, ela é retirada e perdoem-me se neste horário não consigo lembrar-me do número do artigo em causa.

Sendo assim, será votada na generalidade a proposta de substituição integral e será a única a ser votada.

Eu agradecia um pouco mais de silêncio, para que a Mesa possa proceder à votação.

Está então em votação a proposta de substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado...

(Burburinho geral)

Secretária: O projeto de resolução apresentado...

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária da Mesa pretende anunciar o resultado da votação.

Secretária: O projeto de DLR apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 1 do BE; 1 do PCP; 18 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PPM.

Presidente: Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Não havendo, vamos passar então à votação.

Por uma questão de economia de tempo, vou colocar à votação, em primeiro lugar, a proposta de alteração, a única que temos na Mesa, para o artigo 16 deste diploma, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 1 do PPM; 1 contra do BE; 1 do PCP; 18 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP.

Presidente: Coloco agora à votação este artigo 16, com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É o artigo 16 com a alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 1 do PPM; 1 contra do BE; 1 do PCP; 18 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP.

Presidente: Eu pergunto à Câmara se os 15 artigos que compõem este diploma podem ser votados em conjunto.

Não havendo oposição, estão então à votação os restantes artigos que compõem este diploma. Os restantes, porque já votámos o 16 à parte, portanto, será do primeiro ao 15.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS; 1 do PCP; 1 do PPM; 18 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global. O projeto de DLR apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 1 do PCP; 1 do PPM; 1 contra do BE; 18 abstenções do PSD; 3 do CDS-PP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, como enunciou na sua intervenção, votou contra e a sua principal justificação consta da exposição de motivos deste DLR que acabou de ser aprovado, penúltimo parágrafo, e vou ler. Sras. e Srs. Deputados, diz o seguinte: “Impõe-se, por isso, estabelecer um prazo razoável para a implementação da desejável proibição do abate de animais de companhia, errantes e abandonados, e, até lá, reforçar o controlo das populações de animais errantes, no respeito do bem-estar animal, tornando obrigatória a realização de programas de esterilização e de campanhas de sensibilização contra o abandono de animais de companhia, que potenciem uma diminuição drástica deste fenómeno”.

O Bloco de Esquerda considera que, desde dezembro de 2013 até hoje, isto já deveria ter sido feito, considera 120 dias para a entrada em vigor deste diploma um prazo razoável, seis anos é fazer pouco desta Câmara.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A aprovação desta proposta de proibição do abate de animais de companhia por este Parlamento é um momento importante na viragem das políticas seguidas,

até aqui, e constitui um importante progresso civilizacional na relação entre o ser humano e os animais.

Congratulamo-nos com a aprovação desta iniciativa, no entanto, não podemos deixar de registar a enorme contradição do PS que, subscrevendo e, naturalmente, aprovando este diploma, adia injustificadamente, durante seis anos, a sua total implementação.

Entendemos, naturalmente, que era preciso um prazo de entrada em vigor da totalidade deste diploma, mas nada justifica um tempo tão longo. Este adiamento proposto pelo PS em especialidade só se justifica pela falta de coragem política, ao fazer com que esta alteração ao paradigma do controlo das populações de animais errantes se prolongue sem necessidade por mais seis anos.

A Representação Parlamentar do PCP lamenta este adiamento e anuncia que, no início da próxima legislatura, apresentará uma proposta de alteração...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já! Isso é que é confiança!

O Orador: ... ao diploma agora apresentado para reduzir de seis para um ano o prazo para que todas as obrigações decorrentes deste diploma possam produzir os seus devidos efeitos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM começou por fazer aqui críticas à forma apressada como se queria criar estas condições. Nós considerávamos que o tempo era um tempo curto, que não existia o tempo necessário para criar as condições para que esta medida se possa implementar como sucesso e não como aquilo que está a acontecer na Madeira, em que foi aprovada e não está a ser cumprida.

Eu prefiro que o processo seja um processo em que são criadas as condições para que a legislação venha a ser eficaz, porque, meus senhores, não vamos deixar apenas nos planos dos princípios, porque eu estou de acordo que se deixe de abater animais hoje, a partir de hoje. Eu não posso é estar de acordo que se aprove uma legislação que nós todos sabemos que não há condições para cumprir nos Açores, como se fez na Madeira, em que se aprovou uma legislação que pura e simplesmente não está a ser cumprida. E eu penso que a Câmara, a agir desta forma, com sentido de responsabilidade, com sentido de criar as condições necessárias, porque eu lembro, Srs. Deputados, que daqui a 120 dias entra em vigor a recolha de animais, o artigo 7, o registo dos animais recolhidos, a esterilização, os programas de esterilização, tudo isto entra em vigor nos próximos 120 dias.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está em vigor desde 2013!

O Orador: E essas condições vão permitir que, de facto, se criem as condições para impedir o abate de animais. E aí, a partir do momento em que se criam essas condições, saímos, obviamente, do campo meramente dos princípios e da propaganda. Vamos fazer as coisas com eficácia e com credibilidade.

O que é necessário é que o Governo implemente estas medidas com eficácia e ajude as associações e os municípios a criar as condições para que esta legislação possa ser, de facto, cumprida.

Eu tenho grandes dúvidas que exista essa vontade política, mas vou acreditar, vou partir do princípio de boa-fé que se vão criar estas condições. Daqui a 120 dias vamos estar cá para pedir responsabilidades ao Governo, se nesta matéria não se avançou o suficiente.

E também quero terminar esta intervenção, esta declaração de voto, estou a explicar por que é que votei a favor, voto a favor porque considero que este é um prazo razoável. Mesmo assim, há quem ache que seis anos é pouco, eu acho que nestes seis anos o trabalho que é necessário implementar para que isto

possa acontecer com eficácia, para que o abate de animais seja algo que seja esquecido na nossa região e não volte a acontecer, eu penso que nestes seis anos temos todos que trabalhar muito: o Governo Regional, os municípios, as associações e também em relação à mudança de hábitos de muitos açorianos em relação aos animais. É necessário fazer um trabalho intensivo,...

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem de fazer alguma coisa!

O Orador: ... a responsabilidade é de todos, a medida que aqui foi, hoje, tomada, na minha perspetiva, chegámos com dificuldades a esta solução, o Partido Socialista tomou várias posições sobre o mesmo assunto em duas, três horas, posições muito diferentes. De facto, eu considero que, de alguma forma, fragilizou este processo, mas, neste momento, eu penso que temos um bom diploma e que este diploma, se existir sentido de responsabilidade, vontade política, pode resolver o problema, e resolvendo este problema, meus senhores, eu penso que damos um salto civilizacional muito importante na RAA.

Eu termino frisando isto. Eu penso que foi uma irresponsabilidade o que a Região Autónoma da Madeira fez sem poder aplicar as medidas. Hoje em dia, eu penso que criámos as condições para que isto, de facto, se possa aplicar e que esta legislação possa ter efeitos concretos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD optou pela abstenção, porque consideramos que quem nos elege para esta Câmara espera que a gente aja perante qualquer tema de uma forma responsável; não foi isso que aqui se viu,...

Deputada Graça Silva (PS): Responsável não é dizer nem que sim, nem que não!

O Orador: ... ainda mais agora, após votarem, já estão a prometer alterações.

Não é nisso que nós alinhamos e acho que não é isso que o povo dos Açores espera de nós.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP absteve-se, uma vez que deu entrada a um requerimento, pediu para que esta iniciativa baixasse à Comissão, não foi uma pequena alteração da iniciativa que foi apresentada primeiramente pelo Deputado Aníbal Pires, em que proibia pura e simplesmente o abate de animais errantes na região, foram introduzidas uma série de alterações que era importantíssimo que os principais visados fossem ouvidos em sede de Comissão, foi chumbado, durante o debate, o CDS teve sérias dúvidas em relação ao documento em si, colocou por duas vezes as questões e pelas duas vezes não teve qualquer resposta em relação aos proponentes da iniciativa e, como tal, não pode, em consciência, votar uma coisa que nem sequer sabe o que é que está votando.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

E por fim, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a aprovação desta iniciativa, hoje, aqui no Parlamento, e congratula-se porque julgamos ter sido dado um salto civilizacional importante, um sinal claro do que é que pretendemos para os Açores, num acordo parlamentar que é sempre salutar e que o povo dos Açores espera responsabilmente que os seus eleitos ajam dessa forma. Congratula-se também porque este projeto de DLR irá implementar, no

curto prazo, medidas muito concretas que vão controlar ou contribuir para a diminuição do número de animais errantes ou abandonados.

De facto, a identificação, a vacinação, a desparasitação, mas essencialmente e fundamentalmente a esterilização de animais são medidas extremamente importantes, que vão ao encontro daquilo que nós pretendemos, que é uma diminuição clara dos animais errantes.

Posteriormente a isso, vamos também implementar, no prazo de seis anos, porque o Partido Socialista conhece a realidade, é um partido responsável e percebe as dificuldades das autarquias em implementar estas medidas, e vamos dar um prazo de seis anos para que as autarquias se possam adaptar a esta legislação e aí, sim, praticarem, de facto, o não abate de cães e gatos.

Julgamos que fizemos e estamos a dar um bom contributo à sociedade e aos açorianos e penso que é isso que os açorianos esperam de um partido responsável, como é o Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos o nosso ponto. Regressamos amanhã, às 10 horas.

Boa noite a todos.

Eram 20 horas e 02 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Cecília do Rosário Farias Pavão

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José António Vieira da Silva **Contente**

Miguel António Moniz **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Iasalde Fraga **Nunes**

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores, procedendo à 10.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12

de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho - n.º 170/XIII/ 1.ª (PCP) - n.º 252-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 10;

Assunto: Salvaguarda a pensão de alimentos enquanto direito da criança no cálculo de rendimentos – n.º 178/XIII/1.ª (BE) – n.º 254 -AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 12;

Assunto: Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março - n.º 179/XIII/ 1.ª (BE) - n.º 255-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 12;

Assunto: Proíbe a utilização de dinheiros públicos para financiamento direto de atividades tauromáquicas - n.º 180XIII/ 1.ª (PAN) - n.º 256-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 19;

Assunto: Proíbe a utilização de menores de idade em espetáculos tauromáquicos - n.º 181XIII/ 1.ª (PAN) - n.º 257-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 19;

Assunto: Proíbe a transmissão de espetáculos tauromáquicos na estação televisiva pública RTP - n.º 182XIII/ 1.ª (PAN) - n.º 258-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 19;

Assunto: Concretiza o direito de negociação coletiva dos trabalhadores das administrações regionais - n.º 184XIII/ 1.ª (BE) - n.º 259-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

Assunto: Proíbe pagamento a entidades sediadas em offshores não cooperantes- n.º 203XIII/ 1.ª (BE) - n.º 260-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

Assunto: Define o conceito de beneficiário efetivo para efeitos do Código do IRC.- n.º 204XIII/ 1.ª (BE) - n.º 261-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

Assunto: Extingue os valores mobiliários ao portador e determina o caráter escritural dos valores mobiliários, assegurando a identificação dos respetivos titulares- n.º 205XIII/ 1.ª (BE) - n.º 262--AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

Assunto: Impede pagamentos em numerário acima dos dez mil euros - n.º 206XIII/ 1.ª (BE) - n.º 263-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

Assunto: Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital - n.º 207XIII/ 1.ª (BE) - n.º 264-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

Assunto: Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 3.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - n.º 215XIII/ 1.^a (PCP) - n.º 265-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 26;

Assunto: Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 11.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho - n.º 216XIII/ 1.^a (PCP) - n.º 266-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 26.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Em Defesa da Agricultura Familiar na Região Autónoma da Madeira – n.º 19/XIII/1.^a (ALRAM) – n.º 253-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 20

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 10;

Assunto: Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital – n.º 207/XIII/1.ª (BE) – n.º 264/X

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

Assunto: Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital – n.º 207/XIII/1.ª (BE) – n.º 264/X

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 16;

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Institui a obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo, para todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público - MTSSS - (Reg. DL 50/2016). – n.º 219-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 04 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 10;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, que estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo a Diretiva 2014/80/UE da Comissão, de 20 de junho de 2014, que altera o anexo II da Diretiva 2006/118/CE, do Parlamento e do Conselho, relativa à proteção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração - MA - (Reg. DL 96/2016) – n.º 220-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 04 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 10;

Assunto: Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010 - ME - (Reg. DL 110/2016)- n.º 221-AR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 15;

Assunto: Estabelece os requisitos para a proteção da saúde do público em geral no que diz respeito às substâncias radioativas presentes na água destinada ao consumo humano, fixando os valores paramétricos, frequências e métodos aplicáveis para o seu controlo, e transpõe a Diretiva n.º 2013/51/EUROTOM, do Conselho, de 22 de outubro de 2013 - MCTES - (Reg. DL 18/2016) - n.º 222-AR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 15;

Assunto: Estabelece os requisitos para a conceção, o fabrico e a colocação no mercado das embarcações de recreio e das motas de água, transpondo a Diretiva n.º 2013/53/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013 - ME - (Reg. DL 22/2015).- n.º 223-AR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 15.

4 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime jurídico de Licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores – n.º 70/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 30;

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro – n.º 71/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 30.

5 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Dotar e aumentar o número de Terapeutas da Fala nas Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde – n.º 158/X](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do Parecer: 2016 – 05 – 30.

6 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas – n.º 17/X](#)

Proveniência: Presidência da ALRAA, PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP, PPM e Presidência do Governo da RAA

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente Trabalho

Data Limite de Parecer:

7 – Anteproposta de Lei:

Assunto: [Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores – n.º 20/X](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 06 – 03.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Serviço de Suporte Imediato de Vida na ilha do Faial](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 15

Referência: 54.06.07 – N.º 563/X;

Assunto: [Ainda na época do "Tiradentes" na ilha do Corvo"](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 564/X;

Assunto: [Atrasos no âmbito da participação diária aos doentes deslocados](#)

[II](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 565/X;

Assunto: [Cooperação Técnico-Financeira e execução do Proconvergência](#)

Autores: Cláudio Lopes, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Pedroso e Paulo Parece (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 566/X;

Assunto: [Apenas uma equipa de socorro é insuficiente no Faial](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 20

Referência: 54.03.07 – N.º 567/X;

Assunto: [Execução do Programa do XI Governo Regional dos Açores no contexto dos objetivos e medidas programadas no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Referência: 54.07.03 – N.º 568/X;

Assunto: [Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da ilha de São Jorge](#)

Autores: Ana Espínola, Graça Silveira e Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Referência: 54.01.05 – N.º 569/X;

Assunto: [Convenção da Autonomia e Seminário Internacional dos Poderes Regionais](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Referência: 54.07.00 – N.º 570/X;

Assunto: [Assistentes Operacionais com funções de ação educativa](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 571/X;

Assunto: [Formação a aplicadores de fitofármacos](#)

Autores: Renato Cordeiro, Paulo Parece, Luís Rendeiro, João Bruto da Costa, Luís Garcia, Cláudio Lopes, António Pedroso e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 29

Referência: 54.03.00 – N.º 572/X;

Assunto: [Entrepasto frigorífico de Velas](#)

Autores: Ana Espínola, Graça Silveira e Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03

Referência: 54.01.05 – N.º 573/X;

Assunto: [Pela recuperação da primeira Capela do Senhor Santo Cristo](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05

Referência: 54.03.02 – N.º 574/X;

Assunto: [Serviço de Suporte Imediato, SIV](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 575/X;

Assunto: [Zonas Balneares extintas nos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05

Referência: 54.07.00 – N.º 576/X.

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Caminhos Agrícolas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 477/X;

Assunto: [Pagamentos em atraso nos cursos de PROFIJ](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.03.03 – N.º 434 /X;

Assunto: [Novamente a questão da deslocação de médicos especialistas ao Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 463/X;

Assunto: [SATA garante ou não a continuidade do projeto RISE no aeroporto da Horta!](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 496 /X;

Assunto: [Classificação das Danças e Bailinhos de Carnaval da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.03.03 – N.º 514/X;

Assunto: [Grau de execução da Resolução, aprovada pela Assembleia Legislativa da RAA, a respeito da "elaboração de um Atlas do Património Imaterial dos Açores"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.07.00 – N.º 518/X;

Assunto: [Costa da Urzelina](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19

Referência: 54.04.05 – N.º 554/X;

Assunto: Atos inspetivos dos Planos de Atividades da Inspeção Administrativa Regional

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22

Referência: 54.03.00 – [N.º 134](#) e [439/X](#);

Assunto: [Não utilização do equipamento de radiologia da USICorvo.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 507/X;

Assunto: [Abertura do concurso público para a adjudicação da empreitada de "Reconstrução e Adaptação de Edifício a Ecomuseu - Museu do Tempo".](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 553/X;

Assunto: [Museu Carlos Machado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26

Referência: 54.06.02 – N.º 467/X;

Assunto: [Protocolo de manutenção, utilização e gestão do Polidesportivo do Corvo celebrado entre a Câmara Municipal do Corvo e o Governo Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26

Referência: 54.07.09 – N.º 513/X;

Assunto: [Bloqueio à disponibilização dos conteúdos e informações do "Jornal Oficial Eletrónico da RAA" no Google](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26

Referência: 54.07.00 – N.º 516/X;

Assunto: [Execução do roteiro cultural dedicado à vida e obra de Carlos Nascimento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26

Referência: 54.07.00 – N.º 517/X;

Assunto: [Execução do Projeto Museológico concebido para a ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26

Referência: 54.07.09 – N.º 525/X;

Assunto: [Um Governo incapaz de cumprir](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Referência: 54.03.02 – N.º 474/X;

Assunto: [Diminuição das funcionalidades e do acesso ao Jornal Oficial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 511/X;

Assunto: [Abertura do processo concursal para admissão de um Fisioterapeuta para a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 03

Referência: 54.07.09 – N.º 515X;

Assunto: [Pagamentos às associações de Bombeiros Voluntários](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.03.00 – N.º 456/X;

Assunto: [Falta de terapeutas da fala na escola de referência para alunos surdos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.03.02 – N.º 497/X;

Assunto: [Extinção de zonas balneares na ilha do Corvo por decisão e omissão governamental](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.09 – N.º 502/X;

Assunto: [Unidade de Saúde da ilha do Corvo - Composição nominal dos Conselhos Administrativo, Consultivo e Técnico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.09 – N.º 508/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.08 – N.º 543/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.01 – N.º 544/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Costa Sul da Ilha de São Miguel](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.02 – N.º 545/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Faial.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.07 – N.º 546/X;

Assunto: Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Ilha Terceira

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.03 – N.º 547/X;

Assunto: [Monitorização e avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.04 – N.º 548/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 04

Referência: 54.07.05 – N.º 549/X;

Assunto: [Exceção à limitação das remunerações dos gestores públicos regionais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 05

Referência: 54.06.00 – N.º 478/X.

Assunto: [Obra de beneficiação da casa adstrita ao médico residente na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 05

Referência: 54.07.09 – N.º 527/X;

Assunto: [Protocolo entre o IROA, S.A. e a Câmara Municipal do Corvo para análise e execução das intervenções necessárias em caminhos agrícolas da ilha do Corvo.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 05

Referência: 54.07.07 – N.º 530/X;

Assunto: [Porto do Topo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 05

Referência: 54.04.05 – N.º 540/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 05

Referência: 54.07.06 – N.º 550/X;

Assunto: [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012/A, de 26 de junho - Utilização de organismos geneticamente modificados e dos produtos deles derivados](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 05

Referência: 54.06.00 – N.º 559/X;

Assunto: [Proveitos de exploração das “Portas do Mar”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.01.02 – N.º 81/X;

Assunto: [Concurso público para instalação de Centros de Inspeção Técnica de Veículos Automóveis e Reboques e adaptação à Região da legislação nacional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.00 – N.º 112/X;

Assunto: [Notícias sobre encerramento da Base Operacional do Funchal da SATA - INTERNACIONAL](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.06.00 – N.º 220/X;

Assunto: [Futuro da SATA - INTERNACIONAL](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.06.00 – N.º 303/X;

Assunto: [Charters com Madrid](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.03 – N.º 391/X;

Assunto: [Filhos e Enteados](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.08– N.º 422/X;

Assunto: [Dados do Turismo na Terceira continuam em queda](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.03– N.º 431/X;

Assunto: [Ampliação do Porto das Poças na Ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.08 – N.º 446/X;

Assunto: [Direção da Aerogare Civil das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.03 – N.º 452/X;

Assunto: [Promessa do Governo Regional de ampliação da Placa de Estacionamento para aviação civil da Aerogare das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.03 – N.º 458/X;

Assunto: [SATA continua a prejudicar o Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.07 – N.º 460/X;

Assunto: [Estaleiros Navais da Madalena do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.06 – N.º 466/X;

Assunto: [Horários de inverno da SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.04.00 – N.º 469/X;

Assunto: [Requalificação da EBI de Arrifes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.02– N.º 476/X;

Assunto: [Certificado de Motorista de Táxi \(CMT\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.00 – N.º 482/X;

Assunto: [Programa de Incentivo ao Emprego Jovem](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.01.00 – N.º 495/X;

Assunto: [Ligações aéreas para a ilha de S. Jorge no Verão IATA 2016](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.05 – N.º 520/X;

Assunto: [Operacionalidade do Porto de São Roque do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.06 – N.º 524/X;

Assunto: [Obra de reabilitação do edifício onde funcionam a Associação Agrícola do Corvo e o Núcleo dos Serviços de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.07.00 – N.º 529/X;

Assunto: [Estratégia, recursos e potencial do Parque Natural da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.07.09 – N.º 532/X;

Assunto: [Cumprimento da Resolução da Região Autónoma dos Açores n.º 176/2014, de 26 de dezembro e dos trâmites da concessão do jogo de fortuna e azar na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.06.00 – N.º 535/X;

Assunto: [Evacuação aeromédica em São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.05 – N.º 541/X;

Assunto: [Máquinas multibanco do Aeródromo de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05– 06

Referência: 54.03.05 – N.º 558/X.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/X - Condiciona o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 04 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar pergunta com resposta escrita transformada em pergunta oral ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: O Deputado, Paulo Estêvão do PPM

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26;

Assunto: Ofício a solicitar Debate de Urgência sobre apoios sociais aos alunos com necessidades educativas especiais e saúde em meio escolar.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03;

Assunto: Ofício a solicitar Perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA.

Proveniência: O Representante Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2016 – 05 – 03;

Assunto: Ofício a remeter Planos e Orçamentos das empresas do Setor Público Empresarial Regional para o ano de 2016

Proveniência: A Chefe de Gabinete da Senhora Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Rafaela Seabra Teixeira

Data de Entrada: 2016 – 05 – 04;

Assunto: Ofício a cancelar a solicitação de Perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA.

Proveniência: O Representante Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05;

Assunto: Ofício a remeter Votos de Saudação, aprovados por unanimidade, referentes à passagem do 42.º aniversário do 25 de abril e do 1.º de maio

Proveniência: O Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Manuel Machado Menezes

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05;

Assunto: Ofício a indicar o Objeto da Sessão de Perguntas ao Governo Regional com Resposta Oral

Proveniência: O Representante Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para Publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016 - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, que cria o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial - COMPETIR +.

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2016 – 05 – 09.

11 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Lei n.º 142/XIII/1.ª \(PCP\) – Altera o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos \(8.ª alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto\). - n.º 241/X - AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 147/XIII/1.ª \(BE\) – Estabelece o acesso aos direitos educativos a nadadores salvadores - n.º 244/X - AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 150/XIII/1.ª \(PS\) – Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados - n.º 245/X - AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 152/XIII/1.ª \(BE\) – Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares e de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos - n.º 246/X - AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 153/XIII/1.ª \(BE\) - Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o Regime de Exclusividade dos Deputados à Assembleia da República. n.º 247/X - AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22;

Assunto: [Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais na navegação interior e que revoga as Diretivas 96/50/CE e 91/672/CEE do Conselho \[COM\(2016\)82\] + SWD\(2016\)35 e SWD\(2016\)36 – n.º 243-AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19;

Assunto: [Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 1996, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços \[COM\(2016\)218\] + SWD\(2016\)52 e SWD\(2016\)53 – n.º 239-AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 04 – 19;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 17/X – Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 170/XIII/1.ª – Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todo os trabalhadores, procedendo às 10.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho – n.º 252-AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 96/2016 - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, que estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo a Diretiva 2014/80/UE da Comissão, de 20 de junho de 2014, que altera o anexo II da Diretiva 2006/118/CE, do Parlamento e do Conselho, relativa à proteção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração - MA - \(Reg. DL 96/2016\). - n.º 220-OGP](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Humberto Trindade Borges de Melo

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei ° 157/XIII/1.ª \(BE\) - Transparência dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos – n.º 251-AR](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 05 – 09;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 05 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução 151/X - Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos órgãos de Administração Pública Autónoma e Autarquias](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26;

Assunto: [Anteposta de Lei n.º 18/X - Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 04 – 26;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/EU,](#)

[do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público – n.º 249-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 04 – 27;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 149/X - Abertura de cursos nas Escolas Profissionais de Povoação e Nordeste](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 155/XIII/1.ª \(PS\) – Regime de classificação e proteção de lojas e entidades com interesse histórico e cultural - n.º 249-AR](#)

Proveniência: SubComissão Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 22;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 165/XIII/1.ª \(PS\) – Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras prorrogando o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014 – n.º 250-AR](#)

Proveniência: Subcomissão Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 28;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X – Reformas Antecipadas](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/X – Proíbe o cultivo, importação e comercialização de organismos geneticamente modificados vegetais](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2016 – 05 – 05;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 69/X – Regime jurídico da primeira venda de pescado fresco na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2016 – 05 – 06.

A redatora: *Sónia Nunes*